

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

**RUMOS DO JORNALISMO NA
SOCIEDADE DIGITAL: BRASIL E
PORTUGAL**

**Pesquisa de Pós-doutoramento
desenvolvida junto à Universidade Fernando Pessoa,
sob a supervisão do Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa.**

2008

RUMOS DO JORNALISMO NA SOCIEDADE DIGITAL: BRASIL E PORTUGAL

**Prof^a. Dr^a. Paula Melani Rocha
Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa**

Agradecimentos

Esta pesquisa só se tornou possível graças à ajuda direta e indireta de algumas pessoas e instituições. Para não deixar a lista muito extensa, infelizmente, não posso mencionar todos nominalmente. Por isso, peço desculpas.

Gostaria de destacar a Universidade Fernando Pessoa por ter me acolhido, em especial ao prof. Dr. Jorge Pedro Sousa que aceitou supervisionar o estudo aqui apresentado e à secretária da pós-graduação Ana Cláudia Moutinho que me auxiliou, prontamente, com todas as informações necessárias.

À minha família por sempre estar ao meu lado nas etapas de minha vida. E ao meu filho, por nunca reclamar de minhas ausências, mesmo presente.

A todos muito obrigada.

Aos meus amores eternos
Rubens Volpe Filho
e
Lucas Melani Rocha Volpe

Sumário

Prefácio	6
Introdução	8
Capítulo 1. O jornalismo sob o olhar da profissão	12
1.1. Profissão X Ocupação: uma discussão conceitual	12
1.2.A história do jornalismo ocidental e o processo de profissionalização da carreira: EUA, Grã-Bretanha e França	16
1.3 A obrigatoriedade do diploma: um diferencial no processo de profissionalização do jornalismo brasileiro	23
1.4. Ditadura e censura: dois obstáculos na história da profissionalização do jornalismo português	34
1.5. Um olhar comparativo sobre o etos do jornalismo português e brasileiro	43
Capítulo 2. Formação Acadêmica	45
2.1. Teoria, pesquisa e ensino em jornalismo	45
2.2. O ensino e a prática do jornalismo brasileiro: uma relação de conflito	54
2.3. A relutância em implantar o curso de jornalismo em Portugal	63
Capítulo 3. A logística dos cursos de jornalismo	72
3.1. Processo de Bolonha	72
3.2. As transformações dos cursos de jornalismo em Portugal e a adequação ao Processo de Bolonha	77
3.3. Teoria e prática: a composição das grades curriculares	82
3.4. Um primeiro olhar sobre as estruturas curriculares portuguesas	96
3.5. Processo de Bolonha chega à América	100
3.6. Instituições públicas e privadas disputam classificação entre as melhores do país	107
3.7. Obrigatoriedade do diploma é referencial na amostragem brasileira	124

Capítulo 4. Mercado de Trabalho	129
4.1. Um cenário em transformação	129
4.2. Feminização de rejuvenescimento marcam o mercado do jornalismo português	136
4.3. Emerge um novo mercado de jornalismo no Brasil, na sociedade globalizada e digital	145
4.4. Portugal e Brasil: dois mercados em ascensão no jornalismo	161
5. Considerações Finais	162
6. Bibliografia	167
Anexo I	172
Anexo II	173

Prefácio

O que é ser jornalista? O jornalismo é uma vocação inata? Ou o indivíduo torna-se jornalista? Ele é atemporal e universal? O jornalismo muda de acordo com os anos e com a cultura? Ele pode ser considerado uma profissão ou uma ocupação? O jornalismo é uma atividade exclusivamente masculina ou pode ser feminina, também?

Estas são algumas das indagações que motivaram a pensar na elaboração deste livro. A oportunidade de uma parceria entre Brasil e Portugal veio aguçar ainda mais a curiosidade, pois ampliaria as possibilidades de respostas. A princípio definiu-se por uma divisão temática em três tópicos: história do jornalismo; formação acadêmica; mercado de trabalho. O segundo passo foi um mergulho em discussões relativas aos temas propostos e reflexões. Percebeu-se que as questões assim como os temas estão amarrados e não tem como observá-los separadamente.

O jornalismo transita entre os campos da comunicação e das relações sociais. A dinâmica da sociedade e o desenvolvimento histórico impossibilitam qualquer afirmação prévia de que ele seja estático. Ao contrário, o jornalismo acompanha o movimento social e embora tenha elementos atemporais e natos, ele também faz interfaces com os aspectos políticos, econômicos, sociais, históricos e tecnológicos. Daí advem o interesse em entender qual é a diferença entre profissão e ocupação e como essa discussão conceitual norteia o universo do jornalismo. Em outras palavras o que é de domínio do próprio jornalismo e o que é fundamentado em ciências humanas e sociais. A história do jornalismo no mundo ocidental fica mais rica quando se aborda o jornalismo português e o jornalismo brasileiro. As especificidades e diversidades de cada um. Em que momento estas histórias se encontram e se afastam, seus pontos de convergências e divergências.

A discussão sobre ocupação e profissão bem como o olhar histórico levaram a uma reflexão sobre a formação acadêmica em cada país. Uma análise mais detalhada só foi possível através de um projeto de investigação que propiciasse uma imersão na realidade social nos aproximando do contexto atual. Para a pesquisa de campo foram delimitadas algumas instituições de ensino, e coletados dados sobre as grades curriculares. A análise das disciplinas ministradas e sua categorização permitiram o confronto entre os dois países. A formação acadêmica, por sua vez, dialoga com o mercado de trabalho, levando a indicadores da feminização da profissão e inovações tecnológicas, em uma sociedade em constante transformação.

As três temáticas apontadas formam uma teia entrelaçada, sem ponto de partida e de chegada. O jornalismo realiza interfaces com os três temas, apontando novos componentes como o crescimento da mulher e dos jovens na carreira, a procura pelo curso superior, a adaptação às novas tecnologias e ferramentas de trabalho, o surgimento de novos veículos e, conseqüentemente, outras frentes de trabalho. Enfim, o jornalismo vive uma metamorfose, como tudo na sociedade do século XXI, alguns aspectos caminham mais devagar, outros em alta velocidade e há ainda aqueles que não mudam como sua essência e seu compromisso com o público.

O presente estudo, fruto de uma pesquisa de pós-doutorado, busca clarear estas interfaces, verificar se caminham de forma orquestrada e sincrônica e se a formação do jornalista acompanha este movimento. Conclui-se que, tanto no Brasil como em Portugal há uma preocupação com a formação do jornalista para acompanhar estas transformações. Cada país o faz de acordo com sua história. Entretanto, é bom deixar claro que não existe uma resposta única, assim como não existe uma verdade universal no exercício do jornalismo.

Introdução

A pesquisa em comunicação, entre outros objetivos, busca entender o mundo que norteia o jornalismo e a comunicação social, os meios de comunicação, a teoria na qual o jornalismo se fundamenta, os elementos que interagem no processo comunicativo, as formas e processos de informação, o jornalismo enquanto profissão e os setores do mercado de trabalho. Nas últimas décadas, vem crescendo o número de pesquisas em comunicação, não só nos EUA, como também em países como Brasil, Portugal, Espanha e México, assim como, vem aumentando o interesse dos jornalistas em ingressar na academia procurando uma melhor qualificação profissional em cursos de formação e especialização. No mundo globalizado, a comunicação é uma ferramenta essencial para sobrevivência. No entanto, ainda há diferenças culturais e mesmo profissionais entre os jornalistas de diferentes países que não devem ser descartadas e sim analisadas.

O estudo proposto aqui busca, justamente, focar um viés deste universo, pesquisando em dois países próximos culturalmente e historicamente, porém distantes geograficamente: Brasil e Portugal. O objetivo é discutir a formação dos jornalistas brasileiros e portugueses no início do século XXI, mais precisamente no ano de 2007, sua relação com a profissionalização da carreira e com a atuação na grande imprensa. É válido ressaltar que o Processo de Bolonha faz parte da investigação. Pretende-se identificar a relação entre a formação do jornalista e sua concepção em teoria do jornalismo.

A discussão teórica pauta-se em dois campos, teoria do jornalismo e sociologia das profissões, tomando por tema a preocupação em formar o jornalista com domínio de conhecimento específico, teórico e prático, e os benefícios deste conhecimento no exercício da profissão, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Portugal e Brasil foram selecionados para a análise comparativa pelos seguintes motivos:

- Portugal abriga grandes teóricos que discutem o jornalismo, os quais são estudados nas academias brasileiras;
- há um intercâmbio acadêmico entre os dois países no campo do jornalismo, com participação mútua em eventos e congressos realizados nos dois países ;

- Portugal esta se adequando às propostas do Processo de Bolonha referente às mudanças curriculares;
- devido à proximidade histórica e cultural entre os dois países que falam a mesma língua.

Acresce-se que Portugal e Brasil são os países de origem dos dois autores deste trabalho, onde cada um deles, respectivamente, mora e trabalha.

Em um primeiro momento discute-se o conceito de profissão e o processo de profissionalização em jornalismo em cada um dos dois países, analisando suas peculiaridades. Posteriormente, aborda-se a história da formação acadêmica em jornalismo no Brasil e em Portugal.

A discussão sobre a formação dos profissionais, em 2007, torna-se viável por meio de uma análise comparativa entre grades curriculares de instituições de ensino portuguesas e brasileiras que oferecem cursos de jornalismo ou comunicação social. O primeiro passo desse procedimento metodológico foi determinar uma amostragem de instituições para cada um dos dois países. Em Portugal, o critério adotado foi delimitar as instituições que oferecem o primeiro e o segundo ciclo, ou seja, graduação e mestrado em comunicação social ou jornalismo.¹ A amostra foi constituída por:

- Universidade Nova Lisboa,
- ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- Universidade do Minho;
- Universidade da Beira Interior – UBI;
- Universidade de Coimbra;
- Universidade Fernando Pessoa;
- Universidade Lusófona do Porto;
- Escola Superior de Comunicação Social;

O universo de instituições de ensino brasileiras em comunicação social é muito maior que o de Portugal, por isso, a amostragem do Brasil restringiu-se às dez

¹ Em Portugal são 18 instituições de ensino que oferecem cursos em Comunicação Social, com grade curricular contendo o estudo em jornalismo. Em 1997, eram 28 instituições, segundo o **Estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal**. O relatório considerou cursos mais generalistas. (bocc.ubi.pt/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html acessado em 16/07/2007)

primeiras colocadas na classificação pela prova do ENADE de 2006², que analisou as instituições que oferecem cursos específicos em jornalismo. No total participaram 266 instituições. No entanto, o universo dos cursos oferecidos em jornalismo ainda é maior, pois há instituições cujos alunos não participaram da prova do ENADE.³ Entre as dez primeiras colocadas estão, em ordem decrescente:

- Universidade Federal de Santa Catarina;
- Universidade Federal de Santa Maria;
- Universidade Salgado de Oliveira;
- Universidade Estadual de Ponto Grossa;
- Faculdade de Ciências Econômicas;
- Universidade Estadual do Centro Oeste;
- Instituto de Ensino Superior COC – Faculdades COC;
- Centro Universitário Franciscano;
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;
- Universidade Estadual de Londrina.

Por fim, são abordadas as características do mercado de trabalho nos dois países, com os dados sobre o perfil dos jornalistas em exercício no mercado profissional. A discussão pauta-se em pesquisa bibliográfica mencionada no decorrer do trabalho, bem como, em entrevistas realizadas com acadêmicos e profissionais da grande mídia.

Este estudo torna-se relevante por tratar de uma discussão atual nas academias brasileiras e portuguesas referente à melhor formação do profissional e, também, pela preocupação dos países europeus em formar profissionais aptos a trabalharem em diferentes localidades da Comunidade Européia, decorrente do Processo de Bolonha. Não há pretensão de se esgotar a reflexão neste estudo e, sim, o propósito de abrir novas

² O ENADE corresponde ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, sendo um dos instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no Brasil. Tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O exame é realizado por amostragem e sua participação consta no currículo escolar do aluno. A prova de cada curso é feita no intervalo de quatro anos. (FONTE: www.inep.gov.br/superior/enade/enade_oquee.htm acessado em 16/07/2007).

³ Segundo os dados do Censo de Ensino Superior de 2003, divulgados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – em 2003 eram 443 cursos de jornalismo, sendo 74 oferecidos por instituições públicas e 369 por instituições privadas. (FONTE: www.inep.gov.br/informativo/informativo101.htm, acessado em 16/07/2007)

portas para futuros interessados em dar continuidade ao tema aqui levantado ou a outros relacionados indiretamente aos tópicos citados.

Capítulo 1

Jornalismo sob o olhar da profissão

1.1. Profissão X Ocupação: uma discussão conceitual

Para que se possa analisar a formação em jornalismo, a grade curricular das instituições de ensino tanto no Brasil quanto em Portugal, tendo como contexto o Processo de Bolonha, têm-se que entender o conceito de profissão segundo a sociologia e a importância da formação acadêmica no âmbito dessa discussão. A questão levantada é: o que é considerado profissão?

Os estudos sobre profissões, na sociologia, datam de 1933 e os pioneiros foram os autores Carr-Saunders e Wilson, que realizaram um levantamento histórico dos grupos que poderiam ser considerados profissões, na Inglaterra. A princípio, o campo de estudo das profissões surgiu permeado por um conteúdo ideológico elitista mas, nas décadas de 50 e 60, ocorreu um desenvolvimento na área da sociologia das profissões, em particular na sociologia anglo-saxônica. Na língua inglesa há uma diferença entre *occupation* e *profession*, sendo que o primeiro termo designa uma atividade cuja característica essencial é que seja remunerada e o segundo refere-se a atividades mais prestigiadas e tradicionais, tais como medicina e direito.

A profissionalização e sua especialização estão interligadas ao processo histórico, às mudanças políticas, sociais e econômicas. O conceito de profissão é fruto da dinâmica social e histórica. Na Inglaterra, por exemplo, já durante a Idade Média passou-se a exigir uma maior qualificação acadêmica em direito para exercer a atividade. O arcebispo Peckham determinou que os advogados tivessem três anos de formação. O mesmo tipo de exigência ocorreu com a medicina, em 1353, também na Inglaterra. No entanto, somente no século XIX o industrialismo capitalista impulsionou a história das profissões, ao aumentar a competitividade no campo de trabalho. As ocupações começaram a buscar um lugar seguro na economia e a disputa levou à criação de associações e instituições próprias. Surgiram as associações, os credenciamentos, a licença, o registro e os cursos superiores. São esses fatores que elevaram *o status* de algumas ocupações para a esfera da profissão.

Os atributos da profissão, para o sociólogo Greenwood (1957), são:

1. Teoria sistemática.

2. Sentimento de autoridade por parte dos membros do grupo.
3. Ratificação por parte da comunidade dos “agentes especializados”.
4. Existência de um código de ética (formal ou informal).
5. Existência de uma cultura profissional com valores, normas e símbolos.

Semelhante em alguns pontos a Greenwood, Elliott (1972), também estudioso do conceito de profissões, considerou os seguintes aspectos como fundamentais do ideal profissional:

1. Noção de serviço.
2. Crença na liberdade profissional e a autonomia na situação de trabalho.
3. Ênfase na opinião profissional baseada no conhecimento profissional.

Para Wilensky (1964), uma barreira importante para a profissionalização de muitas ocupações é a natureza e a estrutura de sua base de conhecimento e doutrina. Ocupações que se fundamentam em ciências humanas, cujo conhecimento é simultaneamente muito vasto e vago encontram mais dificuldades em se profissionalizar. A combinação de conhecimentos intelectuais e práticos, tanto explícitos quanto implícitos constituem a base de conhecimentos que envolve uma profissão.

Na década de 70, Johnson passou a ver a questão não mais como o atendimento às necessidades sociais, mas a imposição dessas necessidades e os formatos dos serviços prestados. Larsons atribuiu à profissionalização e sua especialização como uma transformação decorrente da mobilidade coletiva. Freidson mostrou como a base e a força da medicina, nos Estados Unidos, deveram-se à sua capacidade de articular domínio e autonomia, em vez de confiança e coleguismo. O discurso da competência profissional vinculou-se à ideologia burguesa e enfatizou o lado egoísta das profissões, caracterizadas como grupos com interesses estratégicos disputando o domínio de áreas de conhecimento e de mercados (Bonelli, 2002).

A diferença entre as três concepções acima mencionadas está na quantidade de poder que os autores identificaram nas profissões, no diagnóstico da situação que analisaram e nas perspectivas vislumbradas. Johnson associou profissão a uma capacidade de controle sobre o trabalho profissional, o que o levou a diagnosticar o enfraquecimento e o declínio das profissões que perderam estas características devido ao crescimento do controle corporativo e burocrático do Estado. Larsons identificou o

poder e o domínio profissionais como um projeto coletivo de ascensão social que passou a dar regras e moldar a sociedade. Sua denúncia deste papel ideológico questionou a relevância das profissões como formas de organização social, juntando-se aos que duvidaram do prosseguimento do processo de profissionalização, apontando para a proletarização das profissões. Freidson se colocou em posição intermediária entre as abordagens que focalizaram a fraqueza e o declínio das profissões e as que enfatizaram o domínio que elas poderiam ter sobre toda a sociedade. Identificou pontos positivos nas profissões como um desafio ao poder administrativo e como uma forma de proteção contra a incompetência, mesmo que limitada (Bonelli, 2002).

Freidson (1996) especificou as características das profissões dentro da estrutura das ocupações:

- 1) Profissão é um tipo de trabalho pago, feito em tempo integral, que inclui o mercado informal.
- 2) Profissão é de caráter especializado, de base teórica, com competência discricionária de julgamento sobre uma área do saber.
- 3) Profissões são aquelas que controlam a divisão do trabalho, determinada pelas suas relações, que negociaram as delimitações e fronteiras jurisdicionais de cada uma, diferente do método baseado no livre mercado ou controlado por uma administração racional-legal externa à profissão.
- 4) Na profissão, o controle do mercado de trabalho é ocupacional, feito através do credenciamento dos membros da profissão.
- 5) A profissão envolve a pessoa com conhecimento abstrato e autoridade sobre um campo do saber profissional, obtido fora do mercado de trabalho, nas instituições de ensino superior.

Outro aspecto abordado pelos autores é a estratificação dentro das profissões. Há um sistema informal de credenciamento, interno e competitivo, o qual utiliza critérios discriminatórios como gênero, raça, religião, etnia e cultura de classe. Todos eles operam para estruturar o desenvolvimento das carreiras e criar um sistema de estratificação na profissão. As profissões são sistemas organizados pela divisão de autoridade sobre o conteúdo e a organização do trabalho profissional.

Com relação ao poder das profissões, Freidson (1998) apoiou-se na diferenciação de seus membros em praticantes, administradores e intelectuais. Os praticantes eram aqueles que tinham algum poder sobre os clientes e controlavam o trabalho que faziam. Os administradores condicionavam quando e onde os praticantes

poderiam exercer poder sobre os clientes. E os intelectuais, portadores da *expertise*⁴, não exerciam poder nos locais de trabalho profissional, sua atividade formava a base para as regras organizacionais dos administradores e para as decisões de trabalho dos praticantes. O autor considerava-os como sendo os que controlavam a aquisição de diplomas.

Até a década de 60, as profissões eram concebidas como comunidades homogêneas. Os enfoques introduzidos por estes três autores quebraram esta integração concentrando-se na identificação dos tipos de relações e de conflitos existentes entre os grupos profissionais (Bonelli, 2002).

Todas as visões, funcionalista, marxista ou fenomenológica sobre profissões têm como consenso tratá-las como uma organização. Identificam o fato de possuírem conhecimento formal, abstrato, de nível superior como base, tanto a vertente que enfatiza a confiança do cliente no profissional, quanto a que mostra como esse tipo de conhecimento é de elite, não democrático, monopolizador e concentrador de poder.

⁴ A *expertise* compreende o conhecimento especializado abstrato adquirido no curso de graduação.

1.2. A história do jornalismo ocidental e o processo de profissionalização da carreira: Estados Unidos, Grã-Bretanha e França

O jornalismo é uma profissão, segundo a ótica da sociologia? Para responder esta questão é necessário olhar para a sua história e em especial para as transformações que essa atividade sofreu no decorrer do tempo. O jornalista português Nelson Traquina tenta responder a esta pergunta no seu livro *Teorias do Jornalismo*, volume I e mostra, justamente, a evolução do jornalismo. Para ele, o jornalismo do século XXI pode ser considerado uma profissão. *“Com base em conhecimentos sobre a evolução histórica das profissões em geral e com base numa análise histórica do jornalismo nalguns países do chamado mundo ocidental, em particular os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, a resposta é indubitável, inquestionável, e irrevogavelmente SIM. Na linha contínua das profissões, o jornalismo afasta-se do pólo identificado como um simples “trabalhador por conta de outrem” e aproxima-se do pólo identificado com as chamadas profissões liberais. Quem defende o contrário mantém a cabeça enterrada na areia, ignorante da corrente da história.”* (Traquina, 2005a: 122).

A comunicação existe desde que os homens vivem em sociedade. A Grécia Antiga já manifestava o ato de informar as pessoas sobre os acontecimentos como morte, através de cartas ou via oral. No século XV, o advento da prensa, por invenção de Gutenberg, impulsionou a atividade de jornalismo. Os assuntos abordados eram batalhas, mortes e assuntos relacionados aos reinos. Após a Revolução Industrial, o crescimento urbano, o êxodo rural e a fragmentação das estruturas sociais tradicionais alteraram a concepção de informação. As notícias divulgadas nos jornais londrinos tratavam desde a situação precária das condições de moradia do proletariado e a desordem da cidade até assuntos econômicos.

A liberdade de imprensa foi consolidada, nos Estados Unidos, em 1791 e, na Grã-Bretanha, em 1830. Na França, a segurança jurídica se estabelece em 1881. Mas o século XIX é que foi consagrado como a “época de ouro” da imprensa. Foi quando se registrou a expansão dos jornais e, conseqüentemente, a criação de novos empregos. Passou-se a valorizar a informação e não mais a propaganda.⁵ As propagandas eram inseridas nos textos jornalísticos que, por sua vez, eram longos, pois a remuneração era

⁵ Segundo O’Boyle (1968) alguns fatores que contribuíram para “época de ouro” foram: 1) a evolução do sistema econômico; 2) os avanços tecnológicos; 3) fatores sociais; 4) e a evolução no sistema político no reconhecimento da liberdade no rumo à democracia. (Traquina, 2005a: 33)

proporcional ao tamanho do texto ou ao tempo gasto para produzi-lo. Outro recurso utilizado para garantir a publicação do texto foi a exploração do sensacionalismo.

O jornalismo é o grande aliado da sociedade democrática que oferece mobilidade social, liberdade de opinião, igualdade dos sujeitos, direito de expressão e pluralismo político. O desenvolvimento desta sociedade incentivou a evolução da prática do jornalismo. O século XIX foi o cenário do início do processo de profissionalização do jornalismo e Estados Unidos e Grã-Bretanha foram os principais berços desse processo, construindo o modelo anglo-americano de imprensa. No entanto, o desenvolvimento da nova identidade do jornalismo não correu de forma harmoniosa por parte das pessoas que trabalhavam na imprensa em diferentes países. A França, por exemplo, acabou participando desta evolução com atrasos e ressalvas. Ela foi um dos países que resistiu à implantação do modelo anglo-americano no exercício do jornalismo e acabou elaborando o seu próprio modelo.

O novo paradigma anglo-americano abrigou novos valores, os quais até hoje fazem parte da identidade do jornalismo, sendo eles: notícia, busca pela verdade, independência, objetividade e interesse público. *“Uma constelação de idéias que dá forma a uma nova visão do “pólo intelectual” do campo jornalístico”* (Traquina, 2005a: 34).

No início do século XIX, se desenvolveu uma imprensa nos Estados Unidos que respondia às necessidades práticas e cotidianas, voltadas par ao mundo rural. Informavam sobre o mercado e movimento dos navios mercantes. Surgiram os barões da imprensa refletindo o desenvolvimento do capitalismo nos países anglo-saxônicos. O Sociólogo francês Neveu (2005:18), ao analisar o modelo anglo-americano de imprensa e sua relação com o desenvolvimento da sociedade capitalista no século XIX, comenta: *“Os barões da imprensa, antes de serem intermediários das forças políticas, são empresários capitalistas, o que dissocia o jornalismo de um alinhamento partidário. A lógica empresarial conduz assim a uma profissionalização forçada.”*

Entre as novidades adotadas pelo jornalismo anglo-americano, das décadas de 1830 e 1840, destacou-se a queda do preço do jornal, com o propósito de aumentar o público leitor. Foi a primeira fase do período conhecido como *penny press*, por custar apenas o equivalente a um centavo o exemplar. Até então o preço do jornal correspondia em média a 10 vezes esse valor. O pioneiro foi o jornal *New York Sun* que circulou pela primeira vez em 3 de setembro de 1833. O conteúdo tornou-se mais generalizado e politicamente menos homogêneo. Passou a ser um jornalismo de

informação, mais próximo do cotidiano do leitor e não mais de opinião e de propaganda. Adotou-se um estilo que estimulava a descrição clínica dos acontecimentos, transformando os indivíduos e os fatos em objeto, através de uma escrita sóbria e descritiva. A tiragem do *New York Sun* saltou de centenas de exemplares diários para 5.000 em 1834, atingindo 15.000 exemplares em 1836. Os anunciantes viam o veículo como uma forma de divulgar publicidade, o aumento de leitores representava um aumento do público consumidor. O modelo expandiu-se para outros veículos norte-americanos e também europeus. Foi neste período que surgiram o formato da reportagem, com a Guerra de Secessão (1861), e o gênero entrevista, por volta de 1860, quando um jornalista de Nova Iorque entrevistou a proprietária de um prostíbulo sobre um assassinato. Com a Guerra de Secessão, o jornalismo americano começou a crescer, aumentando as tiragens dos jornais. O uso do telégrafo passou a ser contínuo, ampliando-se o número de correspondentes de guerra. Todas estas mudanças propiciaram o aumento do número de pessoas que se dedicavam integralmente ao jornalismo. Despontou o *profissional que procura notícia (news-gathering)*, ou seja, o repórter e nasce o jornalismo de investigação. “...o modelo anglo-americano criou uma consciência de profissão de corpo inteiro, proporcionando perspectivas de carreira aos seus profissionais.” (Neveu, 2005:16).

Mais de 50 anos depois do início do marco do *penny press*, em 1896, despontou nos EUA uma segunda fase do *penny press*, conhecida como “imprensa amarela”, liderada pelos jornais *The World* (1895), do magnata William Randolph Hearst, e *The New York Journal* (1833), do imigrante húngaro Joseph Pulitzer, ambos com sede em Nova Iorque. Uma disputa acirrada e desenfreada pelos dois veículos privilegiou a exploração do sensacionalismo, com o propósito de arrebatar público leitor. Caracterizou-se uma verdadeira guerra por tiragens, na qual *The World* atingiu 600 mil exemplares contra 430 mil do *The New York Journal* (Emery & Emery, 1978). A disputa pelo mercado levou os jornais ao “sensacionalismo”, realizando campanhas, como patrocinar competições esportivas, corridas ciclísticas, automobilísticas e as primeiras aventuras com aviação. A “imprensa amarela” existiu de 1890 a 1900, caracterizando-se pela exploração de manchetes assustadoras, notícias não verídicas e exagero no uso das ilustrações. O *penny press* consagrou, assim, a imprensa de massa do fim do século XIX, impulsionado pela industrialização da imprensa.

Enquanto o *penny press* desenvolveu-se originalmente enfatizando notícias factuais, o modelo anterior privilegiava a cobertura política e a literatura. Diferente da

Inglaterra e dos Estados Unidos, a França não tinha um público leitor de massas e, conseqüentemente, os jornais não eram um negócio lucrativo ou auto-suficiente. Os jornais dependiam financeiramente de partidos políticos. Eles valorizavam a escrita atraente e fundamentalmente associavam o jornalismo à literatura. Os textos eram longos e literários. Muitos jornalistas franceses eram políticos e exerciam outra atividade. Profissionais com formação em outras áreas atuavam como jornalistas. O jornalismo era visto como um “bico”, ele era apenas uma etapa para o indivíduo que quisesse seguir carreira política, ou assumir um cargo público ou mesmo um refúgio para desempregados. Não era uma atividade que exigia anos de preparação. Escrever no jornal era um meio utilizado para atingir outros fins. O prestígio de jornalismo era baixo na França. Enquanto os Estados Unidos e a Grã-Bretanha já tinham a figura do correspondente, esse inexistia na França, antes de 1870. Só nas últimas décadas do século XIX, os jornais franceses passaram a empregar repórter. E foi o desenvolvimento da reportagem que estimulou o início do prestígio do jornalismo na França, fato que ocorre por volta de 1880, com o surgimento da grande reportagem.

Por um lado, o modelo francês era visto com maus olhos pelos correspondentes americanos. “*Se leio a imprensa de Paris para me distrair, leio a de Londres para me informar o mais corretamente possível acerca dos acontecimentos do meu tempo. (Theodor Herzl, correspondente do New Freie Press de Viena, 1902.)*” (Neveu, 2005:19) E os franceses, por sua vez, também criticavam o modelo anglo-americano. Eles consideravam a redação superficial “*A informação à outrance [...] transformou o jornalismo, matou os grandes artigos de discussão, matou a crítica literária, dando lugar aos despachos noticiosos, às notícias grandes e pequenas, aos relatórios de repórteres e às entrevistas [Émile Zola, 1885].*” (Neveu, 2005:19). As agências de notícias, Havas, Associated Press e Reuters defenderam o novo estilo anglo-americano.

O processo de profissionalização estava apenas começando. Entre os quesitos de profissão estão existência de clubes, associações, entidades representativas e cursos de credenciamento. Os Estados Unidos lideraram estes aspectos. Em 1867, criou-se em Washington o *Washington’s Correspondents Club*, um clube social e, em 1873, em Nova Iorque, inauguraram o *New York Press Club*. Esta tendência não parou mais, estendendo-se na década de 80 para as cidades de Chicago, Minneapolis, Milwaukee, Boston, St. Paul e São Francisco.

Alguns anos antes, na década de 60 do mesmo século, começou a despontar o ensino de jornalismo na hoje conhecida como Universidade de Washington e Lee. A idéia de criar um curso foi em 1869, quando o general americano Robert Lee era reitor do Washington College of Lexington. No entanto, a idéia ficou guardada durante 40 anos até quando o empresário Joseph Pulitzer, diferente dos donos de jornais na época, doou 2 milhões de dólares para a criação do curso na Columbia University que começou a funcionar em 1911. Os primeiros passos começaram em 1873, quando o Kansas State College iniciou a instrução em impressão. Cinco anos depois, a Universidade de Missouri também aderiu e, em 1893, a Universidade da Pennsylvania introduziu a disciplina de jornalismo prático no curso de ciências políticas e sociais. As aulas eram dadas por jornalistas e focalizavam a escrita e a edição. Os cursos pertenciam aos departamentos de inglês e, posteriormente, passaram a ter departamentos independentes e escolas de jornalismo. No início do século XX, a Universidade de Colúmbia, entre outras, criou o mestrado em escrita e edição. Columbia e Missouri tornaram-se escolas profissionais e independentes e as outras se tornaram departamentos independentes no interior de escolas de ciências sociais e humanas. Em 1927, criou-se um programa de doutoramento em jornalismo na Universidade de Wisconsin. A partir da década de 1940, se desenvolveram os programas de mestrado e doutorado nas universidades americanas. Na Universidade de Minnesota, desenvolveram uma divisão de pesquisa em jornalismo. Nos Estados Unidos, o jornalismo foi colocado nas ciências sociais e não nas humanidades, propiciando pesquisa e educação jornalística em várias instituições de ensino. As pesquisas enfatizaram as formas de observação do mundo e de registrar e analisar as observações. Do específico analisa-se o todo, em especial no jornalismo e na pesquisa em comunicação de massas.

O século XX marca um registro de aumento de cursos de jornalismo e interessados nos Estados Unidos. No período de 1910 a 1927 foram criados 86 novos cursos. Hoje há aproximadamente 300 licenciaturas. Embora o diploma para o exercício da profissão não seja obrigatório, também aumentou o número de alunos inscritos. Em 1971, eram 36.697 e, em 1982, aumentou para 91.016 (Traquina, 2005a).

A Grã-Bretanha também passou por esse processo. Em 1884, inaugurou-se a *Associação Nacional de Jornalistas* que tinha como objetivo melhorar as condições de trabalho, proteger a reputação e ajudá-los em situações de dificuldades, incluindo a família. Posteriormente, a Associação passou a chamar-se *Instituto de Jornalistas*. Em 1906, os jornalistas que recebiam menos e estavam insatisfeitos com o Instituto criaram

a *National Union of Journalists* que também tinha como proposta proteger e melhorar as condições dos associados. O ensino universitário em jornalismo demorou a ser criado.

Na França as associações também começaram a existir a partir de 1880. Em 1882, surgiu o *Sindicato da Imprensa Parisiense*. Em 1885, organizaram a *Associação dos Jornalistas Parisienses*. Ela tinha como meta manter a coesão profissional oferecendo os seguintes benefícios: assistência médica, licença de circulação nas ferrovias e reformas. Na França nem todos eram a favor da criação das escolas de jornalismo. A primeira foi implantada em 1899, por um americano que morava lá, com o nome de *Escola Superior de Jornalismo*. Ele se baseou no modelo da Universidade de Pennsylvania. A segunda escola de jornalismo só foi fundada em 1924 e pertencia à Faculdade Católica de Lille. Nas décadas de 50 e 60, desenvolvem-se as formações técnicas especializadas (Neveu, 2005).

Foi lento o processo de institucionalização de uma identidade profissional dos jornalistas franceses. A lei de imprensa de 1881 acabou com formas de censura, favoreceu o desenvolvimento da imprensa diária e o crescimento da população jornalista, de 4000 em 1890, para 6000 em 1900. Desenvolveu a especialização de tarefas e hierarquias, mas, ainda assim, estava longe de ser uma profissão organizada. O Sindicato dos Jornalistas surgiu em 1918 e em 1939 ele passou a representar 75% dos profissionais. Em 1935 foi votado o estatuto dos jornalistas no Parlamento. Ele definiu direitos no trabalho, proteção social e delimitou-se aos jornalistas reconhecidos por uma “comissão da carteira de identidade profissional”. “*O jornalista profissional é aquele que tem por ocupação principal, regular e remunerada, o exercício de sua profissão numa ou várias publicações diárias ou periódicas, ou em uma ou várias agências de informação, e que daí recebe a parte principal dos seus rendimentos.*” (Neveu, 2005:22).

Outra característica do processo de profissionalização são os encontros internacionais promovidos pelos profissionais com o intuito de trocar idéias e se unir enquanto categoria. O primeiro encontro internacional de jornalistas ocorreu em 1893, em Londres. Em 1898, Lisboa foi a sede de outro evento internacional. Em 1900, aconteceu o Congresso em Paris que entre outros temas discutiu a criação de um bilhete internacional de identidade dos jornalistas e a necessidade de elevar o jornalismo a uma profissão com função pública e reconhecida pela sociedade, sendo praticada por profissionais e não amadores. Em 1926, suscitou a primeira tentativa de criar um código

supranacional. A iniciativa partiu da Federação Internacional de Jornalistas, durante a Primeira Conferência Pan-americana de Imprensa, em Washington. Durante os anos de 1894 a 1900 intensificaram os congressos internacionais.

O código deontológico também é um quesito inerente ao processo de profissionalização de uma ocupação. Os primeiros livros que ensinavam jornalismo nos Estados Unidos não continham teoria e nem técnicas. O primeiro artigo publicado criticando a imprensa e mencionando a ética foi em 1889. O “primeiro código de conduta” foi criado em 1890. O primeiro código deontológico é de origem sueca, datado de 1900, mas só foi adotado em 1920. Na França, em 1918, o *Sindicato Nacional de Jornalistas* aprovou o primeiro código deontológico. Em 1939, a *Federação Internacional de Jornalistas* adotou um código de honra profissional, o qual continha os seguintes aspectos:

- 1) estenografia;
- 2) invenção de novos gêneros;
- 3) elaboração de uma linguagem específica.

Outro grande marco do jornalismo foi o período pós as duas Grandes Guerras Mundiais. No século XX, a tecnologia permitiu desenvolver os meios de comunicação de massa e não parou mais. Hoje a informação está globalizada e o jornalismo desempenha importante papel no processo comunicacional.

As transformações que a atividade do jornalismo sofreu no período do capitalismo moderno, pós Revolução Industrial e Revolução Francesa, marcaram seu início no processo de profissionalização. A partir do século XIX, o jornalista iniciou uma luta por maior liberdade e autonomia, um melhor estatuto social e legitimidade social. O jornalismo tornou-se um exercício de cidadania e da política na construção do estado democrático, com tradição de negócios. Mas cada país adaptou e ainda adapta os princípios de profissão no exercício do jornalismo de acordo com suas próprias características, pois a comunicação é fruto de um movimento social, cultural e político. A breve história mencionada neste tópico mostra que o jornalismo deixou de ser uma ocupação e que ele vem buscando o *status* e o prestígio de profissão, respeitando o ritmo e a história de cada nação.

1.3. A obrigatoriedade do diploma: um diferencial no processo de profissionalização do jornalismo brasileiro

O Brasil é o único país ocidental que exige a graduação em jornalismo para o exercício da profissão e isso é uma das conseqüências da trajetória traçada pela história do jornalismo brasileiro. No entanto, na prática das redações, principalmente as localizadas no interior do país, longe das fiscalizações do Ministério do Trabalho, isto não é respeitado de forma consensual. Apesar de atender este princípio do conceito de profissão, o qual está associado à autonomia da atividade, o processo de profissionalização do jornalismo no Brasil ainda não está consolidado. Ele é recente comparado às profissões que possuem mais *status* e privilégios como medicina e direito. E ainda não há um consenso entre pragmáticos, acadêmicos e empresários da comunicação sobre a necessidade em atender os quesitos da profissão.

A história do jornalismo brasileiro é recente se for comparada aos Estados Unidos e países europeus. O seu processo de profissionalização também pode ser considerado novo se o referencial for medicina ou direito. Da época do descobrimento até o período monárquico, durante mais de 300 anos, não existiu um jornal instalado no território brasileiro. As notícias nacionais eram redigidas na Europa. O primeiro jornal em língua portuguesa a circular no Brasil foi o *Correio Braziliense*, fundado em junho de 1808, por Hipólito da Costa. O *Correio* era impresso na Inglaterra, circulou até 1822 e servia mais como porta voz do governo português no Brasil. Em 1808, lançou-se a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a primeira publicação oficial impressa no país, a qual noticiava sobre a vida e a movimentação social do reino. Era dirigida por um funcionário do Ministério das Relações Exteriores e obedecia a censura do Palácio. O último exemplar circulou em 1821, quando surgiu o *Diário do Governo*. Durante o século XIX, surgiram novos jornais nacionais em diferentes estados e todos passavam pela censura prévia do Governo. Apenas em 28 de agosto de 1821, D. Pedro I decretou o fim da censura prévia, tornando a imprensa livre no país. No mesmo ano, surgiu o primeiro jornal informativo, o *Diário do Rio de Janeiro* que noticiava crimes, movimentação portuária, leilão, publicidade, venda e fuga de escravos. Em 15 de setembro de 1878, começou a circular *O Verbo Constitucional Fluminense*, o primeiro jornal político de oposição, que escrevia contra os interesses lusitanos. Ele abriu o caminho para a imprensa panfletária que sobreviveu até 1880, participando das lutas políticas e questões sociais da época, como abolição da escravatura e Proclamação

da República. Após a Proclamação da República, em 1889, e o gradativo processo de urbanização surgiram as primeiras empresas jornalísticas com equipamentos gráficos e tiragens maiores. O jornal *O Estado de S. Paulo* foi fundado em 1875 e atualmente é um dos maiores jornais do país, ao lado do jornal carioca *O Globo* de 1924 e do jornal *Folha de S. Paulo*, que surgiu em 1925 com o nome *Folha da Manhã*. Outro respeitado impresso, que empregou grandes jornalistas brasileiros e também foi criado no final do século XIX é o *Jornal do Brasil* de 1891. Este foi o primeiro jornal nacional a ser publicado na internet. Já no início do século XX, em 1919, criou-se o *Jornal do Commercio*. Foi a expansão do jornalismo como atividade comercial, ampliando a contratação de trabalhadores, bem como, alterando o referencial da notícia, pois precisava ser produzida numa escala maior, buscando informações com base nos fatos e não mais nas opiniões político-partidárias. (Marôpo, 2007).

A primeira Lei de Imprensa brasileira data de 1823 e determinava punição a qualquer circulação contra a Igreja Católica. Em 1967, o Congresso Nacional, no período de plena ditadura militar, elaborou outra Lei de Imprensa, a qual atribui responsabilidades civis e punições aos jornalistas. Ela permanece em vigor desde então.

Até 1892, os jornais eram distribuídos nas casas ou vendidos em pequenos estabelecimentos que também comercializavam frutas, cafés e verduras. A partir deste ano, surgiram os primeiros jornaleiros e as bancas de revistas no Brasil. O comércio de jornais expandiu e se tornou popular. No século XX, o país passava por transformações políticas, sociais e econômicas e a modernização transformava o cenário urbano. Teve início a industrialização e introduziu-se a mão-de-obra assalariada. Semelhante ao que ocorreu com a imprensa em outros países ocidentais, no Brasil a imprensa também passou por transformações decorrentes das mudanças da sociedade da época. Os jornais aderiram à nova dinâmica, utilizando fotografias e ilustrações. Os jornais tornaram-se empresas, renovaram os parques gráficos e aumentaram o consumo de papel. As tiragens também aumentaram. O jornal *Gazeta de Notícias* foi o pioneiro a introduzir cores nas edições, ainda em 1907.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi fundada em 1908, por Gustavo de Lacerda, no Rio de Janeiro. Dois anos depois, os grandes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo começaram a investir em correspondentes internacionais com sede em Londres, Paris, Roma, Lisboa, Nova Iorque, Buenos Aires, Montevideu e Santiago do Chile. O estilo de redação ainda seguia o formato literário, parecido com o

estilo francês, e escritores como Eça de Queiroz, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco assinavam como correspondentes do exterior.

A partir dos anos 30 se intensificou o processo de profissionalização do jornalismo brasileiro com a criação das associações e sindicatos, passando pelo surgimento dos cursos de credenciamento (década de 40), exigência do diploma para o exercício da profissão (final da década de 60), divisão por editorias nas redações (década de 70) e inovações tecnológicas (década de 80). A criação de sindicatos e associações representativas em qualquer categoria de trabalho fazia parte do perfil político instaurado pelo Presidente Getúlio Vargas, que semelhante ao Governo português de Salazar, também tinha simpatia pelo movimento fascista ⁶.

Em 1934 surge, em Juiz de Fora (MG), o primeiro Sindicato dos Jornalistas. No ano seguinte, foi criado o Sindicato no Rio de Janeiro. Em 1937, os jornalistas não tinham jornada de trabalho definida, não havia pré-requisitos delimitando o ingresso na atividade, não tinham férias, previdência social e nem piso salarial. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo foi fundado no dia 15 de abril de 1937, em uma reunião à noite no Centro do Professorado Paulista. Participaram 52 jornalistas, entre eles Margarida Izar, a única mulher fundadora da entidade. Nesta reunião, definiram três critérios necessários para se associar ao sindicato:

- 1° - ser maior de 14 anos;
- 2° - ser assalariado de empresa jornalística;
- 3° - exercer efetivamente a função de redator, revisor ou fotógrafo.

O estatuto do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, elaborado ainda em abril de 1937, dizia que as atividades do sindicato eram:

- 1° - reunir os que exercem a profissão de jornalista como empregados;
- 2° - promover a melhoria das condições de trabalho;
- 3° - colaborar com o Estado na solução dos problemas referentes à profissão;

⁶ Depois da crise mundial de 1929, a oligarquia cafeeira do Brasil perdeu o poder político para os setores médios urbanos, intelectuais, nacionalistas e jovens oficiais militares que haviam sido marginalizados durante a República Velha. O cenário político sofria transformações. A República Velha que representava as oligarquias do café e os coronéis de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, foi derrotada com a Revolução de 30, iniciando o Estado Getulista, de 1930 a 1945. O líder populista desta nova coalizão foi Getúlio Vargas, que assumiu o poder através de um golpe militar. O Governo de Getúlio foi apoiado pelos tenentes e pela Igreja Católica. Esta levou a massa a apoiar o Governo, que em troca, criou em abril de 1931, um decreto permitindo o ensino religioso nas escolas. O Governo Provisório se caracterizou como centralizador. Em novembro de 1930, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional, assumindo os poderes executivos e legislativos, estaduais e municipais. O novo governo incentivou o desenvolvimento econômico e instaurou reformas sociais e políticas, mobilizando as classes operárias urbanas ascendentes como base efetiva de apoio político pessoal. (Rocha, 2004)

- 4° - defender os associados entre os Poderes Públicos;
- 5° - coordenar os direitos e deveres recíprocos entre empregados e patrões;
- 6° - oferecer serviço jurídico e de beneficência.

Em 30 de novembro de 1938, com a assessoria dos sindicatos de jornalistas de São Paulo e Rio de Janeiro, o Governo Getúlio Vargas criou a primeira legislação sobre a profissão de jornalistas no Brasil. O Decreto-Lei 910 determinou que a jornada de trabalho fosse de cinco horas, tanto de dia como de noite. Ela poderia ser contratualmente prolongada para sete horas, ocorrendo compensação financeira. O decreto também dizia que o jornalista precisava ser brasileiro (nato ou naturalizado), maior, não podendo ter antecedente criminal, nem estar respondendo a processos na Justiça. O pedido dos sindicatos de exigir formação universitária para o exercício da profissão, protegendo o candidato e a categoria, não foi inserido no decreto.

Diferentemente das profissões direito e medicina, que tiveram os cursos de graduação instalados no Brasil durante o período imperial⁷, a primeira faculdade de jornalismo, Casper Líbero, foi criada em 1947, mais de cem anos depois. A preocupação com a formação do jornalista começou a se manifestar em 1918, quando a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), tentou criar, durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas, aquela que seria a primeira Escola de Jornalismo no país, baseada nos moldes das organizações norte-americanas. Ela seria sediada no Rio de Janeiro, mas não chegou a funcionar. No congresso foi discutido, também, a passagem livre nos transportes para os portadores da carteira de jornalismo, liberdade de imprensa e ética no jornalismo. Para a jornalista e pesquisadora Marôpo (2007) o início do debate sobre profissionalização do jornalismo brasileiro teve como marco a fundação desta Associação e o respectivo congresso.

Em 1935, volta ao cenário nacional a possibilidade de criar o ensino superior em Jornalismo, na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Era uma das iniciativas de Anísio Teixeira⁸, de valorizar a formação humanística do profissional. A licença para a Escola Superior de Jornalismo, entretanto, saiu somente em setembro de 1939 e foi concedida pelo Conselho Nacional de Educação. Mas o Estado Novo de Getúlio Vargas só permitiu, em 13 de maio de 1943, a criação do Curso de Jornalismo

⁷ As primeiras faculdades de direito foram a de São Paulo e a de Olinda, criadas no final da década de 20, do século XIX. Em 1808, D. João VI assinou o documento que mandou criar a escola de Cirurgia da Bahia, no antigo Hospital Real Militar da Cidade do Salvador. E em 3 de outubro de 1832 ganhou o nome de Faculdade de Medicina.

⁸ Grande educador brasileiro foi secretário-geral do que é hoje a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes),

da Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, que acabou sendo inaugurado em abril de 1948. Assim, a primeira faculdade de jornalismo foi a Casper Líbero, fundada em 1947, pelo empresário Casper Líbero, com sede em São Paulo. Em 1966 começou a funcionar a Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo – ECA/USP, criada pelo Decreto 46.429 do governador Laudo Natel.

Em 1942 foi realizado o Primeiro Congresso de Jornalistas do Estado de São Paulo no qual se discutiu: aumento de salário, paridade salarial entre a capital São Paulo e as cidades de Santos e Campinas, nível mínimo de remuneração, revisão de registro e da regulamentação dos cursos de jornalismo.

Ainda em 1943, o jornalista, advogado e professor Vitorino Prata Castelo Branco inicia uma sistemática de palestras e conferências na sede da Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo, culminando no primeiro Curso Livre de Jornalismo no Brasil.

O período da ditadura de Getúlio Vargas também atuou sobre os veículos de comunicação. Ainda durante o Estado Novo (1937-1945), foi instituído o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com o propósito de vetar publicações que não fossem politicamente favoráveis ao Governo. Ao todo, foi vetado o registro de 420 jornais e 346 revistas. Apesar da censura, ocorreu uma expansão da imprensa porque o presidente investiu recursos governamentais na publicidade dos atos oficiais de seu governo.

A partir da década de 60 ocorreu um aumento gradual de faculdades de comunicação no país. Em 1960 existiam sete, no início da década de 90 somavam mais de 100, sendo 70 com o curso específico em jornalismo. Uma pesquisa realizada em 1998, pela Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC), do Ministério da Educação (MEC), revelou que existiam no Brasil 125 cursos de Comunicação Social. Inscreveram-se, para o vestibular de 1998, 107.825 candidatos em todo o país. Segundo dados do Censo do Ensino Superior de 2003, o número de cursos de comunicação social, saltou de 260, em 2000, para 443, em 2003, entre esses, 74 públicos e 369 privados⁹. Em 2006, 268 cursos de jornalismo participaram do sistema de avaliação ligado ao MEC. Esse número não representa o universo de instituições que oferecem curso de jornalismo no país, pois teve alunos de algumas universidades que boicotaram a prova.

⁹ Segundo a FENAJ, os dados podem estar incluindo também outras habilitações em comunicação social como Cinema e Vídeo, Radialismo, Rádio e Telejornalismo, Produção Editorial e Publicação.

Em 1946, foi criada a FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, que desde então participa de lutas em benefício do jornalista, tais como a criação do salário mínimo, democratização dos meios de comunicação, contra a censura e a ditadura, volta da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, criação de um conselho fiscalizador e normativo e por uma sociedade democrática e igualitária. Atualmente, a FENAJ representa 31 sindicatos de jornalistas de todo o país, somando mais de 80 mil associados.

Em 1 de dezembro de 1961, os jornalistas da capital São Paulo entraram em greve e ficaram parados durante 5 dias. Nenhum jornal circulou. Os jornalistas fizeram piquetes na frente dos principais jornais da cidade: *Folha de S.Paulo*, *Estado de S.Paulo*, *Gazeta* e *Diários*, além da rádio *Excelsior*. No prédio da Folha, os jornalistas chegaram a deitar no chão para que o caminhão não saísse com os impressos. Na verdade, este confronto se arrastava desde a década de 50. Os jornalistas reivindicavam piso salarial e os empresários fingiam não ouvir. Segundo pesquisa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, realizada em 1955, os jornais não pagavam nem o salário mínimo de trabalhadores não qualificados do país. E enquanto de um lado, as empresas de comunicação viviam uma fase de glória, como a *Folha de S.Paulo* que se tornou o maior jornal do país, a *TV Globo* (com ajuda do capital externo e *Know-how* americano) trouxe estrutura e profissionalismo para a tv e a *Editora Abril* ampliou a venda das revistas, do outro lado, os jornalistas continuavam ganhando mal, como em 1955. Essa greve consagrou o piso profissional, de dois salários mínimos na época, estabelecido pelo Tribunal Regional de São Paulo. As empresas recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho e perderam. Acordo publicado em Brasília, em 1964, dizia que era legítimo o TRT fixar um salário-piso profissional (Ribeiro, 1998).

Em 1965, outro conhecido inimigo da imprensa volta à cena, novamente a censura interferiu na história do jornalismo brasileiro. O general Castelo Branco, então presidente do país, baixou o Ato Institucional número-2, o qual permitia ao presidente da República violar a liberdade de imprensa. Três anos depois, as restrições aumentam com o Ato Institucional número-5, que fechou o Congresso Nacional e censurou qualquer manifestação de pensamento, impondo total controle dos meios de comunicação de massa e sujeitando todos à censura prévia. Muitos jornais foram invadidos, depredados ou fechados pela polícia e muitos jornalistas sofreram torturas e outros foram mortos. A imprensa, na medida do possível, reagia à censura. No lugar das reportagens censuradas, divulgavam receitas de bolo ou letras de música. A imprensa

alternativa, batizada como *imprensa nanica*, devido o tamanho do tablóide, conseguiu expressiva representação no jornalismo político. Em 1975, o jornalista que trabalhava para a TV Cultura, Vladimir Herzog foi preso pelo regime militar, torturado e morto. O Brasil vivia um clima de indignação e impotência ao mesmo tempo. Os dissidentes aguardavam o momento ideal para se rebelar. Em 1978, o XVII Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em Maceió, aprovou: luta pela assinatura de contratos coletivos de trabalho; luta contra censura e autocensura nos meios de comunicação; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte; criação de um fundo para assistência de jornalistas presos. No último ano de 1979, já ocorria a movimentação da segunda greve geral dos jornalistas. A sociedade civil começava a se manifestar contra o autoritarismo. Um dos participantes do movimento era o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, através dos trabalhadores. Diferentes setores da sociedade civil se reuniram entre eles jornalistas, metalúrgicos, sindicalistas e sociólogos e o alvo era apenas um, acabar com a ditadura política. Foi neste ano que surgiu a iniciativa de criar um partido dos trabalhadores no Brasil. Entre os participantes estavam: Luís Inácio da Silva, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, políticos hoje conhecidos do cenário nacional. Os jornalistas pararam pela segunda vez, mas diferentemente de 1961, o Tribunal Regional do Trabalho considerou o movimento ilegal. Duzentos jornalistas foram demitidos. No início da década de 80, os jornalistas de São Paulo apoiaram a campanha de “Diretas Já”, a qual pedia o fim da ditadura política e eleições diretas para eleger o novo presidente da República.

Ainda, em 17 de outubro de 1969, em plena ditadura militar, foi aprovado o Decreto-Lei 972, com alterações posteriores (Decreto 65.923 e Decreto 83.284) que regulamentaram a profissão e consagraram a exigência de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão. Dez anos depois, em 1979, o Decreto 83.284 redefiniu a exigência do diploma do curso superior para o exercício de funções do jornalismo e pôs fim ao estágio, modalidade de trabalho existente com baixa remuneração e muitas vezes até sem remuneração. Teve início uma nova era no jornalismo brasileiro; aumentou a remuneração salarial e foram criadas editorias, acarretando maior especialização do profissional por áreas, acrescido da exigência de um profissional com maior conhecimento de todo o conjunto de uma redação.

No final do século XX, ocorreram as mudanças tecnológicas, como a introdução dos computadores nas redações, o surgimento do jornalismo *on-line* e das televisões digitais e na *internet*. A tecnologia invadiu as redações. Em maio de 1995, o

Jornal do Brasil inaugurou o primeiro jornal eletrônico do país, o *JB Online*. Em seguida, o jornal *O Estado de S.Paulo* lançou o *NetEstado* e, em 1996, a *Folha de S.Paulo* criou o *Universo Online*. Todas estas transformações vêm alterando o perfil do profissional.

As empresas de comunicação, por sua vez, passaram a adotar uma nova postura frente aos seus produtos, aplicando estratégias de reformulação, aquecendo o mercado competitivo, buscando aumentar o público leitor. A corrida pela modernização, valorizando fotografias e ilustrações, alterou também o enfoque da notícia propondo o texto casado com a imagem, junção que desempenha o papel de atrair o leitor pelo padrão mais semelhante à televisão. A ilustração deixou de ser o apêndice do texto e passou a ter a mesma importância; muitas vezes a imagem até prevaleceu, cabendo a ela conquistar o público. Essa mudança de mentalidade alterou o referencial do que é notícia. Silva (1988) analisa o Projeto Folha, um marco na história do jornal, o qual modificou toda a redação, informatizando-a, substituindo os profissionais, estabelecendo um novo padrão de notícia, introduzindo os manuais de redação e universalizando as editorias. O autor mostra que a criação do projeto foi uma tentativa da diretoria da empresa em definir uma ideologia de jornalismo condizente com a sociedade capitalista e suas características de mercado.

As razões que desencadearam as reformulações dos jornais, no final da década de 80 e década de 90, foram: perfil do jornalista, curso universitário, postura do sindicato e da federação, avanços tecnológicos, enfim, uma modificação em todo o universo dessa carreira. Com a intensificação do processo de profissionalização, os jornais passaram a ser “ocupados” por jornalistas de uma geração com mais acesso à educação (com curso superior e pós-graduação) e à ilustração. Eram originários de segmentos sociais médios e médios-altos, buscando seguir a mesma trajetória de mobilidade social de seus pais ou estabelecer barreiras para evitar uma trajetória de descenso social. Este movimento de elevar o prestígio dos jornalistas a uma melhor titulação, melhor salário, mais poder e procura por *status* profissional vem ocorrendo com maior intensidade a partir da redemocratização política do país, em toda a imprensa nacional.

No âmbito do sindicato, referente às questões trabalhistas e da categoria, o jornalismo passou por cinco momentos de reflexões:

1. A chegada dos computadores nas redações.

2. A implantação do Projeto Folha que repercutiu em outros veículos e no meio.
3. O salto tecnológico do jornalismo de TV, fruto das câmeras eletrônicas.
4. A organização do setor de Assessoria de Imprensa que até então não era visto como atividade específica ao jornalismo.
5. A abertura do sindicato para os “free lancer”¹⁰ e o jornalismo sindical, sem vínculo empregatício.

Em 1981, Lu Fernandes assumiu a presidência do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo; foi a primeira mulher e permaneceu na gestão de 1981 a 1984. Ela tinha 27 anos, era casada e havia acabado de dar a luz quando assumiu o posto. Lu Fernandes era repórter de política do jornal Folha de S.Paulo. Na sua gestão, o Sindicato passou a aceitar como sócios jornalistas que não tivessem vínculos empregatícios em empresas jornalísticas.

O mercado de trabalho também se modificou ao longo destes anos. Em 1953, segundo números do Sindicato, havia em São Paulo 1.500 jornalistas atuando. No entanto, os dados do Ministério do Trabalho estampam outra realidade: 5.028 jornalistas registrados. O registro dos jornalistas feitos pelo Ministério era concedido mediante falsos atestados de emprego. O número de jornalistas dentro das redações (jornais grandes ou pequenos, jornais sindicais, empresas de rádio, TV e videotexto) aumentou de 1986 a 1993. Enquanto em 1986, 50% dos profissionais estavam nas redações e 50% fora (assessorias de Governo, empresas de assessorias e prestação de serviços editoriais), em 1993 a concentração de jornalistas nas redações passou para 60% e fora da redação para 40% (RIBEIRO, 1998). Pesquisa divulgada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo revelou que, em 1995, o país tinha 18.566 jornalistas registrados. Em 2005, este número saltou para 35.322 registros. Os setores que mais empregavam eram jornais e extra-redação (assessorias, academia), a proporção em 1995 era de 1.996 em jornais e 1.785 em extra-redação. Em 2005, esta proporção saltou para 1.301 em jornais e 6.860 em extra-redação.

Até o final da década de 70, o assessor de imprensa não era visto com bons olhos pela maioria dos jornalistas das redações. Durante o regime militar, pelo menos nas empresas estatais, as pessoas que ocupavam o cargo de assessor de imprensa raramente eram jornalistas, normalmente eram parentes ou amigos dos militares. A

¹⁰ O “free lancer” corresponde a um trabalho temporário.

consciência da importância da comunicação corporativa é fruto de uma mudança cultural e também da profissionalização do segmento, que teve início na década de 80. Em setembro de 1984 ocorreu o I Encontro Nacional de Jornalistas de Assessoria de Imprensa, em Brasília. Lá decidiram elaborar o manual de assessoria de imprensa para definir o limite de atuação e critério de uso de informações. Atualmente, como se pode notar nos dados acima, a assessoria de imprensa está entre o maior segmento que emprega jornalistas.

O primeiro Código de Ética dos Jornalistas no Brasil é de 1987 e foi aprovado durante um congresso no Rio de Janeiro. Em 2002, o Governo instalou o Conselho de Comunicação Social, um espaço especializado no debate público de questões relativas à área de comunicação. Este Conselho estava previsto na Constituição e já tinha sido regulamentado por lei desde 30 de dezembro de 1991. Em 2007, o Código de Ética do Jornalismo passou por algumas atualizações. Não tem como negar que, de 1987 a 2007, um intervalo de 20 anos, o exercício do jornalismo assim como a sociedade sofreram mudanças, com as inovações tecnológicas e o desenvolvimento da sociedade digital e globalizada. Por se tratar de ciências humanas, o jornalismo deve agregar os novos valores à sua atividade diária. Frente a isso, no Congresso Extraordinário que ocorreu na cidade de Vitória (estado do Espírito Santo) em agosto de 2007, foram incluídos assuntos referentes ao exercício do jornalismo em assessoria de comunicação e imprensa, direitos da minoria e recursos e limites da fotografia digital.

No início do século XXI, uma velha discussão invade o mercado e a academia e termina na justiça. Durante o período de 2001 a 2005, a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo ficou suspensa, sob disputa legal no âmbito da justiça. Segundo dados do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 13 mil estudantes de jornalismo e pessoas que atuavam na área em todo país obtiveram o registro provisório para exercer a atividade. Esses registros ficaram conhecidos como precários e estão sendo cassados pela FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas - e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

Entre os aspectos que afetam o *status* do jornalismo enquanto profissão, comparado à medicina e à advocacia, segundo a definição de Freidson, referem-se à *expertise* e a existência de um conselho jurisdicional. Como a obrigatoriedade do diploma no exercício da profissão é recente, comparada às profissões tradicionais, muitos administradores de empresas de comunicação no país não possuem formação acadêmica em jornalismo. Eles obtiveram titulação em outras áreas, como, por exemplo,

administração de empresas e ciências sociais, ou são considerados jornalistas pelo tempo de exercício. São profissionais que estão atuando no mercado num período anterior a 1979 e conseguiram a licença junto aos Sindicatos e Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ - por tempo de serviço. Na opinião dos jornalistas e de grande parte das empresas de comunicação, o curso de graduação em jornalismo não tem a mesma importância que cursos consagrados como direito e medicina. Na valorização do profissional pesa mais sua experiência profissional, especializações e outros complementos do que sua formação acadêmica em jornalismo. No jornalismo, o reconhecimento do profissional não está associado ao domínio do conhecimento e à academia e, sim, na atuação desse profissional na mídia. Os mais famosos e conhecidos são aqueles que aparecem principalmente nos telejornais, por serem vistos e ouvidos por um público maior, pertencente a todos os estratos sociais e faixas etárias.

No Brasil, a profissão de jornalismo também não possuiu uma fronteira jurisdicional, um conselho regulamentado que esteja acima dos profissionais, como a OAB e o Conselho Federal de Medicina. Este também é um dos fundamentos de uma profissão. Em 2004, houve uma grande discussão sobre a criação do Conselho Federal dos Jornalistas, mas frente à polêmica e divergência dos profissionais da área de comunicação e também dos donos dos veículos de comunicação, o respectivo conselho não foi criado. A produção de livros e pesquisas em jornalismo também é recente na academia brasileira. Ela iniciou na década de 80 e, desde então, só vem crescendo a participação da academia na formação do profissional, juntamente com sistemáticas discussões sobre profissão, mercado de trabalho, relações profissionais, teorias de jornalismo, inovações tecnológicas e exercício de cidadania. A contribuição brasileira ultrapassou as fronteiras do país, e, ao lado de pesquisadores e profissionais internacionais, vem buscando compreender o fascinante universo que norteia esta atividade em sua especificidade e, também, em sua universalidade no contexto histórico bem como na sociedade globalizada.

1.4. Ditadura e censura: dois obstáculos na história da profissionalização do jornalismo português

Em Portugal o processo de profissionalização do jornalismo foi tardio, devido principalmente ao período de ditadura política. No período de 1933 a 1974, a imprensa foi mais utilizada como instrumento de propaganda política e, assim mesmo, foi mal utilizada, obtendo pouco sucesso, pois o governo português não era tão populista comparado aos governos nazista e fascista. A censura também prejudicou a educação, o que indiretamente afetou a possível aspiração de uma comunidade de leitores de informação. O grande respiro foi após o dia 25 de abril de 1974, quando ocorreu a “Revolução dos Cravos” e o presidente Marcello Caetano foi deposto, pondo fim ao regime ditatorial. Até esta data, o jornalismo português existia sob censura, os salários eram baixos e grande parte dos jornalistas tinha dois empregos para garantir a sobrevivência. Os donos dos veículos de comunicação, por sua vez, e na sua maioria, evitavam desentendimentos com o governo, acatando a censura. Ser jornalista não trazia *status* algum. E, tampouco, o jornalista desfrutava de alguma autonomia na atividade diária. “Segundo o relatório, é dito que há em Portugal nessa altura cerca de 300 jornalistas, dos quais talvez 30 vivem exclusivamente da profissão” (Traquina, 2005a: 80).

Como apontam os jornalistas Correia e Baptista (2007) a história do jornalismo é diferente em cada país e a identidade da profissão é fruto de um longo processo evolutivo, o qual incorpora novas características, hábitos e valores e que mantém ligação com a dinâmica da sociedade em que se insere. “Por isto mesmo, cada jornalismo, em termos nacionais, assume uma identidade própria. Se, genericamente, se pode falar de um jornalismo americano e de um jornalismo europeu, o certo é que, no nosso continente, as realidades de um país são muito diversas das de outro” (Correia & Baptista, 2007:20).

O início do desenvolvimento do jornalismo português ocorreu na segunda metade do século XIX, sendo impulsionado pela fase industrial da imprensa, com a publicação do primeiro número do jornal *Diário de Notícias*, em 20 de dezembro de 1864, e pelo surgimento de algumas associações.

Marôpo (2006) mostra que, na segunda metade do século XIX, no período de 1861 a 1890, foram fundados cerca de 3.330 periódicos, grande parte com pouco tempo de vida. Segundo a autora, eles não se caracterizavam como empresas nos moldes do

capitalismo, eram mais políticos e muitos defendiam a república, sem despertar, assim, grandes contribuições para a institucionalização do jornalismo.

Entre os grandes jornais estavam *Diário de Notícias*, lançado em 1865, *O Século*, criado em 1880, como órgão do Partido Republicano e posteriormente transformou-se em uma empresa industrial e alcançou grandes tiragens e o *Jornal de Notícias*, fundado em 1888 que é hoje um dos impressos diários de maior tiragem em Portugal. Segundo Chaparro, o *Diário de Notícias* liderou as transformações na linguagem jornalística, separando textos opinativos de textos informativos. Abandonou o modelo francês, vigente até então como padrão na imprensa portuguesa e aproximou-se do modelo anglo-americano, promovendo uma maior profissionalização do jornalismo português. Outra inovação do *Diário de Notícias* foi no perfil empresarial da imprensa portuguesa. Ele foi o primeiro jornal a abaixar o preço e a contratar vendedores para circular com os impressos nas ruas (Marôpo, 2006).

A história das associações envolve também momentos de busca pela autonomia da profissão, principalmente após o período da ditadura política. Os dados aqui apontados sobre o jornalismo português, em especial sobre as associações, restringem-se apenas aos dois grandes centros do país: Porto e Lisboa. Entre 1880 a 1924, só em Lisboa foram fundadas 11 associações e em Porto somente uma, com longa duração. Em 1880, foi criada a *Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses*, a primeira da cidade de Lisboa que tinha como propósito:

- colocar a imprensa no patamar da primeira instituição social de povos livres;
- criar uma biblioteca de jornalismo Português, um júri para conflitos da imprensa;
- e organizar cursos de ciências naturais e sociais.

Ela originou-se das comemorações do tricentenário da morte de Camões. A Associação teve uma vida curta de 2 anos (Sobreira, 2003). Cinco anos depois, em 1885, foi fundada a *Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto* (AJHLP) com intuito de reivindicação e, também, de elevar o nível intelectual e moral da imprensa. Foi a única associação da cidade, representou uma homenagem ao jornalista António Rodrigues Sampaio que morreu em 1882 e ainda é considerado um dos grandes jornalistas portugueses do século XIX. A partir dos anos 20, os jornalistas iniciaram um movimento para alterar os estatutos da AJHLP, propondo transformá-la numa associação de classe para defender os interesses dos jornalistas.

A *Associação dos Jornalistas* foi criada em 1897, também em Lisboa. Ela era mais elitista, representava jornalistas e escritores. No ano seguinte, foi legalizada por alvará, em Lisboa, a *Associação de Imprensa Portuguesa* que tinha como propósito ser menos elitista, permitindo ter como associados repórteres, redatores e funcionários do setor administrativo dos jornais. Entre os objetivos desta instituição estavam “*pugnar pelos direitos e interesses da Imprensa periódica, da literatura, arte e ciências da pátria e promover os seus progressos, assim como proteger e auxiliar seus associados, quando circunstâncias especiais reconhecidas pela Associação os colocassem em condições de precisarem de proteção e auxílio*” (Cunha apud Sobreira, 2003: 36).

No cenário internacional, Traquina (2005a) mostra que a participação portuguesa também se manifestou ainda no século XIX, quando em 1898, ocorreu o Congresso Internacional de Imprensa, na cidade de Lisboa. Entre as pessoas organizadoras do congresso, estava um grupo de “homens de letras”, o qual fundou, em 24 de setembro de 1896, a *Associação de Jornalistas*, que foi instalada na Sociedade de Geografia de Lisboa, mesmo local onde ocorreu o congresso. Esta nova associação representava apenas escritores que se dedicavam ao jornalismo ou que ocupavam altos cargos na imprensa. Ela era considerada mais elitista e, por sua vez, despertou nos jornalistas que não conseguiam ser contemplados pela entidade, a idealização de uma associação mais popular. No século XX, em 1904, surgiu a *Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa*, mais voltada para as condições de trabalho e salário. Vinte anos depois esta Associação transformou-se no Sindicato, mas somente em 1933, durante o governo ditatorial, ele tornou-se uma organização nacional reunindo todos os jornalistas do país.

Em 1905, foi criada a *Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa*, que contava com vários associados. Ela era mais democrática e, em 1921, organizou a primeira greve dos jornalistas da cidade com duração de 104 dias. Também participou desta greve a *Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal* que representava os interesses dos tipógrafos e dos vendedores de jornais. Após a greve, e com novo estatuto, em 1924, a Associação tornou-se o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa. Alguns sócios se desvincularam e fundaram a *Casa dos Jornalistas* que durou pouco, perdeu sua sede por motivos financeiros ao tentar criar a *Casa de Repouso*, aliando-se à *Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa*. As três instituições se fundem em uma através de um processo que teve início em 1928 e finalizou em 1933 (Sobreira, 2003).

Em 1907, a *Associação de Jornalistas* passou a ser a *Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*. Ela teve seu estatuto reformulado, entretanto, a reformulação não foi suficiente para representar uma entidade de classe no jornalismo português. Ela continuava restrita aos escritores.

Em 1921, foi fundado o jornal *Diário de Lisboa* implantando um “novo jornalismo” no país. No entanto, o crescimento da imprensa é interrompido, para alguns teóricos em 1926 com o decreto de 29 de julho que instaurou a censura no país. Para outros estudiosos, a data oficial foi 1933, durante o regime do Estado Novo, que oficializou a censura através da Constituição Salazarista e de um decreto lei. A partir destes marcos, a censura exerceu papel dominante na prática do jornalismo. Criou-se o Sindicato Nacional dos Jornalistas, que nos dois primeiros mandatos teve como Presidente da Direção, António Ferro, que também estava à frente do Secretariado da Propaganda Nacional e era um homem do governo (Veríssimo, 2003). O Sindicato era mais um órgão oficial do governo do que uma entidade representativa da categoria. Durante o Estado Novo, 1933-1974, ele foi a única organização reconhecida para representar os jornalistas, a qual emitia títulos profissionais. Segundo o artigo nº. 2 a atribuição da categoria profissional dependia do “*exercício continuado de uma atividade remunerada, incluindo trabalhos de informação (reportagem), nas publicações periódicas*” e entendia como jornalista profissional “*somente os redatores, repórteres, colaboradores, correspondentes de jornais estrangeiros, chefes de redação, diretores, ou subdiretores das publicações periódicas*” (Estatutos de SNJ, 1934: art.nº2).

A partir da década de 20, houve uma preocupação com a formação da identidade do jornalista português, sendo que, até então, não existia um consenso dentro da própria categoria diferenciando os escritores dos jornais dos próprios jornalistas, prejudicando a organização entre eles em busca dos interesses enquanto “classe”. Em 1925, segundo relatório do Sindicato dos Profissionais de Lisboa, havia aproximadamente 300 jornalistas em Portugal e apenas 30 viviam exclusivamente da profissão (Traquina, 2005a). A imagem do jornalista passou por uma transformação, que se consumou na década de 50. Ele deixou de ser visto como boêmio, incorporando o profissionalismo do repórter e a preocupação com a informação. Em 1954, a *Associação dos Jornalistas e Homens de Letras de Porto* contava com 607 sócios.

Sobreira (2003) pesquisou justamente se o jornalismo português era ou não uma profissão durante o regime do Estado Novo. Para isso, a autora discorre sobre os

fatos que nortearam o processo de profissionalização da carreira durante o período de 1933 a 1974, envolvendo as associações e entidades representativas da atividade, o mercado de trabalho e as instituições de ensino. A autora conclui que, desde o final do século XIX até 1974, ocorreu um processo lento de profissionalização do jornalismo. *“...é possível detectar duas importantes conquistas conseguidas na década de 40 que, segundo os próprios jornalistas, marcam o início da profissionalização da “classe”: o decreto-lei que pela primeira vez regulava o “exercício da profissão de jornalista” e a criação da Caixa de Reformas dos Jornalistas, ambos de 1943. Até esta data os jornalistas portugueses não possuíam qualquer tipo de proteção legal, quer no exercício da profissão quer na previdência.”* (Sobreira, 2003:166).

Na contramão da história dos países europeus e dos Estados Unidos, que criaram seus códigos deontológicos na primeira metade do século XX, somente em setembro de 1976 é que foi aprovado o primeiro código deontológico da história do jornalismo português. Os jornalistas sentiam necessidade de maior independência para escrever desde a década de 20, mas o período da ditadura política implicou num retrocesso nas discussões sobre ética aplicadas ao jornalismo português. *“Os jornalistas optam, então, pela aprovação de uma moção apresentada por Amadeu de Freitas (Filho), “na qual pediu que a classe continuasse a orientar-se pelos estatutos actualmente em vigor, aceitando as conseqüências desta lógica orientação”. As conseqüências eram obviamente, a dissolução do Sindicato dos Profissionais de Imprensa”* (Veríssimo, 2003:44). Durante o regime militar, o sindicalismo corporativo foi instituído através da organização dos trabalhadores em Sindicatos Nacionais, de diferentes profissões, e mediante aprovação dos Estatutos pelo Governo. O Sindicato, através do Estatuto de 1934, impossibilitou que o jornalismo usufruísse de liberdade de imprensa e, muito menos, de uma autonomia enquanto profissão. O art.º nº4 do Estatuto do Sindicato dizia na alínea n) *“fazer observar as regras deontológicas da profissão, definidas num Código, que seria aprovado pela Assembleia Geral e posto em vigor, após sanção do Governo”* (Estatutos do SNJ, 1934:2). A própria Carteira de Identidade de Jornalista poderia ser apreendida por qualquer agente do governo se fosse utilizada de forma *“inadequada”*.

Apesar da sua postura, o sindicato conseguiu algumas conquistas nos primeiros anos, na garantia dos direitos profissionais do jornalista como aponta Marôpo (2006). Entre elas destacaram-se: carteira profissional de jornalistas (1941), tabelas com pisos salariais (1943), Caixa de Reformas dos Jornalistas (1943) e o primeiro contrato

coletivo de trabalho (1951). Posteriormente, organizou três congressos de jornalistas, nos anos de 1982, 1986 e 1998. Em 1987, o Sindicato ajudou a criar a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e, em 1999, ele colaborou para o Estatuto e a Lei de Imprensa e atualmente promove a discussão da revisão do Estatuto.

Até 1996, era o Sindicato dos Jornalistas o responsável pela emissão da Carteira Profissional. A partir desta data, coube à Comissão da Carteira fiscalizar o mercado de trabalho. Se o jornalista é atuante e não possui a carteira, ele ou a empresa tem que pagar multas. Para adquiri-la, o jornalista tem que provar que exerce a profissão, ela é renovada a cada 2 anos e custa €37,50. Segundo dados do Sindicato dos Jornalistas, em maio 2007, existiam no país 6.767 jornalistas com carteira profissional válida e 556 com títulos provisórios, sendo que 5.749 eram sindicalizados.

O código deontológico, aprovado em assembléia extraordinária, realizada pelo Sindicato em 1976, contemplava um discurso que continha a conduta moral e profissional, o qual foi difundido pelos jornalistas que atuavam nas redações portuguesas anteriores a este marco, por meio de textos escritos, crônicas publicadas ou mesmo memória oral. Este material apresentava valores inerentes ao exercício do jornalismo sendo eles: a verdade, o rigor, a objetividade, a solidariedade profissional, a honestidade, a isenção e a independência (Sobreira, 2003). Posteriormente, este código foi muito criticado por atribuir ao jornalismo uma missão romanceada, estanque da realidade, e por se apegar ao mito da verdade factual e da objetividade dos fatos. Em 1993, foi aprovado um novo código deontológico, semelhante aos códigos de conduta dos países democratas. Ele contém dez artigos que tratam em sua essência do sigilo das fontes, da liberdade de expressão, do direito de resposta, do respeito aos direitos humanos e do relato rigoroso e fiel dos fatos. O código português restringe o exercício de jornalismo às atividades tradicionais excluindo os trabalhos nas áreas de assessoria de imprensa, publicidade e propaganda (Marôpo, 2006). *“Dados da Comissão da Carteira Profissional¹¹ apontam a suspensão de 230 documentos por incompatibilidade de 2000 a 2006, dentre os quais pelo menos 111 para exercício de funções na área da comunicação organizacional. Estes números expressivos demonstram que apesar de contrariar o Estatuto, a migração de jornalistas para o exercício de actividades na*

¹¹ Informações coletadas junto à Comissão por José Coimbra para a sua investigação de mestrado em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. Com o título “Sobre a relação sistêmica entre o campo econômico, campo dos media, campo político e opinião pública”, a dissertação está em fase de elaboração e os dados foram gentilmente cedidos para este trabalho.

área de assessoria de imprensa é uma realidade muito comum em Portugal” (Marôpo, 2007:18).

O ensino de jornalismo nunca foi uma bandeira levantada pelo Estado ou pelas instituições que representavam os jornalistas, ou mesmo por eles próprios. Sobreira (2003) mostra que, desde o final do século XIX, propostas sobre cursos de formação em jornalismo eram apresentadas nos encontros internacionais. No próprio Congresso Internacional de 1898, realizado em Lisboa, foi discutido o *Ensino Profissional do jornalismo*, pelos jornalistas que estavam participando do evento. A primeira iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa de criar uma escola de jornalismo foi em 1926. No entanto, a iniciativa foi abortada pelo diretor do jornal *Comércio de Porto*, Bento Carqueja, que defendeu a tese de que para ser jornalista não precisava frequentar a academia. Era basicamente a idéia de que nasce jornalista e não se torna jornalista. Os requisitos necessários para exercer a atividade de jornalismo eram considerados, como no século XIX e semelhante ao argumento dos franceses, um dom natural e o foco era: a arte de escrever. Os jornalistas recrutados para trabalhar eram selecionados de acordo com a experiência e indicação. João Paulo Freire, diretor do jornal *Diário da Noite*, também compartilhava desta idéia. Em 1936, ele publicou o livro *Escolas de Jornalismo*, uma coletânea de artigos veiculados no jornal que tratavam sobre a discussão da implantação do ensino de jornalismo em Portugal. Após analisar a situação dos Estados Unidos e França, Paulo concluiu que os cursos não apresentaram sucesso, pois não eram procurados pelas pessoas que queriam atuar como jornalistas (Sobreira, 2003).

Em 1941, o presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas, Luís Teixeira, enviou um projeto de Curso de Formação Jornalística para o Subsecretário de Estado da Educação Nacional. O curso teria dois anos, com 30 vagas e funcionaria na sede do Sindicato em Lisboa. O seu conteúdo deveria incluir teoria e prática da profissão. Mas só mais de 20 anos depois, o curso se torna realidade. Em 1962, foi criado o primeiro curso de formação jornalística pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, que proporcionava palestras para os alunos da escola bem como para profissionais da imprensa. Em 1966, os responsáveis do jornal *Diário Popular* organizaram um curso de jornalismo na própria sede do veículo. Em 1968, o Sindicato promoveu o I Curso de Jornalismo, que não era universitário. O primeiro curso universitário e sistemático foi regulamentado em 1979, através da portaria nº. 663/79, de 10 de Dezembro, a qual estabelecia a licenciatura em Comunicação Social, na Faculdade de Ciências Sociais e

Humanas da Universidade Nova Lisboa. O jornalismo passa a ser visto como uma profissão que deve ser apreendida no âmbito acadêmico, entretanto, a graduação não é obrigatória para o exercício da profissão. Na passagem do ano de 1988 a 1989, as instituições de ensino superior em comunicação públicas não conseguiram acomodar a demanda de candidatos, impulsionando o aparecimento de instituições e universidades privadas. Segundo estudo intitulado Situação do Ensino e da Formação Profissional na área do Jornalismo, realizado por Mário Mesquita e por Cristiane Ponte, referente aos anos de 1996 e 1997, para a Representação da Comissão Europeia em Portugal, participaram da pesquisa 28 instituições do ensino universitário e superior em Comunicação Social, sendo 15 do setor público e 13 do setor privado, além de três centros de formação profissional (CENJOR, CFJ e Observatório de Imprensa). Ao todo, eram mais de 6 mil alunos.

Embora, atualmente, o diploma em jornalismo seja obrigatório apenas no Brasil, para o exercício da profissão, em grande parte dos países ocidentais como Estados Unidos e França, a maioria dos profissionais cursaram graduação em comunicação e, em Portugal, essa tendência está se confirmando. *“...no fim do século XXI, com um processo irreversível, os jornalistas não-licenciados serão uma “espécie em extinção”, com uma comunidade profissional constituída por pessoas com formação superior. Como os dados estatísticos demonstram largamente, a percentagem de jornalistas com formação universitária aumenta em todos os países, incluindo Portugal, e aumenta sobretudo devido à entrada de pessoas formadas nos cursos superiores de jornalismo e comunicação”* (Traquina, 2005a: 116).

A necessidade de criar códigos deontológicos, de usufruir de autonomia e liberdade para atuar bem como o exercício de cidadania e a veiculação de informação foram conquistas consagradas por jornalistas americanos, ingleses, franceses, portugueses e brasileiros, como mostrou-se neste capítulo, cada um no seu momento, de acordo com a história e as peculiaridades do seu país. De uma maneira geral, o processo de profissionalização teve início no século XIX; em alguns países, por razões políticas, econômicas e sociais foi mais gradual. A pergunta levantada é se este processo foi concluído em alguma dessas nações. Ou seja, pode-se afirmar que o jornalismo é uma profissão?

Depende? Não há uma resposta única até o momento. Para Traquina (2005a) todas as conquistas mencionadas acima somadas às características da sociedade moderna e a sua dinâmica revelam que o jornalismo, na sociedade do século XXI é, sem

dúvida, uma profissão. O jornalismo não é uma ocupação, ou simplesmente um ofício. Ele tem responsabilidade social.

Por outro lado, na concepção de profissão desenvolvida pelo paradigma da sociologia, o jornalismo, em nenhum dos países comentados aqui, apresenta todos os quesitos de uma profissão: seja pela não obrigatoriedade do diploma, ou pela falta de um conselho jurisdicional, ou pela não representatividade das associações e instituições, ou, ainda, por não haver um consenso entre pragmáticos e teóricos sobre a *expertise* em jornalismo. No âmbito da própria categoria, como das empresas de comunicação e da academia não há consenso sobre a necessidade de contemplar estes quesitos.

1.5. Um olhar comparativo sobre o etos do jornalismo português e brasileiro

A sociedade globalizada e digital aponta para um etos do jornalismo transnacional, mas ainda há diferenças entre as identidades do jornalismo de acordo com o país. Os caminhos traçados pela história do jornalismo brasileiro foram diferentes do curso percorrido pelo jornalismo português. E estas diferenças repercutiram no exercício atual da atividade em cada país. Os países ocidentais compartilharam de momentos históricos como a repercussão da industrialização, a implantação do modo de produção capitalista, a influência das duas grandes guerras mundiais, o desenvolvimento da sociedade democrática, no entanto, cada país digeriu de forma diferenciada esse contexto global. Voltando o olhar para o jornalismo, em especial o jornalismo português e brasileiro, percebe-se estas diferenças no processo de profissionalização traçado por cada um deles. O Governo ditatorial brasileiro de Getúlio Vargas, diferentemente do governo português de Salazar, incentivou a criação do curso universitário em jornalismo e o sindicato, também criado em ambos os países no mesmo contexto, assumiram propostas diferenciadas. Enquanto as entidades representativas da categoria brasileira encabeçaram uma luta contra a censura e a liberdade de imprensa, promovendo greves, no caso português, o sindicato atuou mais como um órgão oficial do governo, engessando a imprensa. Na década de 60, a ditadura volta ao Brasil, desta vez nas mãos dos militares, mas durante esses dois regimes, o ensino oferecido pelo Estado era de qualidade. Já em Portugal, até 1974 o governo não priorizou a educação.

Desde 1984, a assessoria de imprensa foi incorporada no Brasil como atividade de competência de jornalistas. E hoje, ao lado da assessoria de comunicação, proporciona um dos grandes mercados empregadores do jornalista. Em Portugal, de forma semelhante aos demais países europeus, a assessoria de imprensa é colocada ao lado da publicidade e propaganda, como funções que não dizem respeito ao jornalista. O jornalista pode atuar como assessor de imprensa (relações públicas) desde que abandone suas atividades enquanto jornalista.

Outra diferença é o código deontológico, como aponta Marôpo (2007). A autora mostra que o código português trata mais detalhadamente sobre a conduta do profissional e o brasileiro, por sua vez, é mais extenso, mas aborda as questões profissionais de forma mais generalista.

E, por último, há obrigatoriedade do diploma em jornalismo para exercer a profissão, no Brasil, o que não aconteceu em nenhum outro país ocidental. Portugal,

demorou em criar a primeira escola superior de jornalismo, fato que ocorreu em 1979. Estas diferenças contradizem a existência de uma identidade única ao jornalista, no entanto, a troca de experiências e os avanços da comunicação na sociedade digital e globalizada, com sua universalidade e, paradoxalmente, peculiaridades culturais dos dois países envolvidos, suscitam a discussão da competência do jornalismo, suas funções nesta nova realidade, mercado de trabalho, responsabilidade social e mesmo a profissionalização da carreira.

Capítulo 2

Formação Acadêmica

2.1. Teoria, pesquisa e ensino em jornalismo

Como se mostrou no tópico sobre o conceito de profissão, a formação superior é um dos quesitos da profissionalização de uma carreira. Esta discussão sobre a educação formal permeia o jornalismo desde o século XIX, embora tenha se consumado, na maioria dos países, no século XX. O tema continua atual no âmbito do campo da comunicação em diferentes países, seja nas academias, nos congressos nacionais e internacionais ou mesmo nas empresas de comunicação. No entanto, não há um consenso entre pragmáticos e teóricos, nem mesmo entre os próprios teóricos sobre o papel das instituições de ensino e a importância da diplomação em jornalismo para o exercício da profissão, ou tampouco sobre o conteúdo e a estrutura dos cursos de jornalismo. Nas próprias academias, que têm por princípio a preocupação com a melhor formação do jornalista, há divisões de diferentes correntes de pensamento, nem todas antagônicas. Ente elas destacam-se:

1. a que defende um conhecimento próprio ao jornalismo, com domínio de uma *expertise*;
2. a que é favorável à formação universitária para o exercício da profissão, mas que vê o jornalismo mais atrelado às ciências humanas;
3. a que aposta em uma formação na graduação mais generalista, seguida de uma especialização com ênfase em alguma área do saber;
4. a que acredita em uma formação mais específica ainda na graduação.

Estas linhas de raciocínio não são fixas, ao contrário, elas acompanham o movimento da sociedade e suas tendências, inclusive em outros campos profissionais. Entre os grandes motivadores deste debate, no século XXI, estão a sociedade globalizada e digital, suas repercussões e o Processo de Bolonha. Como mostrou Traquina (2005b), o jornalismo caminha para uma profissão transnacional e sua formação tem que acompanhar essa dinâmica.

O jornalismo está ligado à sociedade. Não tem como desvinculá-los. Bourdieu (1996) define o jornalista como funcionário da humanidade, ou um funcionário da sociedade. Genro Filho (1987, p.3) propôs ao jornalismo um papel revolucionário: “o

de ser uma forma de conhecimento que, embora historicamente condicionado pelo capitalismo, apresenta potencialidades que ultrapassam esse modo de produção”. Com isso, ele procurou mostrar que o jornalismo é uma forma de conhecimento com base na indústria moderna, mas também faz parte da relação entre indivíduo e gênero humano e assim pode estar presente em qualquer sociedade futura, independente do seu modo de produção. A relação entre jornalismo e sociedade não depende do modo de produção. A necessidade de trocar informações é inerente ao homem enquanto ser social, independente do período histórico e suas circunstâncias.

Genro Filho (1987) defendeu uma teoria para o jornalismo, fundamentada em uma ciência própria. O autor fez uma revisão das abordagens teóricas (funcionalismo, indústria cultural, marxismo) e práticas do jornalismo, focando os limites das teorias propostas, as quais ilustravam apenas as técnicas dessa atividade e a falta de uma reflexão por parte dos profissionais sobre o exercício diário da profissão. Nesta dualidade, o maior prejudicado era o próprio jornalismo. Para Genro Filho (1987), as teorias acadêmicas, em sua maioria, eram fracas, reproduziam as técnicas descritas nos manuais ou dissertavam sobre críticas ideológicas do jornalismo como instrumento de dominação.

Uma importante contribuição para o desenvolvimento dos estudos comunicacionais veio do jornalista e teórico brasileiro Luiz Beltrão, que se preocupou com a relação do jornalismo com a comunicação popular (a Folkcomunicação¹²), vendo o primeiro como uma atividade humana atuando no contexto social. Ele foi um dos primeiros jornalistas brasileiros a defender o conhecimento teórico para o exercício da profissão, quando, na década de 60, após anos atuando na prática, ele criou o curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. Beltrão pensava o jornalismo como difusor de conhecimento. Entre suas contribuições, ele sistematizou em obras literárias a teoria do jornalismo, técnicas de redação, a estrutura organizacional do jornal para atender sua função informativa e a defender o jornalismo como profissão.

O jornalista e teórico José Marques de Melo foi aluno de Luiz Beltrão. Ele também se dedicou a pesquisar uma teoria do jornalismo e a mostrar sua importância na formação do profissional. Marques de Melo (2006: 18) mostrou que, no Brasil, a

¹² O conceito teórico denominado Folkcomunicação foi criado por Luiz Beltrão em 1967, apresentado em sua tese de Doutorado defendida na UnB - Universidade de Brasília. Propõe um olhar para os processos comunicacionais populares, da classe subalterna. Tais conceitos são, atualmente, adotados por diversas linhas investigativas da América Latina e Europa (Barros & Duarte, 2004).

preocupação com a formação dos jornalistas data do início do século XX. “(...) *quando se intensifica o movimento pela organização profissional da categoria, e se robustece na década de 1930, com a legitimação política da Associação Brasileira de Imprensa, na verdade as primeiras experiências destinadas a preparar pessoal para as atividades noticiosas em instituições universitárias só ocorreriam no final da década de 1940, com o funcionamento dos cursos de Jornalismo mantidos pela Fundação Cásper Líbero, em São Paulo, e pela então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.*”

Marques de Melo (1998), através de uma revisão bibliográfica, mostrou a evolução histórica da discussão sobre as ciências da comunicação e da informação. Ele iniciou em Platão e Aristóteles com o estudo da retórica e sua importância no processo de informação e persuasão, focando as características filosóficas ou psicológicas e colocando o processo de comunicação em segundo plano. A origem da ciência da informação, como disciplina definida, data do movimento cultural dos enciclopedistas franceses no século XVIII. Os enciclopedistas concebiam a “ciência de comunicar” como um ramo da lógica, dividida em três grupos específicos: discurso - Ciência do Instrumento; Ciência do Método; Ciência do Ornamento. D’Alembert fez algumas modificações, simplificando a estrutura, no sistema de Bacon, definindo-o como: Ciência do Homem – arte de pensar; arte de reter os pensamentos; arte de transmiti-los ou comunicá-los. Esse último, por sua vez, subdividiu-se em: gramática; retórica; crítica; pedagogia; filologia. Na *Enciclopédia*, os autores visualizaram o fenômeno da transmissão de informação em toda sua amplitude, desde a elaboração da mensagem até a utilização de artifícios destinados a conseguir os efeitos desejados, no entanto, consideraram apenas a comunicação interpessoal e não a comunicação coletiva. Somente no século XIX apareceram estudos sobre a comunicação coletiva na enciclopédia alemã sob o prisma das ciências sociais. Na década de 1930, o estudo científico da informação buscou sua autonomia, com metodologia científica para investigar os fenômenos do jornalismo e da publicidade, destacando-se Gallup, Lazarsfeld, Kurt Lewin, Harold Laswell, Raymond Nixon, Wilbur Schramm, Jacques Kayser e Otto Groth.

Na discussão sobre o problema de uma metodologia específica aplicada à ciência da informação, Marques de Melo (1998) dialogou com Lévi-Strauss, Malinowski, Ernest Nagel, Gilberto Freire, Albert Einstein, Carlos Fayt, e concluiu que a investigação científica dos meios de informação estava em fase de elaboração, envolvendo três métodos: de observação ou evidência; experimental e comparativo. No

jornalismo, em especial, o autor mostrou que para caracterizá-lo cientificamente seria necessário a coexistência de atualidade, oportunidade, universalidade e difusão coletiva. Assim, o jornalismo poderia ser definido como “ciência que estuda o processo de transmissão oportuna de informações da atualidade, através dos veículos de difusão coletiva” (Marques de Melo, 1998:74).

Os três autores brasileiros levantaram discussões sobre a importância da existência dos cursos de credenciamento para formar profissionais aptos a exercer a profissão, o conteúdo que é ministrado por esses cursos e a necessidade deles oferecerem conhecimento específico em jornalismo. Todas estas questões remetem à problematização do desenho da grade curricular do curso de jornalismo, mesmo por vias indiretas.

O jornalista e pesquisador brasileiro Meditsch (2002) discutiu se o jornalismo poderia ser considerado uma forma de conhecimento, apontando três abordagens diferentes. Na primeira, o autor distanciou o jornalismo de ciência por ele não se utilizar de um “método científico”, no seu sentido positivista, ao realizar a elaboração de uma reportagem. Essa posição, também utilizada pela Escola de Frankfurt, situou o jornalismo como uma ciência mal feita e às vezes perversa e degradante por falar de todos os assuntos de forma superficial. Na segunda abordagem, o autor citou Robert Park (1940) ao mostrar que o jornalismo possui uma forma de conhecimento da observação do cotidiano e da vida humana, o qual ele denominou de “conhecimento da realidade”, com uma sistemática semelhante à produzida pelas ciências. A terceira abordagem, apontada por Meditsch, enfatizou o que o jornalismo tem de único, ou seja, justamente a sua forma diferente de revelar a realidade, ilustrando aspectos que os outros modos de conhecimento são incapazes de mostrar. Enquanto a ciência procura estabelecer as leis que regem um fato e suas relações, o jornalismo tem a sua força na singularidade do próprio fato. O autor ressaltou, ainda, que o jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz para a sociedade e seus indivíduos, mas também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. Para Meditsch, o jornalismo não é uma ciência, pois ele é incapaz de explicar a realidade que se propõe revelar. Mas, por outro lado, o jornalismo, como forma de conhecimento, é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências. O jornalismo tem uma forma de conhecimento de direito próprio. Não é apenas um instrumento para transmitir conhecimentos produzidos por outrem e nem tão somente um meio de comunicação, mas é também um meio de conhecimento com relevância e

responsabilidade do seu papel social. E cabe à academia dar conta desta complexidade que envolve a formação do jornalismo como produtor e reproduzidor de conhecimento.

Chaparro (2006) também não vê o jornalismo como ciência e muito menos como simples técnica. Com os avanços da tecnologia e a rapidez da informação, o autor mostra que o jornalista hoje não apenas narra o que acontece, mas também tem que ser capaz de compreender e atribuir significados aos fatos. A dificuldade não está nas ferramentas e sim na capacidade intelectual para apreender e compreender os acontecimentos. Ao contrário de Meditsch, Chaparro defende que se o jornalista incorporasse alguns procedimentos científicos, mais especificamente um método de pesquisa, com recorte do objeto, investigação, verificação, aferição, contextualização e profundidade, o seu trabalho seria mais confiável, menos superficial e menos pobre. Ele produziria mais habitualmente grandes reportagens e reportagens especiais.

Essa discussão não se dá exclusivamente no Brasil. Na literatura internacional, a discussão do jornalismo como conhecimento apareceu já em 1690, na tese “Os relatos jornalísticos” do alemão Tobias Peucer, defendida na Universidade de Leipzig. Ele comparou o relato jornalístico com o relato histórico, a partir das categorias filosóficas do singular, particular e universal. Peucer também discutiu aspectos atuais como o conceito de noticiabilidade, a ética profissional, a mercantilização da informação e a relação com as fontes. Outra grande contribuição da sua tese foi o fato de ser a primeira a teorizar sobre o gênero informativo (Peucer, 2004). A Universidade de Leipzig destacou-se também na história do jornalismo por sediar a primeira cadeira de comunicação social, em 1916.

Na primeira metade do século XX, outro teórico alemão Otto Groth defendeu o reconhecimento da “ciência jornalística”, quando revelou que o exercício diário do jornalismo exigia uma metodologia científica no desenvolvimento de uma reportagem, passos que se repetem independentemente da sociedade e da sua cultura específica. O autor mostrou que o jornalismo utilizava veículos que materializam idéias, com vida e destinos próprios, usufruindo de uma estrutura e recursos humanos. O que mudava era o conhecimento produzido pelo jornalismo e não as características dessa atividade: periodicidade, atualidade, universalidade e difusão.

Atualmente, muitas escolas de comunicação, que participam da International Communication Association (ICA) dedicam-se a estudar a comunicação e sua relação com as outras ciências durante o processo de formação do aluno. O teórico Donsbach

(2005¹³) deixa evidente que esta controvérsia entre estudiosos do jornalismo em dialogo com as outras ciências não é recente, pelo contrário, seu primórdio data de 1916, com a introdução da primeira cadeira de comunicação social e desde então está pautada na academia e nos encontros nacionais e internacionais. Em 1930, o então presidente da German Sociological Association, Ferdinand Toennies, durante um Congresso na Alemanha, questionou, justamente, o fato de o jornalismo depender das ciências humanas e da sociologia, em especial. Donsbach não descarta a relação entre ciências sociais e jornalismo, assim como entre psicologia e jornalismo, tecnologia e jornalismo, ou ainda antropologia e jornalismo, no entanto, ele critica o descaso pelas disciplinas pragmáticas nos cursos superiores, as quais, em sua opinião, são tão relevantes quanto as disciplinas com formação teórica sólida, bem como os estudos empíricos que tem como mote a comunicação.

Em Portugal, na década de 90, o professor e pesquisador Nelson Traquina se destacou defendendo a questão do jornalismo não se limitar a um ensino tecnicista. Na busca de entender o que era o jornalismo e por acreditar que a Universidade deveria oferecer um estudo teórico sobre a prática da profissão, Traquina criou a disciplina “Teoria da Notícia”. E ele foi mais além, juntamente com outros pesquisadores de diferentes instituições. Traquina criou o *Centro de Investigação Media e Jornalismo* na cidade de Cascais, em Portugal. Em duas de suas obras, Traquina (2005a, 2005b) analisou a relação entre jornalismo e democracia. Através de uma pesquisa bibliográfica sobre jornalismo na literatura norte-americana e francesa, o autor viu as notícias como uma construção social. Ele abordou algumas teorias do jornalismo como a teoria do espelho, do interacionismo, do estruturalismo, do construcionismo, da ação política, do *gatekeeper*, a organizacional e o jornalismo enquanto profissão. Para Traquina (2005b), a sociedade contemporânea, globalizada, propiciou a emergência do jornalista transnacional, que contempla a convivência da heterogeneidade na homogeneidade, e, ainda, tem definido uma identidade enquanto profissão em qualquer país ocidental. “*Postulamos agora que esta comunidade interpretativa chamada jornalistas é uma comunidade transnacional, uma diáspora espalhada pelo mundo*” (2005b:106).

O teórico português Sousa (2002, 2003) também estudou a teoria do jornalismo e mostrou que é possível construir uma teoria unificada para o jornalismo. O

¹³ The Identity of Communication Research, artigo apresentado na Annual Conference of the International Communication Association (ICA), New York, May, 28, 2005.

autor não defendeu uma ciência para o jornalismo, mas discutiu a importância de repensar a grade curricular, com a inclusão de disciplinas específicas, de práticas de pesquisa e propôs títulos de graduação em mais de uma área do saber, tornando possível formar profissionais especializados. Ele sugeriu um leque de especializações de acordo com o interesse do aluno, conciliando disciplinas com conteúdo tradicional referente à teoria e técnica do jornalismo, com novas disciplinas englobando as características da sociedade digital. O estudo de grade proposto por Sousa (2007b: 5) acompanha as discussões do Processo de Bolonha. *“O cenário mutacional do jornalismo e a paisagem policromática do respectivo ensino tornam difícil a busca de soluções consensuais para a formação de jornalistas neste começo de século. Há, no entanto, um ponto de partida que poderá ser suficientemente consensual: a Universidade, se quer ser uma instituição indispensável à sociedade, não pode abdicar de formar jornalistas e de o fazer com qualidade, o que implica educar para um cenário em transformação, mas em que há coisas relativamente perenes, como, no caso do ensino do jornalismo, certos valores, linguagens e técnicas”*.

Neste artigo, Sousa vê nas instituições de ensino atuais a responsabilidade em formar um profissional apto a atuar na sociedade digital e globalizada, com formação humanística e tecnológica suficiente para dominar as técnicas e os elementos envolvidos no processo comunicacional, realizando seu trabalho com ética e competência. Para o autor, os cursos de jornalismo teriam que ser estruturados da seguinte forma: *“Assim, uma fase inicial (dois anos) incluiria no núcleo duro da graduação disciplinas destinadas a garantir: a competência tecnológica; a eficiência linguística nos meios digitais, audiovisuais e impressos; e conhecimentos mínimos de teoria, história e atividades de comunicação social. No final desse primeiro ciclo de estudos, o estudante deveria estar apto a sair da Universidade e ingressar no mercado de trabalho de nível técnico ou prosseguir estudos enveredando por qualquer área da comunicação. Um segundo ciclo de estudos (de um ano ou dois) permitiria ao estudante uma especialização num domínio comunicacional, para o nosso caso o jornalismo. Esta segunda fase do curso de jornalismo deveria proporcionar, depois de uma formação para vários media, uma especialização mediática. Deveria também proporcionar disciplinas de estudo, debate e reflexão sobre o jornalismo e, a partir dele (Meditich, 1999 a), sobre a história, a sociedade e a cultura. Os cursos de jornalismo têm de fomentar, talvez muito mais do que os outros, a mobilidade internacional de estudantes e professores, pois isso estimula nos estudantes a capacidade de conhecer e ler o*

mundo e de se abrir ao diferente e permite aos professores saírem do seu reduto para beneficiarem dos conhecimentos dos colegas, formarem redes de investigação, conhecimento e competências e tomarem contacto com as experiências de ensino-aprendizagem do jornalismo que se fazem com sucesso por esse mundo fora” (Sousa 2007b:7).

A falta de identidade dos cursos de comunicação, de integrar diferentes ciências e utilizar teorias e métodos de outras ciências para estudar objetos da comunicação, também é foco de discussão de pesquisadores de outras nacionalidades entre eles, o americano Schudson, o australiano Breen, o inglês McNair, e o Holandês Deuze. Não há uma uniformidade no jornalismo, ao contrário a própria estrutura física espelha esta diversidade, com diferentes denominações para os departamentos nos quais os cursos de jornalismo estão vinculados de acordo com o país, como também no sombreamento de teorias em disciplinas distintas. Este repertório com vários nomes evidencia que esta é uma discussão atual, importante para o jornalismo enquanto objeto de estudo e atividade que requer uma formação teórica e prática. Na “sociedade da informação” como denomina o sociólogo inglês Daniel Bell¹⁴, ou sociedade globalizada e digital, o jornalismo e a comunicação, de maneira geral, ocupam importante papel, o que justifica um crescimento de pesquisas sobre eles. As emergências sócio-culturais e sócio-econômicas transformam as formas de pensar e fazer jornalismo.

Deuze (2005) mostra que já há um consenso em ter uma disciplina, pelo menos, na qual o jornalismo seja objeto de estudo, contudo, há uma falta de coerência no domínio do jornalismo, inerente ao estudo e aos cursos de formação, pois grande parte das disciplinas é de domínio das ciências humanas e sociais. Estas contraposições são apontadas por diferentes autores de distintas localidades, os quais nem sempre utilizam os mesmos métodos. Entre eles, o americano Zelizer ressalta a própria formação dos teóricos que discutem o estudo do jornalismo, muitos deles formados em humanidades. Deuze explora o conceito de jornalismo como ideologia profissional, com um possível ponto de encontro para estudos de jornalismo e educação. Ele aborda questões sociais existentes em todo o mundo e em todas as mídias do século XXI, as quais fazem interfaces com o jornalismo contemporâneo. O autor se desprende de uma análise superficial, no âmbito da estrutura e do advento de instrumentos e recursos

¹⁴ Idem nota 13.

tecnológicos, e investiga o jornalismo enquanto profissão na sociedade em rápida mudança tecnológica.

A discussão sobre os estudos do jornalismo, suas inter-relações com as humanidades, a falta de uma identidade própria enquanto estudo e educação e seu movimento entre os conceitos de ofício e profissão permeiam academias de diferentes nações, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Isto não significa, de forma alguma, sua inexistência antes desse período. Mas não há dúvidas de que proliferaram com as sociedades democráticas.

Como se pode perceber, o meio acadêmico está instigando uma reflexão sobre as relações entre jornalismo, conhecimento, ciência e mercado de trabalho. Não há uma definição de normas universais para o jornalista. Mesmo sem um consenso entre as percepções dos autores mencionados acima sobre o conhecimento próprio em jornalismo, ou o jornalismo como produção de conhecimento, todos eles apontam para a importância da produção de pesquisas que propiciem pensar o jornalismo, sua identidade na sociedade atual e a responsabilidade da academia. Alguns até mencionam explicitamente a relevância do curso superior na formação do profissional.

O interessante é o desdobramento destas discussões e pesquisas, pois as mesmas só enriquecem a reflexão a respeito da identidade do jornalismo e do seu papel na sociedade contemporânea, sem esquecer que não há verdade para a ciência.

A proposta, neste tópico, não foi fazer uma extensa revisão bibliográfica dos estudos sobre o jornalismo e a formação acadêmica e sim ilustrar que estas discussões permeiam diferentes academias e países, salientando sua relevância para pensar o jornalismo.

2.2. O ensino e a prática do jornalismo brasileiro: uma relação de conflito

No início do período Brasil colônia, por volta de 1500, a coroa portuguesa impediu a implantação de instituições de ensino no Brasil. O intuito era que a elite nativa fosse estudar em Coimbra. Esta posição foi revista com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, pois passou a ser interessante à corte a criação de pelo menos dois cursos profissionalizantes: medicina e engenharia. Em fevereiro de 1808, foram criadas as escolas de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro e, em 1810 a escola de Engenharia no Rio de Janeiro. Na década de 1920, durante a República Velha, aumentaram os movimentos de renovação social, política e cultural como as greves operárias, a formação do movimento tenentista, a Semana de Arte Moderna, a fundação do partido comunista, a criação da Academia Brasileira de Ciências e da Associação Brasileira de Educação, culminando com a Revolução de 1930.

Depois da crise mundial de 1929, a oligarquia cafeeira do Brasil perdeu o poder político para os setores médios urbanos, intelectuais, nacionalistas e jovens oficiais militares que haviam sido marginalizados durante a República Velha. O cenário político sofreu transformações. A República Velha, que representava as oligarquias do café e os coronéis de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, foi derrotada com a Revolução de 30, dando início ao Estado Getulista, de 1930 a 1945 (Fausto, 2001). O líder populista desta nova coalizão foi Getúlio Vargas que assumiu o poder em 1930, através de um golpe militar. O Governo de Getúlio foi apoiado pelos tenentes e pela Igreja Católica. Esta levou a massa a apoiar o Governo, que em troca, criou em abril de 1931, um decreto permitindo o ensino religioso nas escolas. O Governo Provisório se caracterizou como centralizador. Em novembro de 1930, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional, assumindo os poderes executivos e legislativos, estaduais e municipais. O novo governo incentivou o desenvolvimento econômico e instaurou reformas sociais e políticas, mobilizando as classes operárias urbanas ascendentes como base efetiva de apoio político pessoal.

Fausto (2001) mostra que o Estado passou a organizar a educação de cima para baixo, sem envolver mobilização da sociedade, mas considerou todos os aspectos do universo cultural. Ela era influenciada por valores conservadores da igreja católica. Implantou o ensino secundário e passou a exigir a frequência obrigatória e o diploma de nível secundário para o ingresso no terceiro grau. No plano do ensino superior, o Estado buscou condições para o surgimento de universidades dedicadas ao ensino e à pesquisa.

Em 1935, Anísio Teixeira, durante a administração de Pedro Ernesto, instituiu, através de um decreto municipal, a Universidade do Distrito Federal. Mas ela durou apenas 4 anos. Não teve tempo para sediar a primeira faculdade de jornalismo. Durante o governo de Getúlio Vargas, em 1938, foi publicado o Decreto-lei 910 que afirmava que o Governo Federal *“deveria promover a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais de imprensa”*.

A primeira escola de jornalismo brasileira foi também a primeira escola da América Latina e data de 16 de maio de 1947. Em 1944 foi criada a Fundação Casper Líbero, para administrar o patrimônio deixado pelo empresário de comunicação Casper Líbero, morto em 1943 em um acidente em aéreo. Em seu testamento estava discriminado que sua riqueza era para desenvolver cultura e jornalismo no país através da Fundação, sem fins lucrativos. Ele estabeleceu como objetivo prioritário a criação de uma escola de jornalismo. Em 1972, por determinação legal, a escola passou a ser Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero oferecendo, além do curso de Jornalismo, os cursos de Relações Públicas, Publicidade e Propaganda. Em 2002, foi incorporado o curso de Rádio e TV e, em 2003, o Ministério da Educação aprovou o curso de Turismo.

A professora do curso de jornalismo da Universidade de São Paulo (USP) Alice Mitika Koshiyama aponta as semelhanças entre os pioneiros na criação de cursos de jornalismo nos Estados Unidos e Brasil, Joseph Pulitzer e Casper Líbero respectivamente. Ambos eram empresários da comunicação, participaram do desenvolvimento industrial, contribuíram com a expansão do capitalismo para as massas e defenderam uma formação específica para o exercício da profissão.

Para Koshiyama (2005) há uma relação entre a história e as práticas de ensino em jornalismo nos dois países. Pulitzer era imigrante húngaro. Enriqueceu nos Estados Unidos com negócios em jornais e, diferentemente dos empreendedores americanos da época, percebeu a importância da formação intelectual na competência dos profissionais para exercer tarefas jornalísticas e administrativas. Por acreditar nisto, ele patrocinou o curso de formação em jornalismo na Universidade de Columbia, uma das mais conceituadas do país. Ele também participou das questões políticas, como o apoio que deu às teses do Partido Democrático e às campanhas jornalísticas contra a corrupção nas empresas públicas e privadas. Enfrentou ações judiciais pelas reportagens que divulgou contra o banqueiro J.P. Morgan e o então presidente Theodore Roosevelt. Pulitzer morreu em 1911 e até hoje suas contribuições estão presentes na sociedade americana,

não apenas pelo prêmio anual que recebe seu nome, mas também pelas discussões entre jornalistas profissionais e acadêmicos para reavaliar o processo de formar jornalistas para enfrentar as mudanças no mercado. *“O texto publicado em 2002 na Columbia Journalism Rview e traduzido pela equipe do Observatório da Imprensa (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da131120021.htm>), relembra os embates do passado com a participação de eminentes mestres: O que escolas de Jornalismo devem ensinar? Um equilíbrio entre conhecimento e prática foi claramente o que Joseph Pulitzer tinha em mente quando pensou em criar uma escola – ainda que de graduação – em Colúmbia num comunicado de 1902. Mas, quando Lee Bollinger, novo presidente de Colúmbia, interrompeu a busca pelo novo reitor da escola de Jornalismo em julho deste ano e declarou que era preciso repensar sua missão, ele atizou as chamas de um debate existente desde os dias de Pulitzer, nunca inteiramente resolvido. Um artigo do New York Times de 1932, por exemplo, sobre a inclusão de "instrução profissional" no currículo da escola, citou o reitor Carl Ackerman: "Nós acreditamos que devemos tentar superar a lacuna entre o ambiente protegido da educação e o ambiente desamparado da vida num jornal...". Outro artigo do Times, este de 1983, começa desta maneira: "A administração e os professores da Escola de Jornalismo da Universidade de Colúmbia estão envolvidos num debate sobre o que a instituição, a mais conhecida do país, deveria estar fazendo e como deveria estar fazendo" (Koshiyama, 2005:5).*

Casper Líbero também agregou inovações no campo do jornalismo. Ele construiu o Palácio da Imprensa, a princípio a sede do jornal A Gazeta. Foi o primeiro prédio do país com uma estrutura apropriada para redação, composição, gravura, impressão e distribuição. Ele importou rotativas da Alemanha, introduziu a rotogravura colorida, substituiu o telégrafo pelo teletipo, lançou página feminina, suplemento infantil e posteriormente o jornal Gazeta Esportiva¹⁵. Assim como Pulitzer, Casper Líbero também participou das questões políticas e da educação, defendendo as instituições democráticas e a Revolução Constitucionalista de 1932. Ele acompanhou a modernização de São Paulo e transformou o jornal A gazeta em um vespertino com identidade paulistana. No panorama do jornalismo, o empresário estimulou as discussões da categoria e a formação profissional. Semelhante a Pulitzer, Casper

¹⁵ Informações retirada do site da Fundação Casper Líbero www.fcl.com.br/outras_paginas/historia6.htm, acessado em 20 de setembro de 2007.

valorizava seu quadro de funcionários e percebeu a necessidade de uma formação de nível superior para prepará-los melhor (Koshiyama, 2005).

O segundo curso de jornalismo foi o da Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, fundado em 1948, que corresponde hoje à Universidade Federal do Rio de Janeiro e representa uma união de várias faculdades.

A Universidade de São Paulo – USP - foi fundada em 1934 quando reuniu a recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras às instituições de ensinos já existentes, entre elas: Escola de Medicina Veterinária, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola Politécnica e Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. No início, a USP teve grande influência da liderança científica e cultural européia, sobretudo na área das ciências humanas. A posse de Durkheim como emblema para a luta de autonomização da sociologia acabava por legitimar também o movimento de contratação de cientistas sociais estrangeiros, sobretudo franceses, para lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, capazes de formar uma cultura científica adequada à fixação da sociologia na constelação de disciplinas acadêmicas. Com a contratação dos intelectuais europeus buscava-se, definitivamente, abalar a estrutura de poder institucional dos *sábios da província*: engenheiros, médicos e, sobretudo, bacharéis em direito que até então detinham a hegemonia do conhecimento no meio acadêmico. Em 1966 começou a funcionar a Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo – ECA/USP, criada pelo Decreto 46.429 do governador Laudo Natel.

Durante o período da ditadura militar, as universidades sofreram intervenções diretas ou indiretas no conteúdo dos cursos, postura de professores e alunos por parte do Governo. A repressão política e cultural abateu professores e alunos. Muitos foram impedidos de lecionar. Alunos sofreram perseguições, prisões e até assassinatos. As instituições de ensino também foram atingidas por transformações, com a política de expansão das universidades federais, a adoção de normas tais como aplicação da estrutura departamental e o sistema de créditos. Um dos feitos do regime militar foi a expansão das pesquisas no âmbito das instituições públicas. Através de um acordo entre militares e comunidade científica possibilitou-se a implantação, em nível nacional, do sistema de pós-graduação e criação de órgãos de incentivo à pesquisa, entre eles o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES. No entanto, a insatisfação da

distribuição de vagas e verbas norteou o campo de uma política discricionária atrelada ao regime militar, causou insatisfações, representadas no movimento estudantil de 1968. O desenvolvimento de uma política consistente para a pós-graduação e para o desenvolvimento de pesquisas qualificou a universidade pública mas não expandiu o número de vagas. Para atender a demanda social reprimida, diminuiu-se a exigência para a abertura de instituições privadas de ensino superior, possibilitando um crescimento desenfreado destes estabelecimentos, desde então.

A partir desta data começam a surgir os cursos de jornalismo no país. Segundo Ribeiro (1998), em 1960 havia sete faculdades de jornalismo no país. No início da década de 90 somavam mais de 100 cursos na área de comunicação, sendo 70 com o curso específico em jornalismo. Uma pesquisa realizada em 1998, pela Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC), do Ministério da Educação (MEC), revelou que existiam no Brasil 125 cursos de Comunicação Social. Inscreveram-se, para o vestibular de 1998, 107.825 candidatos em todo o país. Segundo dados do Censo do Ensino Superior de 2003, o número de cursos saltou de 260, em 2000, para 443, em 2003, desses 74 eram públicos e 369 privados¹⁶.

Informações sobre o conteúdo curricular dos cursos de jornalismo ministrados nas décadas de 40 e 50 especificamente no Brasil são escassas. Na década de 60, como mostra Marques de Melo (2006), começaram os estudos de jornalismo comparado realizados pelo ex-diretor do Instituto Francês de Imprensa Jacques Kayser, com o apoio da UNESCO. Sua preocupação era em disponibilizar as pesquisas para uso dos profissionais da imprensa, em suas atividades noticiosas. Ele influenciou estudiosos americanos, franceses e de países da América Latina. Kayser ministrou aulas nos cursos patrocinados pela CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina) e só parou em 1963, quando morreu.

Meditsch (1999) traçou outro olhar sobre a influência da UNESCO e do CIESPAL na atividade de jornalismo, durante o período pós-Segunda Guerra Mundial. O teórico também se preocupou em entender a formação acadêmica dos jornalistas, mais especificamente, a ruptura entre a teoria e prática nos cursos de comunicação social. Para Meditsch, esta ruptura foi fruto das repercussões da Segunda Guerra Mundial, da política da Guerra Fria, da Revolução Cubana com seu posicionamento declarado contra o capitalismo e, mesmo, do regime militar brasileiro. Como o próprio

¹⁶ Segundo a FENAJ, os dados podem estar incluindo também outras habilitações em comunicação social como Cinema e Vídeo, Radialismo, Rádio e Telejornalismo, Produção Editorial e Publicação.

autor cita, “no jornalismo costuma-se dizer que a verdade é a primeira vítima de qualquer guerra” e ele faz uma analogia mais profunda, dizendo que na academia, na área de comunicação, “a vítima foi a realidade, rompendo a teoria e a prática”¹⁷. O ponto de partida foi em Paris, em 1948, numa conferência realizada pela UNESCO, órgão que sofria ampla influência da política americana, segundo o autor, na qual ficou decidido dar atenção especial à formação dos jornalistas do terceiro mundo. O temor era político, “justificado” pelo receio dos jornalistas propagarem o comunismo. A UNESCO criou centros de formação de professores de jornalismo em diferentes regiões do terceiro mundo. Em 1960, foi instalado na Universidade Central de Quito, no Equador, o primeiro Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo (CIESPAL), antes mesmo da Ásia e da África. Em 1962, foi realizada a Conferência em Punta Del Leste, na qual se traçou um programa de modernização educacional para ser adotado na América Latina, focando quatro aspectos: “*um controle centralizado, a prioridade ao ensino técnico e profissional, a tecnificação do ensino de humanidades e ciências sociais e, principalmente, a despolitização das relações educacionais*” (Ianni apud Meditsch, 1999).

Por orientação do CIESPAL, os cursos de jornalismo deixaram de ministrar a orientação teórica fundamentada na formação clássico-humanística, com ênfase nos estudos éticos, jurídicos, filosóficos e literários, por não considerá-los “científicos”. Por outro lado, as grades curriculares tiveram que incorporar disciplinas valorizadas pelo funcionalismo norte-americano. No Brasil, a reforma foi implantada com o golpe militar de 1964, e Celso Kelly, representante do CIESPAL, foi o autor do currículo mínimo imposto a todas as escolas do país, o qual contemplava a política de controle centralizado proposta em Punta del Este (Meditsch, 1999). A proposta do CIESPAL era transformar o jornalista em um profissional da comunicação, que atuasse em todos os veículos nas funções de jornalista, publicitário e relações públicas, unificando assim a linguagem acadêmica, com a desculpa que o profissional estaria apto a fazer “intercâmbio” nos diferentes países do continente. O relatório realizado pelo professor americano Raymond Nixon, em 1970 revelou que “*um terço das escolas do continente havia trocado a denominação "de jornalismo" por "de comunicação" ou equivalente. Em 1980, este número estava próximo de 85%*” (Nixon apud Meditsch, 1999).

¹⁷ Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do Jornalismo, artigo apresentado no XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Em um segundo momento, tanto o CIESPAL quanto a UNESCO desvincularam-se da ideologia norte-americana e passaram a ser financiados pela social-democracia européia, que propiciou a aproximação com a esquerda latino americana. Para Meditsch (1999) esta disputa entre direita e esquerda se refletiu diretamente nos cursos de comunicação social, transformando-os em aparelhos ideológicos e, pior, comprometendo o desenvolvimento técnico e científico, com o divórcio entre a produção teórica e a orientação pedagógica da realidade profissional. Embora as faculdades de comunicação social mantivessem esta nomenclatura e a uniformidade em todo o continente, na prática, as instituições brasileiras separaram os cursos de publicidade, jornalismo e relações públicas. O prejuízo da atuação do CIESPAL e da UNESCO foi com relação ao vácuo existente entre a formação do jornalista e a atividade prática. O que se aprendia nas academias não era aplicado no mercado de trabalho, ou seja, o profissional saia despreparado para atuar.

A crítica de Meditsch (1999) é pertinente. Independente da perspectiva teórica adotada, em sintonia com o contexto histórico das décadas de 50, 60, 70, 80 e mesmo atual, as teorias não fortalecem o elo entre academia e mercado, causando constrangimentos ao estudante que se afasta cada vez mais da prática. Na década de 50 predominou a formação clássico-humanista, substituída em 60 pelo funcionalismo que, por sua vez, em 70 foi trocado pelo marxismo. Em 80, a menina dos olhos foi a teoria simbólica levantada pelos psicanalistas. Na década seguinte, chegaram os estudos pós-modernos e estudos culturais. O que todas estas modalidades de ensino têm em comum é a valorização da teoria frente à prática. E o papel das escolas é justamente o oposto. Elas têm que romper com esta dicotomia, conhecer o mercado de trabalho, suas inovações e ferramentas e trazê-los para a academia, com o propósito de capacitar o futuro jornalista para atuar nessa realidade e contribuir com tecnologia para o desenvolvimento do jornalismo.

No dia 4 de julho de 2001, o Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais de vários cursos na área de humanidades, entre elas, as diretrizes para os cursos de Comunicação Social. Com relação ao perfil comum do egresso, o texto informa que ele tem que ser capacitado a atuar em diferentes veículos e funções, entender os processos sociais e “utilizar criticamente o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso”, entre outros aspectos. O tópico que trata especificamente do perfil do egresso do curso de jornalismo diz que o discente tem que ser preparado para produzir informações, exercer

as funções do jornalismo bem como fazer interface com áreas relacionadas ao jornalismo, no campo econômico, social e cultural. Quanto à competência e habilidade em jornalismo o texto delimita as práticas da profissão como formulação da pauta, entrevista, relacionamento com fontes, desenvolvimento de trabalho em equipe e de processos de produção jornalística, compromisso com a cidadania no exercício da profissão entre outros. O texto é extenso e envolve outros tópicos, mas um dos itens interessantes à discussão proposta é o que aborda Estágios e Atividades Complementares. O primeiro trata dos estudos e práticas supervisionadas em atividades externas à instituição de ensino e o segundo refere-se a atividades realizadas sob a supervisão de um docente, com o propósito de promover o relacionamento do aluno com a realidade. São mecanismos de interação com o mercado de trabalho, buscando uma formação mais completa. Aparecem também descritas as práticas laboratoriais¹⁸. O interessante é a preocupação em incluir a prática dentro do Projeto Pedagógico, espelhando assim a importância da atividade prática na formação do jornalista.

A Declaração menciona a sistemática de avaliações periódicas do Projeto Acadêmico tanto pela esfera interna, com o colegiado, quanto por mecanismos externos. O problema é o Decreto 83.284 de 13 de março de 1979 que, além de redefinir a exigência de diploma de curso superior para exercício de funções do jornalismo, também acaba com o estágio de jornalismo. No estado de São Paulo, em particular, há um acordo firmado entre sindicato, empresas e instituições de ensino permitindo a prática de estágio, desde que obedeça a uma proporção estipulada entre o número de estagiários e de profissionais. A cautela é de justamente evitar que estagiários ocupem vagas de profissionais no mercado de trabalho, um dos motivos que levou à proibição do estágio em 1979, quando algumas redações chegaram a empregar um número maior de estagiários comparado com o número de profissionais, com o intuito de conter custos.

As sistemáticas de avaliações dos cursos e das instituições de ensino foram implantadas pela Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de dezembro de 1996. Até esta data, não existia nenhuma avaliação institucional posterior ao credenciamento da instituição. O processo teve início no começo da década de 90,

¹⁸ Dados disponibilizados no site <http://portal.mec.gov.br>, acessado em 23 de setembro 2007.

quando o (Ministério da Educação desenvolveu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, um sistema de auto-avaliação voluntário e definido pela própria instituição de ensino. Com a nova LDB, passou-se a aplicar tempo de validade de credencial a todo credenciamento institucional que ocorresse após 1996. A partir de 2002 desenvolveram-se processos de recredenciamento das instituições de ensino. O objetivo das avaliações, propostas pelo governo, era de garantir a expansão dos cursos superiores com qualidade. Com relação aos cursos, durante os anos de 1996 e 2003, o governo implantou o Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão), o qual era aplicado aos formandos com o propósito de avaliar os cursos superiores, focando o aspecto ensino-aprendizagem. A intenção era medir o grau de aprendizagem dos formandos. Em 14 de abril de 2004, através da Lei Nº. 10.861, foi criado o SINAES – Sistema Nacional de Educação da Avaliação Superior, também ligado ao MEC/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e que tem como princípio avaliar três instâncias: instituições, cursos e desempenho dos estudantes. Ele inclui aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição, corpo docente entre outros. Possui também instrumentos complementares como auto-avaliação, avaliação externa, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, avaliação dos cursos e instrumentos de informação (censo e cadastro)¹⁹.

A história dos cursos de formação em jornalismo no Brasil aponta para a necessidade de um diálogo entre a teoria e prática dentro das academias. Os avanços tecnológicos, assim como as novas ferramentas e tendências da globalização, devem ser incorporados pelos Projetos Pedagógicos bem como as pesquisas e teorias. O propósito é formar jornalistas aptos a exercerem a profissão respeitando os princípios da mesma e o compromisso com a sociedade. O interessante é que os mecanismos de avaliação do MEC/INEP e a Nova Diretriz Curricular refletem esta preocupação, que não é nova, ao contrário desde Pulitzer e Casper Líbero ela já existia, mas em direção inversa: a necessidade era oferecer uma melhor preparação dos jornalistas que estavam no mercado e não tinham estudado. Enquanto empresários, eles sentiram necessidade de terem funcionários mais bem preparados teoricamente. Depois, durante anos, no Brasil, o problema foi o reverso desta situação: as faculdades formavam jornalistas distantes da realidade que iriam encontrar no exercício diário da profissão. A meta atual é transpor esta dicotomia.

¹⁹ Fonte: site oficial do INEP, www.educacaosuperior.inep.gov.br/avaliacao_instituicao.stm, acessado em 23 de setembro de 2007.

2.3. A relutância em implantar o curso de jornalismo em Portugal

O curso de jornalismo em nível de graduação surgiu em Portugal muito depois dos cursos tradicionais como medicina e direito. Portugal viveu o mesmo dilema dos países europeus que resistiam a associar o jornalismo a uma profissão com necessidade de formação superior. Acreditavam que o indivíduo nascia jornalista e não se tornava jornalista. O jornalismo era visto como um dom de escrever bem e como uma segunda atividade. Mas no final do século XIX, começaram a despontar em Portugal reflexões sobre este dom natural. O ensino profissional do jornalismo foi uma das discussões levantadas no Congresso Internacional de Imprensa, realizado na Sociedade de geografia de Lisboa em 1898, entre os 350 jornalistas de 18 países. A proposta apresentada pelos Conferencistas Albert Bataille e Paul Oker era de se criar, em cada país, cursos práticos e gratuitos patrocinados pelas Associações de Classe. Como cita Veríssimo (2003:87) “... argumentavam que, estando o jornal com o aperfeiçoamento das máquinas de impressão, o telégrafo e o telefone, e a transformação do “espírito público”, cada vez mais ávido de saber o que se passa em todos os recantos do mundo, o jornalismo se tornou uma profissão em que predomina o noticiarista e o entrevistador, em detrimento do polemista e do articulista público. Mas para isso era necessário que a educação geral fosse completada pela educação profissional”.

Vinte e seis anos depois, em 1924, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa inseriu nos seus Estatutos a criação da escola de jornalismo. Mas a idéia foi abortada pelo diretor do Comércio do Porto, Bento Carqueja que era simpatizante à corrente que via no jornalista a figura de um escritor e/ou poeta com dons naturais. Veríssimo cita a fala de Carqueja em uma conferência realizada pelo próprio Sindicato “tal como não há escolas de poesia, também as não pode haver de formação de jornalistas” (2003:87). As divergências entre as duas correntes não transitavam entre a o dilema da teoria e da prática na formação do profissional e sim entre a necessidade ou não de uma formação prática para capacitar o indivíduo a exercer a atividade.

Quase 20 anos depois, ocorreu uma nova tentativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas em emplacar o curso de formação jornalística. Em 8 de fevereiro de 1941, o Presidente da Comissão Administrativa do respectivo Sindicato entregou um projeto de criação do curso ao Subsecretário de Estado da Educação Nacional, com os objetivos de valorizar o jornalismo enquanto profissão, de “elevar” o nível cultural dos jornalistas

para que pudessem desempenhar seu papel na sociedade portuguesa e de proporcionar mecanismos para a contratação de funcionários. A seleção era feita de forma aleatória, sem critérios rígidos que pudessem avaliar o perfil e o currículo do jornalista. A proposta era de um curso de dois anos, voltado para o ensino teórico e prático, contemplando as seguintes cadeiras teóricas:

- Formação Profissional do Jornalista
- Educação Política e História do Jornalista
- Os Estados Modernos e o Direito Internacional Público
- Os Grandes Problemas Econômicos Atuais
- História Geral da Imprensa
- Formação e Evolução do Jornalismo Profissional em Portugal
- Legislação da Imprensa

Além das disciplinas teóricas, o curso envolvia também conferências, exercícios práticos e visitas às redações. O horário ficou definido para os fins de tarde e o perfil do egresso era: cidadãos naturalizados portugueses, com formação mínima equivalente ao 5º ano do liceu ou com algum certificado do Sindicato que comprovasse pelo menos um ano de exercício do jornalismo (Veríssimo, 2003). Este movimento refletiu a preocupação em preparar melhor os jornalistas, com conteúdo para exercerem suas atividades com competência, acompanhando as transformações da moderna sociedade de massa. O interessante é que as disciplinas teóricas nomeadas no projeto são direcionadas à imprensa contemplando tanto a teoria como a prática e não às ciências humanas de maneira geral. No entanto, o Subsecretário de Estado das Cooperções, em 4 de agosto de 1941, determinou que qualquer curso oferecido pelos Sindicatos deveria estar legalizado perante a Inspeção do Ensino Particular para poder funcionar. Com isto, o curso de jornalismo ficou apenas no papel. A grande resistência à implantação do curso de jornalismo ainda era a crença de que para ser jornalista não precisava de preparação acadêmica e teórica, o jornalismo era visto como uma vocação. Um dos grandes defensores desta concepção foi o jornalista do Comércio do Porto, Hugo Rocha que pensava o jornalismo como uma atividade que exigia um conhecimento generalista em cultura geral, e o jornalista sendo capaz de atuar em todos os setores e áreas do jornal, portanto não seria um especialista. Um jornalista e estudioso, também deste período, Alfredo Cunha concordava em parte com Hugo

Rocha, apenas era mais cauteloso, pois via a importância da técnica e do aprendizado, mas não como formador de uma excelência de várias faculdades exigidas pelo ofício e sim como um adestrador dessas faculdades inatas ao indivíduo. Mesmo assim, a proposta de Alfredo não era de criar apenas um curso e sim uma faculdade. Sem dúvida, ainda na década de 40, respiravam os ares do século XIX, do jornalismo doutrinário e literário. Além de Hugo Rocha destacou-se também Artur Portela, que publicou o livro *Os Mortos Falam*, uma homenagem a antigos jornalistas portugueses que marcaram época. Outro saudosista foi José Sarmiento autor do livro *Cidade de Mármore*, uma das obras publicadas para comemorar o tricentenário da *Gazeta*, conhecido como o primeiro jornal português..

Em outubro de 1952, foi publicado um artigo no jornal *Gazeta Literária*, mais especificamente na seção chamada *Problemas que nos dizem respeito*, um espaço dedicado à atividade de jornalismo, escrito por um jornalista desconhecido. Neste artigo, segundo comenta Sobreira (2003) o respectivo jornalista defendia a importância de uma escola de jornalismo para ensinar a técnicas e teorias desta atividade. Ele comparou o jornalismo com a medicina e o direito e colocou os três no mesmo patamar, com relação à necessidade de um aprendizado para poder exercer a profissão. Em resposta a este artigo, em janeiro de 1953 o jornalista do *Jornal de Notícias*, Juliano Ribeiro escreveu um artigo com o título “O jornalismo é profissão que se aprende?”. Embora ele tenha defendido que não depende de uma faculdade e sim do indivíduo assumir uma postura de autodidata, no texto ele menciona os países que possuíam faculdades de jornalismo, destacando: Estados Unidos, Suíça, França, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia e Noruega. A batalha travada na seção da *Gazeta Literária* cessou durante quase quatro anos. Em 1957 ela reacendeu e desta vez mais agressiva. Danton Jobin era professor de jornalismo no Brasil e durante uma Conferência na Faculdade de Letras de Lisboa, ele instigou o Governo Português a criar uma escola de jornalismo em Lisboa. A frase publicada pela *Gazeta* do referido professor citando Pulitzer foi “única profissão para qual o homem já nasce preparado e prescinde a escola – é a de idiota” (Jobin apud Sobreira, 2003:152).

A primeira vez que a implantação de uma escola de jornalismo em nível universitário prosperou no discurso de classe, no âmbito do sindicato foi em 1958, que de acordo com o relatório da própria entidade poucos países ainda não tinham uma instituição semelhante. No entanto, o projeto teria que ser submetido à apreciação da Assembléia Geral.

O saudosismo do século XIX estava se dissolvendo. Na década de 60, aumentou o número de adeptos à formação superior como forma de melhorar a apatia da imprensa e o subdesenvolvimento da sociedade. Os postos de trabalho estavam sendo ocupados por uma geração mais nova que se demonstrava preocupada com o fato do jornalismo ser uma das poucas atividades que não exigia formação específica e isso diminuía o status de “classe” em relação às outras profissões. Os Estatutos do Sindicato de 1962 expressaram de forma clara a intenção de “pugnar pela criação de uma escola de jornalismo” (Estatutos apud Sobreira, 2003: 153). As admissões nas empresas de comunicação até então eram de única responsabilidade dos empregadores, que selecionavam os interessados sem considerar nenhum critério de habilitação e os jornalistas, por sua vez, também estavam incomodados com essa isenção no processo contratual.

Na edição de setembro/novembro de 1963, no jornal *Gazeta Literária*, na seção “O profissionalismo da imprensa e seus problemas” um artigo publicado tratou pontualmente da falta do curso de jornalismo gerando competência como empecilho para o processo de profissionalização da carreira. O mesmo artigo ainda comparou Portugal com a Espanha que já possuía duas escolas de jornalismo uma oficial e a outra pública, há 20 anos. “*O amadorismo é factor de desprestígio – e um motivo de concorrência irresponsável que afecta os direitos dos profissionais*” (Gazeta apud Sobreira, 2003:154). No ano seguinte, o jornalista Mário de Matos Lemos reiterou esta concepção acrescentando que muitos jornalistas só exerciam esta atividade porque não sabiam fazer mais nada além de escrever, que segundo ele, ainda não eram tão bons no português. Mário de Matos propôs a criação da Escola de Jornalismo, com duração de 4 ou 5 anos, associada à Faculdade de Letras ou de Direito.

Em 1967, o Sindicato Nacional dos Jornalistas voltou a divulgar um veículo de informação oficial, a revista *Jornalismo* que tratava frequentemente sobre a problemática do ensino e formação dos jornalistas. Ainda prevalecia a divergência entre os defensores da prática, em sua maioria formada por jornalistas da “velha guarda”, e os defensores de uma formação teórica. Entre estes últimos destacou-se o sacerdote Rui Osório, que estudava em uma Escola de Jornalismo na Espanha. Sobreira (2003) mostra que os argumentos apontados por ele eram sobre a necessidade de adquirir capacitação técnica, cultural e profissional para honrar com as responsabilidades do jornalismo e sua relação com a opinião pública. Dentro da outra perspectiva, o jornalista César Afonso dizia que mais importante que o diploma era a necessidade de material dos jornais para

garantir as publicações. Mas a discussão sobre o ensino em jornalismo só atingiu a classe política nacional em 1970, durante os últimos anos do governo de Salazar, quando foram apresentados quatro projetos de criação de cursos, todos rejeitados por Salazar.

O Sindicato, através de sua nova direção, nomeou uma comissão formada por jornalistas, todos diplomados em jornalismo por universidades estrangeiras, a qual foi incumbida de estudar e preparar um Curso Superior de Jornalismo para Portugal, com base numa pesquisa feita nas experiências internacionais. Entre os participantes da Comissão estava José Lechner, formado na Escola Superior de Jornalismo de Lille e pelo Instituto Francês de Imprensa da Universidade de Paris, Oliveira Figueiredo diplomado na Escola de Jornalismo da Igreja, de Madrid, Carlos Ponte Leça graduado na Escola de Jornalismo da Universidade de Navarra e António dos Reis que se formou pela Escola de Jornalismo da Universidade Internacional Pro Deo, em Roma.. Após analisar a situação do ensino de jornalismo no exterior, a Comissão publicou na revista *Jornalismo* a seguinte conclusão: “a) *Só o ensino sistemático pode assegurar um saber mínimo comum, que identifica uma profissão e lhe assegura a subsistência; b) só o ensino sistemático das condições técnicas de objectividade permitirá ao jornalista o exercício responsável da sua missão fundamental, que é a informação objectiva; c) só o ensino sistemático pode proporcionar os conhecimentos científicos, psicossociais e tecnológicos que habilitam à utilização eficaz dos meios de informação colectiva e garantam uma informação colectiva idônea; d) só o ensino sistemático permite a formação de uma consciência profissional comum que facilite a adopção generalizada de rigorosos critérios deontológico; e) só o ensino sistemático pode gerar o quadro exigido pela investigação das técnicas e das ciências da informação, de que dependerá o próprio progresso dos meios de comunicação de massa*” (Jornalismo apud Sobreira, 2003:159).

Do resultado foi elaborado um projeto que se destacou dos anteriores por se preocupar em analisar as experiências estrangeiras, o qual propunha que o curso integrasse universidades já existentes como nos outros países e fosse mais generalista, com a denominação Ciências da Informação. O conteúdo contemplaria matérias humanísticas com o intuito de entender o contexto contemporâneo.

Entre as conclusões da Comissão, uma destacava-se aos olhos de todos, que era o fato de Portugal ser um dos poucos países do mundo que até então não possuía uma escola de comunicação social. “*O jornalismo é actualmente em Portugal a única*

actividade profissional de carácter intelectual para cujo exercício não se exige uma formação específica sancionada em termos legais. A necessidade de dotar o jornalismo das mesmas garantias exigidas às demais profissões intelectuais é tanto mais premente quanto é certo incumbir em grande parte aos jornalistas a formação da opinião pública” (jornalismo apud Correia & Baptista, 2007: 423).

O parecer da Comissão foi o início da realização do processo de criação de um ensino sistemático em jornalismo. Em 4 de fevereiro de 1971, o presidente do Sindicato Silva Costa, entregou ao então Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, o *Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal* que havia sido aprovado pela classe em Assembléia Geral. Ele previa a criação do *Instituto Superior de Ciências da Informação* para formar bacharéis e licenciados em *Ciência da Informação*, com habilitação em jornalismo, radiojornalismo, telejornalismo e cinejornalismo. Semelhante aos outros cursos da época, o ingressante teria que ter mais de 25 anos e ele ofereceria 3 graus acadêmicos: 3 anos para bacharelado, somando 2.160 horas/aula e 5 anos para licenciatura com 3.600 horas/aula, além de doutorado. A estrutura curricular era constituída em linhas gerais, em três focos: Ciências da Informação (que estudam o fenômeno da notícia); Técnicas da Informação (que abordam as regras do processo informativo, condições de objetividade, conhecimentos e procedimentos da profissão e práticas de aplicação cibernética aos meios de transmissão da notícia); e Cultura para Informação (saber atualizado sobre a linguagem).

Os três primeiros anos seriam de carácter mais generalista, distribuindo as disciplinas da área das ciências humanas como Sociologia, Economia, História Contemporânea, Lingüística e Ciência Política. E nos dois últimos anos teriam as disciplinas mais específicas como Sociologia da informação, Jornalismo Comparado e Metodologia da Pesquisa Social. Na especialização, o cardápio das optativas continha desde disciplinas relacionadas ao noticiário internacional (economia internacional, relações diplomáticas entre outras), como ao noticiário nacional, ou a assuntos econômicos e sociais, ou atividades lúdicas (como artes, espetáculos) e seminários de especialização em ciências da informação, técnicas da informação, meios de informação ou áreas afins como publicidade, relações públicas ou artes gráficas.

O projeto incluía também estrutura física como biblioteca, jornal laboratorial com tipografia e oficina de fotogravura, estúdio e laboratório de fotografia, estúdio de televisão e cinema, estúdio de rádio, receptores de rádio e televisão entre outros maquinários.

Contudo, o regime político vigente na época, liderado por Marcelo Caetano, não digeriu a idéia, pois via na imprensa um forte potencial de oposição política. Os regimes políticos autoritários têm como inimigo um dos princípios fundamentais do jornalismo: a liberdade de expressão. Mas já eram os últimos anos do período da ditadura política portuguesa. Os anos de ditadura pesaram na história da população massacrada pela falta de incentivo à leitura e à formação intelectual. Os jornalistas dividiram-se nos que eram contra a censura, os que se acomodaram e os que concordavam com o sistema político vigente. Apenas durante o Governo de Marcelo Caetano a censura atuou menos. Para Sobreira (2003), o Estado não apoiou as iniciativas tanto de 1941 quanto de 1971 propostas pela “classe” de criar cursos para formar melhor o profissional jornalista. Somente em 1979, após a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, apontou no cenário português a primeira licenciatura de Comunicação Social, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova Lisboa, de acordo com a portaria nº. 663/79 de 10 de dezembro.

No início da década de 80, surgiram mais dois cursos de Comunicação Social, um ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e outro pela Universidade Católica Portuguesa. As redações começaram a ser povoadas por jornalistas formados. No entanto, os cursos universitários foram considerados “teóricos” e distantes da realidade do mercado, muitos egressos não foram absorvidos pelo mercado. Em 1985, Portugal entra para a Comunidade Européia, incorporando as transformações da mídia e do jornalismo. Até então, a mídia portuguesa era muito atrasada tanto no aspecto tecnológico quanto editorial. Outra novidade foi o ingresso de mulheres nas redações que se formavam nas faculdades e universidades.

Mesquita e Ponte descrevem, no estudo elaborado para a Representação da Comissão Européia em Portugal denominado *Situação do Ensino e da Formação Profissional na área do Jornalismo* referente aos anos de 1996 e 1997, que o ensino de Comunicação Social e Jornalismo em Portugal passou por duas fases: a primeira corresponde ao período do final da década de 70 a final da década de 80, marcado pela iniciativa do setor público universitário e pelos centros de formação profissional do jornalista; a segunda fase corresponde ao período posterior à década de 80, caracterizada pelo ensino universitário e politécnico com iniciativa dos setores público e privado. Após a adesão à Comunidade Européia aumentaram os cursos de formação em Comunicação Social e Jornalismo, motivados também pela publicação, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo. Ela consagrou a distinção entre os cursos universitários

e os politécnicos, sendo que os primeiros possuem uma “sólida preparação científica e cultural” e os segundos possuem uma “sólida formação cultural e técnica de nível superior”. Semelhante ao Brasil, em Portugal aumentou o número de candidatos e as instituições públicas não conseguiram abrigar todos, dando oportunidade às instituições privadas de aumentarem o número de cursos. Segundo Mesquita e Ponte, no final da década de 80 havia mais de 30 universidades e institutos politécnicos na área de comunicação. Entretanto, muitas não são específicas em jornalismo. De acordo com o estudo que Mesquita e Ponte realizaram, referente aos anos de 1996 e 1997, eram 28 instituições do ensino universitário e superior, sendo 15 do setor público, 13 do ensino superior privado e três centros de formação profissionais.

O interessante é que diferentemente do Brasil, que oferece cursos específicos dentro da Comunicação Social, sendo eles Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Propaganda e Marketing, Relações Públicas, Cinema e Rádio e TV, em Portugal encontram-se outras especificações tanto em bacharelado quanto em licenciatura tais como: Tecnologia da Comunicação Audiovisual, Jornalismo e Comunicação, Jornalismo, Comunicação Social, Ciências da Comunicação, Relações Públicas, Ciências da Informação, Comunicação Social e Cultural e Comunicação e Desenvolvimento Intercultural. Os planos curriculares dos cursos de jornalismo também dividem-se em Ciências Sociais e Humanas e Ciências da Comunicação.

As histórias da criação dos cursos de jornalismo dos dois países também são diferentes. Os cursos de jornalismo brasileiro foram utilizados, ao longo de sua trajetória, como aparelhos ideológicos de políticas ora nacional e ora internacional impostas pelo governo, pela UNESCO e pelo CIESPAL. Isto resultou em cursos distantes da realidade de mercado, estabelecendo uma dicotomia entre a teoria e a prática. Em Portugal, por sua vez, o problema foi o atraso na implantação dos cursos de jornalismo, decorrente não apenas do regime ditatorial, mas também da relutância dos jornalistas e empresários dos veículos de comunicação que sustentaram, durante anos, um olhar mais tradicionalista do jornalismo enquanto ofício, próximo do olhar francês dos séculos XVIII e XIX. A dicotomia entre teoria e prática não existiu, em primeiro momento, no âmbito das instituições de ensino portuguesas, porque elas nem chegaram a ser criadas neste cenário e quando foram idealizados, os projetos apresentados sugeriram disciplinas específicas à história do jornalismo e ao mercado de trabalho. A “velha guarda”, como ficou conhecida, não acreditava que o indivíduo precisava de conteúdo teórico para ser jornalista; acreditavam em uma vocação natural, atrelada ao

dom de escrever e ao dom de conhecer a cultura geral. A prática aperfeiçoava este dom. No entanto, o diploma em jornalismo não é obrigatório, em Portugal, para se exercer a profissão, o que espelha justamente, em um segundo momento, esta discussão da dicotomia entre teoria e prática. Polêmica esta que ainda permeia o cenário brasileiro, embora o diploma seja obrigatório para o exercício do jornalismo.

As instituições de ensino portuguesas também passam por processos de avaliação. A diferença em relação ao Brasil, é que Portugal também está participando do Processo de Bolonha e em 23 de março de 2007, o Governo Português aprovou a proposta de Lei que estabelece um novo regime jurídico de avaliação do ensino superior. O novo sistema de avaliação tem que seguir o padrão dos outros países que participam do Processo de Bolonha, para propiciar um intercâmbio de estudantes entre os mesmos sem prejuízo de qualidade de ensino ou estrutura curricular. O sistema de avaliação criado envolve duas instâncias, a interna e a externa. A primeira corresponde à auto-avaliação por parte da instituição e a segunda é realizada pela Agência de Avaliação e Acreditação pela Qualidade do Ensino Superior. Além da equiparação qualitativa entre os cursos oferecidos pelos países envolvidos no Processo de Bolonha tem que existir também uma logística entre as grades curriculares, afim de que permitam a migração dos estudantes entre diferentes países sem prejuízo acadêmico.

Capítulo 3

A logística dos cursos de Jornalismo

3.1. Processo de Bolonha

Do século XIX, marco do primeiro curso de jornalismo da história ocidental, tendo como berço os Estados Unidos²⁰, até o século XXI, muitos anos transcorreram, trazendo acontecimentos relevantes para o desenvolvimento da humanidade e da sociedade. As interfaces da sociedade acompanham esta dinâmica histórica. Na sociedade atual, as transformações no campo da política e da economia têm sido chamadas de globalização e, no campo das ciências e da cultura, de “pós-modernidade”. No que se refere ao mercado de trabalho, a sociedade precisa de profissionais aptos para atuarem neste novo contexto, respeitando a sua universalidade, bem como as especificidades de cada cultura e país. A profissão, como foi visto anteriormente, está intrinsecamente relacionada ao processo de formação acadêmica. A discussão sobre uma integração educacional entre os países europeus antecede o Processo de Bolonha e ela foi em parte motivada pela necessidade de se criar, justamente, um pilar europeu face aos Estados Unidos e a China, não só envolvendo o campo econômico, como político, mas também a educação, proporcionando avanços científicos e técnicos no âmbito das universidades. Assim, era uma alternativa para se criar uma Área Européia de Ensino Superior, unindo os países europeus frente à crescente participação americana no processo de globalização e o fortalecimento de países asiáticos.

Os primeiros passos foram dados no final do século XX. Na década de 80, a proposta era elaborar um Espaço Europeu de Ensino Superior, globalmente harmonizado. Em 18 de setembro de 1988, as idéias tornam-se palpáveis através da *Magna Carta Universitatum*, o primeiro documento até então registrado sobre o tema. Mas só quase dez anos depois, em 1997, foram de fato concretizados os primeiros alicerces do que no futuro veio a ser o Processo de Bolonha. Em abril de 1997, a UNESCO juntamente com o Conselho da Europa, realizaram a *Convenção de Lisboa*, em Portugal, que teve como propósito o reconhecimento dos diplomas entre os países europeus, amenizando o isolamento educacional entre as nações da região européia. Em maio de 1998, a França, Inglaterra, Itália e Alemanha elaboraram a *Declaração da*

²⁰ No início do século XIX surgiram cadeiras de cursos livres sobre jornalismo em universidades na Alemanha e na Suíça. No entanto, o primeiro curso com formato de graduação é de origem americana.

Sorbonne, a qual criou uma Área Européia de Ensino Superior. Em setembro do mesmo ano, o Conselho de Ministros da União Européia recomendou a garantia de qualidade do ensino superior através do documento N.º. 561/98. Somente em 19 de junho de 1999, 29 países assinaram a *Declaração de Bolonha*, que definiu um núcleo central de objetivos contemplando a unificação dos graus acadêmicos e facilitando a leitura, a correspondência e a circulação dos diplomas na área Européia de Ensino Superior. A *Declaração* estipulou três níveis de qualificação: bacharelado (três anos de duração), mestre (dois anos de duração) e doutor (três anos de duração).

Em maio de 2001, a *Cimeira de Praga* confirmou os propósitos da *Declaração de Bolonha* fixando as metas para a integração do Ensino Superior, com a participação dos ministros da Educação de 32 países europeus. Foram acrescentados três pontos nos objetivos da *Declaração*: aprendizagem ao longo da vida; maior participação e envolvimento dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior; e promoção do Espaço Europeu de Ensino Superior. Novamente, em setembro de 2003, os ministros europeus da Educação se reuniram e subscreveram o *Comunicado de Berlim*, traçando três prioridades para os próximos anos: certificação de qualidade; sistema de dois ciclos; e reconhecimento de graus e períodos de estudo. Em maio de 2005, os ministros se reuniram novamente e definiram mais dois pontos descritos no *Comunicado de Bergen*, sendo eles: a necessidade de implementar novos processos de ensino aprendizagem; e um maior envolvimento de parceiros econômicos e sociais. A preocupação não era apenas criar um ensino unificado que permitisse a migração entre diferentes países, mas sim em criar um padrão de qualificação entre as instituições envolvidas. Assim, o *Processo de Bolonha* que transcorreu durante este período de discussão e ainda está sendo formatado, envolve seis conceitos fundamentais:

- “a capacidade de atração mundial da formação superior oferecida pela Unidade Européia;
- a comparabilidade entre formações homólogas adquiridas em países distintos;
- um sistema de unidades de créditos acumuláveis e transferíveis entre estabelecimento de ensinos e países;
- a mobilidade de estudantes e professores; a cooperação na elaboração e a integração de programas de ensino;

- *a organização do percurso escolar em dois ciclos (graduação e pós-graduação);*
- *a garantia de qualidade mediante orientações comuns relativas a avaliação de ensino, acreditação de habilitações profissionais e certificação de habilitações acadêmicas”* ²¹.

O interessante é que a livre circulação dos diplomas respeita as diversidades e especificidades nacionais que continuam existindo mesmo na sociedade globalizada. Não se esquecendo de mencionar que o *Processo de Bolonha* refere-se apenas a uma parcela da internacionalização com a globalização, pois ele não se estende a todos os continentes²².

Outra preocupação presente nas discussões é a empregabilidade, por isso os subsistemas de ensino superior binário – Universidades e Politécnicos – refletem a relação secular entre objeto do saber e poder técnico de execução. Cabe ao curso a responsabilidade de tornar o egresso capaz de atuar em um mercado oscilante, buscar novos percursos profissionais e enfrentar a instabilidade das carreiras.

Para garantir a qualidade dos cursos nacionais em um padrão internacional europeu e as interfaces com as grades curriculares dos outros países participantes, cada nação formulou um modelo de auto-avaliação das instituições de ensino. Portugal tinha ainda a preocupação de desenvolver um modelo de avaliação que atendesse diferentes dimensões jurídicas e de qualidade e que fosse capaz de colocar o ensino português no mesmo patamar dos outros países envolvidos no Processo de Bolonha, pois não se pode esquecer que o período de ditadura Salazar prejudicou o sistema de educação nacional. O modelo português inclui Comissões Externas de Avaliação com indicações de pontos fortes e fracos, os quais orientam as instituições na busca de uma excelência. Em 21 de novembro de 2005, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior determinou uma avaliação internacionalizada da situação para analisar as conseqüências e, assim, estabeleceu um critério regulador, fundamentado em duas tarefas:

“Tarefa n.º 1. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, OCDE, ficará encarregue da avaliação global do sistema de ensino superior português, bem como das respectivas políticas, incluindo a sua dimensão sistémica, as suas forças e fraquezas no contexto europeu, a sua eficiência e o seu

²¹ Informações obtidas no site oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior www.mctes.pt/ acessado em 17 de julho de 2007.

²² O Processo de Bolonha em princípio restringiu-se à Europa, mas já está suscitando discussões e mudanças acadêmicas em instituições de outros continentes.

estado de desenvolvimento; da avaliação do tipo e da dimensão das instituições de ensino superior portuguesas, bem como das medidas a serem tomadas para promover a racionalização do sistema; da estrutura governativa do sistema de ensino superior português; o enquadramento actual da regulação, incluindo os recursos financeiros, a avaliação e acreditação, bem como as medidas a serem tomadas para clarificar o papel do governo e das instituições governamentais no sistema de ensino superior. Serão igualmente avaliados os procedimentos de acesso ao ensino superior, as recomendações sobre os procedimentos, tendo em vista ajudar à abertura do ensino superior a novos públicos e a promover a aprendizagem ao longo da vida, de uma forma que melhore as qualificações da população portuguesa no contexto europeu.

Tarefa n.º 2. *A Rede Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior, ENQA, será responsável pela nomeação de uma equipe de avaliadores internacionais para: i) avaliar os actuais e anteriores processos e práticas de garantia de qualidade, de acreditação e de avaliação do ensino superior; ii) avaliar as actividades conduzidas e coordenadas pelo CNAVES e pelas Instituições Representativas dos subsistemas de ensino superior; e iii) fornecer as recomendações que assegurarão o estabelecimento de um sistema nacional de acreditação e das suas práticas de acordo com os padrões e as linhas de orientação para a garantia da qualidade em vigor na Área Europeia de Ensino Superior.*”²³

Há ainda um processo voluntário de avaliação institucional que deve ser plurianual e é de responsabilidade das próprias instituições de ensino. Em outra dimensão, há avaliações anuais, com base em concurso público, nas quais as instituições deverão concorrer. Esta avaliação é conduzida pela *Associação Europeia das Universidades* (AEU), juntamente com *Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior* (EURACHE) além de peritos do sistema europeu, americano, canadense, com competência na avaliação de sistemas universitários e politécnicos. O processo avaliativo procura cobrir, desta forma, todas as dimensões, sendo elas: mecanismos de governação, regras de acesso, autonomia institucional, recursos financeiros, internacionalização e outras políticas sobre ensino superior.²⁴

²³ Idem nota 21.

²⁴ Idem nota 21.

A preocupação portuguesa em diagnosticar os cursos oferecidos pelas instituições públicas e privadas data de 1986, quando foram elaboradas as primeiras referências em legislação, pela Assembléia da República. Os Conselhos de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), incluindo as públicas e a Católica promoveram um processo de auto-avaliação em uma experiência piloto que posteriormente foi acolhida na Lei de Avaliação do Ensino Superior (Lei nº 38/94, de 21 de novembro), criando a Fundação das Universidades Portuguesas (FUP). A aplicação da lei e sua extensão foram incluídas na Constituição, em 1996. Posteriormente, foi elaborado um documento sobre auto-avaliação e um projeto sobre diploma, ambos inclusos no Decreto Lei nº205/98 de 11 de julho, o qual também deu origem ao Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES). Este sistema visava a todas as instituições universitárias e politécnicas pública, privada, militar, cooperativa e concordatárias, com o propósito de melhorar as atividades desenvolvidas, bem como informar a sociedade em geral e a comunidade educativa sobre a real situação das instituições de ensino e sua transparência. A princípio a avaliação englobava duas esferas: a auto-avaliação e a avaliação externa. Elas tinham como propósito a coesão e a credibilidade de todo o processo avaliativo, bem como a harmonia entre a teoria ministrada, as tendências do mercado e a perspectiva da dimensão europeia dos cursos avaliados. Novamente, o sistema de ensino superior tem que estar integrado ao desenvolvimento cultural, econômico e social e à responsabilidade do exercício da cidadania.

3.2. As transformações dos cursos de jornalismo em Portugal e a adequação ao Processo de Bolonha

O curso de jornalismo em Portugal, diferente do Brasil e dos Estados Unidos, não nasceu e também não se desenvolveu como um curso independente, ele sempre esteve mais inserido às ciências generalistas, no âmbito da comunicação social. Como mostram Mesquita e Ponte (1997:159) “*Os cursos visavam, no seu conjunto, a problemática e as profissões da «sociedade de comunicação», sem considerarem a especificidade do jornalismo*”. Durante a década de 70, os cursos de Comunicação Social não surgiram como faculdades autônomas da Ciência da Comunicação, e, sim, em Faculdades das Ciências Sociais, Humanas ou Letras, como foi o caso pioneiro na Universidade Nova Lisboa. A vantagem foi a formação sólida em ciências sociais e humanas e um distanciamento de um ensino apenas profissionalizante e empirista. A desvantagem diz respeito a um conhecido dilema entre teoria e prática, o qual norteia as academias e o mercado de trabalho, distanciando esses dois alvos que, na verdade, deveriam ser entrelaçados.

A grade curricular das primeiras instituições remete o ensino à investigação no campo das Ciências Sociais e Humanas. Isto significa que as disciplinas eram distribuídas em quatro áreas de saber: Ciências Sociais e Humanas; Ciências da Comunicação; Estudos sobre os Meios; e Jornalismo. Os primeiros campos correspondem ao tronco comum de todos os cursos da área da comunicação. Entre as disciplinas ministradas predominam Filosofia e Ciências da Linguagem. Posteriormente, focavam o estudo da mídia através de disciplinas como Sociologia da Comunicação, Semiótica e Teoria da Comunicação. Paralelamente, também coexistiram neste período instituições como a Faculdade de Letras de Coimbra e a Universidade Católica de Lisboa que defendiam uma grade mais tradicional, com ênfase na formação humanística de maneira geral. Embora o primeiro modelo colocasse o curso sob o guarda-chuva das Ciências Sociais, há uma deficiência de disciplinas que primam pela metodologia como suporte para a investigação, que hoje é considerada uma das principais ferramentas do jornalismo, se não a principal. O segundo modelo também não contemplava o ensino da investigação como metodologia para a prática da profissão.

Na década de 80, prevaleceu a formação generalista em comunicação, mas já manifestaram os primeiros focos, em diferentes cursos, de inclusão de práticas profissionalizantes, motivados pela solicitação de docentes especializados em diferentes áreas, pelo sindicato e também pelas empresas de comunicação. Ainda na década de 80, mais precisamente em 1985, surgiu a Escola Superior de Jornalismo do Porto, oferecendo o curso especializado em jornalismo. Mas foi na década de 90 que ampliou-se a diversificação e a especialização dos cursos de comunicação social. Em 1993, inaugurou-se a primeira Licenciatura em Jornalismo, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em 1996, foi criado o curso Politécnico da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa. Já a Universidade Nova Lisboa, neste mesmo período, investiu nas vertentes profissionalizantes, entre essas, o jornalismo.

No entanto, os cursos politécnicos e as licenciaturas que vinculam o jornalismo às Ciências da Comunicação ou da Comunicação Social ainda são maioria, tanto os oferecidos pelas instituições públicas quanto as privadas. Normalmente, eles aplicam o tronco comum, com tempo variável, no início da estrutura curricular.

A pesquisa científica em jornalismo também foi tardia em Portugal. As primeiras teses de doutoramento sobre jornalismo e mídia surgiram no final da década de 80 e início da década de 90. O mestrado foi introduzido na Universidade Nova Lisboa em 1991/92 e, em 1994, foi apresentada a primeira tese específica em jornalismo.

Mesquita e Ponte (1997) criticam tanto a Ciência da Comunicação quanto a Ciências Sociais e Humanas na formação do jornalista, por ambas contemplarem uma grade mais focada em disciplinas com formação humanística, como Sociologia, Semiologia e Filosofia e conhecimento tecnológico. Não priorizam um novo campo de saber transdisciplinar e especializado em jornalismo ou em outras profissões da comunicação. Mesmo as cadeiras que tratam sobre estudos da mídia, na verdade referem-se às disciplinas de Direito, Deontologia e História, favorecendo uma análise mais generalista. E, por outro lado, o português que é fundamental para as profissões no campo da comunicação não é disciplina obrigatória nas instituições de ensino particular.

Outra crítica apontada por Mesquita e Ponte no estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal sobre a situação do ensino e da formação profissional do jornalista é de colocar o jornalismo, a publicidade e propaganda e a relações públicas em um mesmo tronco comum. Para os autores, a comunicação institucional e a propaganda possuem práticas e mesmo deontologias

antagônicas ao jornalismo, impossibilitando, assim, a coexistência dos três em uma mesma perspectiva profissional. Este também é um dos pontos nevrálgicos para o Sindicato dos Jornalistas, pois confunde as três áreas profissionais. No entanto, o estudo ressalta que as disciplinas pertencentes às Ciências Sociais e Humanas e à Ciência da Comunicação são de interesses das três atividades e que, por o jornalismo e a relações públicas serem práticas próximas no mercado de trabalho, é importante que elas sejam conhecidas pelos dois cursos, defendendo o discurso da transversalidade. Este discurso não é compartilhado de forma unânime pelos docentes e profissionais, que vêem os dois domínios como práticas separadas no mercado e também deveriam ser separados já na sala de aula.

A problemática apontada por Mesquita e Ponte (1997) não norteia apenas o universo acadêmico português, mas também, o brasileiro, que é discernir o limite dos argumentos econômicos e o limite da logística acadêmica, ou seja, até que ponto manter os cursos unidos atende o interesse das instituições de ensino de racionalizar custos e até que ponto é válido o nobre argumento de que é interessante os três cursos conhecerem os princípios éticos e deontológicos de cada um.

No final da década de 90, o estudo mostra que nem todos os cursos de jornalismo possuíam laboratórios com boa infra-estrutura, bem como disciplinas mais específicas (Teorias do Jornalismo, Jornalismo Comparado, História da Imprensa...). Com o advento da tecnologia, no século XXI, os equipamentos baratearam, os laboratórios de televisão não são mais analógicos e as câmeras também não são mais com fita beta; o mesmo vale para o estúdio de rádio. A tecnologia tornou a instalação de laboratórios mais acessível às instituições de ensino.

A escolha do corpo docente também deve seguir um padrão de exigência, o qual inclui habilitações acadêmicas e práticas profissionalizantes, difíceis de conciliar no jornalismo. Por isso, a importância dos centros de formação: Observatório da Imprensa, o Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas – CENJOR e o Conselho Federal de Jornalistas - CFJ, os quais oferecem cursos profissionalizantes para completar a formação

A proposta de criar um espaço comum de ensino na Europa levou algumas instituições portuguesas a incluírem no currículo cadeiras específicas à problemática das instituições europeias, ou a incluírem a discussão dessa problemática nas disciplinas de formação humanística. Entre as instituições destacaram-se: as licenciaturas da Universidade Católica Portuguesa, da Universidade Autónoma de Lisboa, da

Universidade Fernando Pessoa, do ISMAG e os cursos politécnicos da Escola Superior de Jornalismo, do Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa (ISACE) e do Instituto Português de Estudos Superiores (IPES). Os cursos de pós-graduação e centros de formação profissional também integraram a problemática europeia no formato de seminários e temáticos. As instituições particulares abraçaram mais a proposta de integração do que as instituições públicas. (Mesquita & Pontes, 1997).

Após uma revisão dos cursos universitários e politécnicos de jornalismo em Portugal, o estudo realizado apresentou as seguintes constatações:

- eles são importantes para a formação dos jornalistas e estão acolhendo novas problemáticas e investigações;
- eles ainda não correspondem a uma visão harmônica dos profissionais atuantes no mercado;
- aumentou a procura por parte de estudantes em cursos de jornalismo o que repercutiu em um crescimento das instituições de ensino privadas. No ano letivo de 1996/1997 ingressaram nos cursos de comunicação 1.751 alunos, sendo que 1.115 ingressaram em instituições particulares. Isto deve-se à facilidade de acesso ao ensino privado, que é menos exigente que o público.

Quanto às expectativas futuras da profissão, o estudo identificou potencialidades relacionadas aos cursos de formação em jornalismo:

- possibilitaram uma formação sólida em ciências humanas e ciência de comunicação aos egressos, acompanhada de saberes teóricos, práticos e tecnológicos relacionados ao domínio do jornalismo;
- propiciaram o desenvolvimento, ainda tímido, de pesquisas em mestrado e doutorado sobre jornalismo e mídia, atendendo à crescente necessidade de investigação do mercado;
- motivaram a formação de equipes de docentes e investigadores para garantir a transmissão de saberes sobre o exercício do jornalismo, bem como para alimentar o desenvolvimento global desta área.

O estudo também identificou os aspectos ainda deficitários, sendo eles:

- falta de bibliografia especializada publicada em Portugal e uma discrepância entre docentes disponíveis para áreas específicas e cursos para serem atendidos;

- desequilíbrio entre a formação humanística e em ciências da comunicação comparada com a formação específica e prática;
- desequilíbrio entre o número de estudantes e de instituições de ensino privada com as ofertas do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho português já sofreu alterações positivas derivadas das instituições de ensino e dos seus egressos como a feminização e o rejuvenescimento da carreira. O curso universitário atribuiu prestígio e *status* à profissão de jornalismo. Apesar das dificuldades apontadas, os cursos de jornalismo em Portugal sofreram avanços devido ao Processo de Bolonha, aos estudos de adequação ao padrão europeu e à verificação de sua aplicabilidade pelas instituições. A tendência destes cursos é especializarem-se ainda mais, oferecendo disciplinas práticas e específicas ao jornalismo, sem descartar, no entanto, a transversalidade.

Para que se possa analisar como as instituições estão adequando suas grades e estruturas curriculares, optou-se em fazer um corte e traçar um olhar mais próximo de alguns cursos. A seleção iniciou ao considerar apenas, por um critério aleatório, as instituições de curso superior, descartando os cursos politécnicos. Mesmo assim, o leque oferecia muitas opções. Novo corte foi definido, desta vez limitando o olhar às instituições que ofereceram curso de mestrado em comunicação social, no ano de 2007, quando foi feito este estudo. Definiu-se o universo em oito instituições de ensino superior:

- Universidade Nova Lisboa,
- ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- Universidade do Minho;
- Universidade da Beira Interior – UBI;
- Universidade de Coimbra;
- Universidade Fernando Pessoa;
- Universidade Lusófona do Porto;
- Escola Superior de Comunicação Social;

3.3. Teoria e prática: a composição das grades curriculares

Para verificar qual é o perfil do profissional almejado por cada universidade, optou-se em direcionar a análise para a estrutura curricular dos cursos oferecidos pelas mesmas.

1. Universidade Nova Lisboa: o curso de Jornalismo é oferecido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que também oferece os cursos de: Cinema e Televisão; Comunicação, Cultura e Artes; Comunicação Estratégica. O curso de Jornalismo é oferecido em dois ciclos, licenciatura e mestrado.

A grade oferece no total 20 disciplinas obrigatórias, que corresponde ao tronco comum, sendo:

- sete básicas – Economia, Métodos Quantitativos, Sistêmica e Modelos de Informação, Semiótica, Teoria Política, Teorias do Drama e do Espetáculo e Textualidades;
- oito disciplinas generalistas com foco em comunicação: Comunicação e Ciências Sociais, Filosofia da Comunicação, Retórica e Argumentação, Direito e Deontologia da Comunicação, Mediação dos Saberes, Sociologia da Comunicação, Teoria da Imagem e da Representação e Mutação dos Meios;
- cinco disciplinas específicas à comunicação: Discurso dos Meios, Filmologia, História dos Meios, Mediação dos Saberes, Teoria da Comunicação.

A estrutura curricular oferece mais dois grupos além do primeiro que contém as disciplinas obrigatórias. As disciplinas eletivas pertencem às Ciências Humanas, Sociais e da Comunicação. O segundo grupo refere-se à Opção Condicionada 1, no qual o aluno tem que escolher quatro unidades das seis que compõem o conjunto. Todas são direcionadas ao jornalismo, a maioria específica: Análise do Jornalismo, Gêneros Jornalísticos, Jornalismo Televisivo e Produção Jornalística. Há, ainda, outras duas que, embora relativas ao estudo dos meios de aplicação do conhecimento, tendem para uma formação mais humanista. São elas: Comunicação Política e Questões Éticas e Deontológicas do Jornalismo.

O terceiro grupo, Opção Condicionada II, dedica-se às disciplinas práticas e o aluno deve escolher apenas uma unidade das quatro que são oferecidas: Atelier de Ciberjornalismo, Atelier de Jornalismo, Atelier de Jornalismo Radiofônico e Atelier de Jornalismo Televisivo.

Ao observar a estrutura curricular percebe-se que o curso prioriza uma formação teórica sólida na área das Ciências da Comunicação, mas também desenvolve o aprendizado prático, através de disciplinas específicas, porém com menor peso curricular. O aluno tem certa autonomia para desenhar sua grade desde que cumpra 180 créditos, sendo 120 créditos realizados no conjunto das disciplinas obrigatórias, 30 no grupo Opção Condicionada I e 30 créditos no grupo Opção Condicionada II. Ele não pode cursar mais de 30 créditos por semestre. Cada disciplina possui seis créditos. Desta forma, o aluno direciona sua graduação para o campo em que pretende atuar no mercado de trabalho, tendo uma formação mais específica e menos generalista sobre a atuação em jornalismo.

Quanto ao conteúdo, o primeiro ciclo não contempla as sugestões do Processo de Bolonha em abrir para a transversalidade. O segundo ciclo forma mestres em Ciências da Comunicação com especialização em Estudos dos Meios e Jornalismo. O tempo de duração é de três semestres e o aluno tem que cursar 93 créditos, sendo 60 em unidades curriculares e 33 em não letivas, que corresponde à Dissertação ou Trabalho de Projeto. Em regime de opção livre, o aluno pode realizar 20 créditos em outras unidades de pós-graduação da Universidade Nova Lisboa, ou mesmo em outras instituições de ensino superior seja portuguesa ou estrangeira, desde que apresente protocolo.

A estrutura curricular divide-se em dois grupos de disciplinas: a Opção Condicionada I e Opção Condicionada II. O primeiro grupo conta com sete disciplinas, cada uma possui 10 créditos, a maioria é do campo da Ciência da Comunicação. São elas: Ciberespaço, Meio e Interação; Comunicação, Meio e Estudos Organizacionais; Meio e Sociedade; Metodologias de Investigação em Estudos dos Meios e do Jornalismo; O campo e o discurso dos meios; Retórica e Jornalismo; e Teorias do Jornalismo. Os alunos têm que fazer, no mínimo, 40 créditos no conjunto destas unidades curriculares.

O grupo Opção Condicionada II oferece duas unidades: Dissertação em Estudos dos Meios e Jornalismo; e Trabalho de Projeto em Estudos dos Meios e Jornalismo. Cabe ao aluno escolher uma destas unidades.

A estrutura curricular em Ciências da Comunicação da Universidade Nova Lisboa segue a proposta do Processo de Bolonha. Oferece o primeiro ciclo com duração de três anos e o segundo ciclo com duração de um ano e meio. Em quatro anos e meio o aluno conclui a graduação e obtém o grau de mestre, compondo o perfil de um

profissional menos generalista. No entanto, o plano curricular disponibiliza uma maior quantidade de disciplinas generalistas do que específicas, primando por uma formação teórica sólida em Ciências Humanas e da Comunicação, tanto no primeiro quanto no segundo ciclo.

A Universidade Nova Lisboa foi a primeira a oferecer o curso de Jornalismo em Portugal e sempre priorizou a formação fundamentada nas Ciências Sociais e Humanas, não se preocupando com o ensino profissionalizante e empirista. Durante o período da década de 1970 até 2007, a grade curricular passou por alterações e inovações, incorporando práticas laboratoriais e unidades curriculares específicas ao jornalismo, mas elas ainda não se sobressaem às básicas no quesito quantidade.

2. ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: oferece licenciatura e mestrado em Ciências da Comunicação. A grade curricular da licenciatura é composta por seis semestres.

- Primeiro semestre: Sociologia Geral I; História dos Meios; Economia; Princípios Gerais de Direito; Introdução à Análise de Dados; Opção I;
- segundo semestre: Sociologia Geral II; Teoria da Comunicação; Semiologia; Análise de Dados Univariados e Multivariados; Economia e Estratégia da Empresa; Opção II;
- terceiro semestre: Metodologia das Ciências Sociais; Demografia; Comunicação e Media Digitais; Pesquisa de Marketing; Sociologia da Informação; Opção III;
- quarto semestre: Investigação e Expressão Jornalística; Técnica dos Meios Audiovisuais; Inquéritos e Sondagens de Opinião Pública; Marketing; Psicologia Social; Opção IV;
- quinto semestre: Técnicas de Imprensa; Técnicas de Rádio; Teoria da Cultura; Comunicação nas Organizações; Projeto Preparatório (do Seminário ou Estágio); Opção V;
- sexto semestre: Sociologia Política e Comunicação; Análise e Agenda Internacional; Publicidade e Relações Públicas; Ética e Direito da Comunicação; Seminário (Ensaio/Artigo) ou Estágio (Relatório Final); Opção VI.

As disciplinas optativas oferecidas são: Ciência Política; História Econômica e Social; Inglês I (Precedência); Antropologia dos Meios; Psicologia; Inglês II (Precedência de Inglês I); Segmentação de Mercados; Direito Político; Teoria da

Imagem; Técnicas de Design Multimídia; Relações Públicas e Comunicação com os Meios; Análise e Agenda Política; Comunicação de Marketing; Jornalismo Digital.

O primeiro e o segundo semestres correspondem ao tronco comum (Jornalismo, Marketing e Publicidade e Relações Públicas) e são compostos, fundamentalmente, por disciplinas básicas e teóricas no campo das Ciências Humanas e da Comunicação. O terceiro semestre inicia uma abertura tímida para as disciplinas específicas e o quarto é formado, basicamente, pelas específicas. O último ano refere-se apenas às disciplinas específicas na área de comunicação. A formação do profissional é mais generalista em comunicação social, com noções de jornalismo, marketing e publicidade e relações públicas. As optativas são mais direcionadas à segmentação do mercado profissional, no entanto, o aluno pode cursar apenas uma por semestre, limitando o leque de opções. Nesse sentido, afasta-se da proposta implícita no Processo de Bolonha de formar especialistas e de estreitar a formação já na graduação.

O segundo ciclo, mestrado, é oferecido em Jornalismo e Comunicação Estratégica. O objetivo não é apenas formar investigadores, mas também profissionais mais qualificados para as exigências do mercado. O plano de estudo contém quatro semestres. No primeiro semestre são oferecidas cinco disciplinas obrigatórias nos campos das Ciências Sociais e da Comunicação, com cinco créditos cada uma: Globalização, Comunicação e Cultura; Comunicação de Massas, Públicos e Audiências; Sistemas Midiáticos Comparados; Técnicas e Tecnologias de Comunicação; Mercados e Regulamentação dos Meios; e a optativa Deontologia Comparada da Comunicação Social, com cinco créditos também.

No segundo semestre são oferecidas duas disciplinas obrigatórias em ciências da comunicação - Agenda Pública, Midiática e Política, Comunicação e Sistemas Políticos – e quatro optativas - Produção Jornalística, Jornalismo de Investigação, Jornalismo, Economia e Negócios, Jornalismo e Ação Política. Todas com cinco créditos. Apenas no segundo semestre há uma formação específica em Jornalismo.

O segundo ano corresponde à dissertação, sendo oferecida a disciplina Seminário Intensivo e a Dissertação no primeiro semestre, e o segundo semestre é dedicado à Dissertação.

O segundo ciclo possibilita uma formação mais específica na formação teórica em jornalismo, mas sem esquecer suas interfaces com a sociedade globalizada, com a tecnologia, política e economia. Ele possibilita ao aluno direcionar sua formação.

3. Universidade do Minho: os cursos de graduação e mestrado em Ciências da Comunicação fazem parte do Departamento de Ciências da Comunicação. Segundo apreciação feita, em 2005, pela *Comissão de Avaliação Externa dos cursos de Ciências e Tecnologia da Comunicação*, nomeada pela Fundação das Universidades Portuguesas, o curso de comunicação da Universidade do Minho é o melhor do país.

O curso de Comunicação Social é oferecido em dois ciclos: grau de graduação, e grau de mestre. A graduação tem quatro áreas de especialização: Jornalismo, Produção e Realização Audiovisual, Relações Públicas e Publicidade. São cinco anos, quatro anos e meio cursando as disciplinas e seis meses de atividade prática em uma empresa selecionada pelo próprio aluno, na área de seu interesse. Até o momento desta pesquisa, o curso não tinha se adequado ao Processo de Bolonha. Segundo informação divulgada na página oficial da rede *World Wide Web* (WEB) da respectiva instituição de ensino, é de adequá-lo até 2008 e com isso irá reduzir a duração da graduação para seis meses, ou seja, três anos.

As disciplinas oferecidas dividem-se em tronco comum, que são as básicas no campo das Ciências Humanas e da Comunicação: Semiótica; Técnicas de Expressão; Métodos de Investigação; Informática e Telecomunicações; Sociologia; Língua Estrangeira I: Inglês (obrigatório), Francês, Alemão e Espanhol; Teorias da Comunicação I; Psicologia Social; Economia; Geografia Humana; Língua Estrangeira II; Teoria e Análise do Discurso; Sociologia da Comunicação; Filosofia Social e Política; Deontologia da Comunicação; História e Semiótica das Artes Visuais; História do Século XX; Questões Aprofundadas de Investigação; Mentalidades e Cultura Portuguesa; Informação Internacional.

E as específicas: Jornalismo; Produção e Realização Audiovisual; Teoria e Técnicas de Publicidade; Telemídia; Teoria e Métodos de Relações Públicas; Laboratório de Jornalismo (módulos: Imprensa, Ciberjornalismo e Rádio/TV); Laboratório de Audiovisual; Laboratório de Publicidade; Laboratório de Relações Públicas; Princípios de Gestão; Complementos de Jornalismo; Complementos de Publicidade; Complementos de Relações Públicas; Complementos de Audiovisual; Estágio.

O número de disciplinas básicas e generalistas se sobressai à quantidade de disciplinas específicas, contrariando as sugestões de Processo de Bolonha de buscar uma formação mais especialista.

O mestrado é em Informação e Jornalismo. Divide-se em dois anos, um é destinado aos créditos. No primeiro semestre oferece as disciplinas: Pragmática da Comunicação; Comunicação Mediada por Computador; Cultura, Mídia e Tecnologia; Teorias do Jornalismo. No segundo semestre são: Sociologia das Fontes Jornalísticas; Métodos e Técnicas de Investigação em Jornalismo; optativa e Seminário. O terceiro e quarto semestres são destinados à realização da dissertação. O Segundo ciclo especializa o aluno em jornalismo, mas como um profissional generalista, não tem o objetivo de seguir pela segmentação e mesmo pelas práticas do mercado.

4. Universidade da Beira Interior – UBI: oferece licenciatura em Ciências da Comunicação e pertence à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. São três anos de curso, seguindo o modelo do Processo de Bolonha, no que diz respeito ao tempo de duração. A grade curricular é composta por:

- Primeiro semestre: Epistemologia; História da Arte; História dos Meios; Práticas de Expressão Portuguesa; Semiótica;
- Segundo semestre: Metodologia da Investigação; Pensamento Contemporâneo; Sociologia da Comunicação; Teoria da Comunicação; Teoria da Linguagem;
- Terceiro semestre: Economia; História do Século XX; Publicidade e Relações Públicas; Semiologia da Imagem e do Discurso; Técnicas de Redação Jornalística;
- Quarto semestre: fotografia; Linguagem dos Meios; Retórica; opção 1 – Publicidade; Teoria da Imagem; Teoria da Notícia; Opção 2 – Gêneros Jornalísticos; Laboratório de Guionismo; Relações Públicas;
- Quinto semestre: Públicos e Audiência; Sociedade e Comunicação; Teoria Política; Opção 3 – Jornalismo Radiofônico; Laboratório de Realização; Planificação de Comunicação; Opção 4 – História e Estética do Cinema Português; Produção de Imagem; Web-jornalismo;
- Sexto semestre: Cibercultura; Direito e deontologia da comunicação; Ética; opção 5 – Atelier de Jornalismo; Atelier de Publicidade e Relações Públicas; Laboratório de Imagem e Som I;

A formação é em Ciência da Comunicação, portanto há uma concentração de disciplinas generalistas e básicas no primeiro, segundo e terceiro semestres. As disciplinas específicas têm início no quarto semestre e, mesmo assim, pertencem mais

ao tronco comum. No último ano seguem as cadeiras pertencentes ao tronco comum na área da comunicação e as específicas como optativas, para o aluno definir em qual campo profissional pretende atuar: jornalismo, publicidade ou relações públicas. São oferecidas poucas disciplinas em jornalismo, graduando um profissional com formação teórica em Ciências da Comunicação e pouco conhecimento em jornalismo e nas práticas do mercado. O primeiro ciclo forma profissionais generalistas e não especialistas.

O mestrado, com dois anos de duração, é em Jornalismo: Imprensa, Rádio e Televisão. Os créditos oferecidos são:

- Primeiro semestre: Escrita Criativa; Estética; Pragmática da Comunicação; Teorias da Cultura; Teorias da Informação e da Comunicação;
- segundo semestre: Produção Jornalística; Psicologia; Teoria da Argumentação; Opção I – Redação de Guiões para Rádio e TV; Temas de Jornalismo Contemporâneo; Opção II – Infografia Multimídia para Jornalistas; Jornalismo Especializados; Laboratório de Design e Som;
- terceiro semestre: Atelier de Jornalismo: Imprensa, Rádio e Televisão; Opção III - Novos Jornalismo; Produção e Realização Televisiva; Opção IV - Iniciação à Dissertação de Mestrado; Iniciação ao Estágio Curricular;
- quarto semestre: Conclusão da Dissertação de Mestrado; Conclusão do Estágio Curricular.

Na etapa do segundo ciclo, percebe-se que há uma formação específica em jornalismo, portanto, a formação teórica acompanha a segmentação do mercado de trabalho.

A Universidade Beira do Interior oferece também o terceiro ciclo em Ciências da Comunicação, o doutorado, com três anos de duração. No primeiro semestre, o aluno tem que cursar duas disciplinas: Temas Aprofundados de Comunicação e Teorias e Métodos de Comunicação. No segundo semestre as unidades curriculares oferecidas são: Seminário de Investigação, Tópicos de Audiovisual e Multimídia (Opcional), Tópicos de Publicidade e Relações Públicas (opcional); Tópicos de Jornalismo (opcional). Os outros dois anos são destinados a realização da tese.

A estrutura dos três ciclos acompanha as discussões do Processo de Bolonha sobre a tendência de especializar o conhecimento a cada ciclo, obtendo, no final, um profissional mais especialista.

5. Universidade de Coimbra: é uma das instituições mais tradicionais de Portugal. Ela oferece o curso específico em Jornalismo, com grau em licenciatura, dentro da Faculdade de Letras e com três anos de duração, semelhante à proposta do Processo de Bolonha. A estrutura curricular, já no primeiro semestre, contempla disciplinas teóricas básicas (Língua Portuguesa; História do Século XX), disciplinas específicas à Ciência da Comunicação (Introdução ao Estudo dos Meios; Discurso e Comunicação) e ainda uma Opção Transversal.

O segundo semestre segue a mesma logística, com unidades curriculares básicas (História de Portugal Contemporâneo; Sociologia da Comunicação), unidades teóricas da Ciência da Comunicação (teorias da Comunicação) e específicas ao jornalismo (Teorias da Notícia; Jornalismo de Imprensa).

O terceiro semestre oferece as disciplinas específicas à prática do jornalismo (Princípios e Práticas de Jornalismo Radiofônico I; Princípios e Práticas de Jornalismo Televisivo I; Técnicas de Redação), uma disciplina generalista que acompanha o padrão do Processo de Bolonha (União Européia) e outra no campo da ciência da comunicação (Culturas Visuais). O quarto semestre segue o mesmo padrão do anterior, com as específicas (Princípios e Práticas de Jornalismo Radiofônico II; Princípios e Práticas de Jornalismo Televisivo II), a básica Direito da Comunicação Social e as inerentes à Ciência da Comunicação (História dos Meios; Sócio-Economia dos Meios).

O terceiro ano inclui disciplinas teóricas e práticas, todas voltadas para o jornalismo. No quinto semestre são ministradas: Análise dos Meios; Gêneros Jornalísticos; Portfólio; e duas opções condicionadas ou livres. No sexto semestre as cadeiras oferecidas são: Ética e Deontologia do Jornalismo; Portfólio; Jornalismo Multimídia e duas opções condicionadas ou livres.

O curso de Jornalismo da Universidade de Coimbra está muito próximo ao modelo proposto pelo Processo de Bolonha, restringindo-se a três anos, com disciplinas básicas, específicas e transversais. É válido lembrar, novamente, que a Universidade de Coimbra está entre as mais conceituadas de Portugal.

O segundo ciclo é em Comunicação e Jornalismo, com duração de quatro meses. No primeiro semestre são quatro disciplinas: Metodologias de Investigação em Comunicação; Questões Críticas da Comunicação e dos Meios; História e Jornalismo: Temas do Século XX; Ética e Deontologia. No segundo semestre são oferecidas três

disciplinas: Opção Condicionada e uma Opção Condicionada ou Livre. Os alunos têm que selecionar as três de acordo com as opções descritas no cardápio abaixo:

- Investigação e Grande Reportagem;
- Comunicação Multimédia;
- Jornalismo Televisivo;
- Jornalismo Radiofónico;
- Regimes e Sistemas Políticos;

- História das Idéias Político-Sociais;
- Literatura e Jornalismo;
- Crítica Cultural;
- Temas da Economia Nacional;

- Temas da Economia Internacional;
- Psicologia do Desporto;

- Local e Global em Jornalismo Desportivo;
- Análise do Discurso Midiático;

- Mídia, Migrações e Desenvolvimento;
- Os Meios no Espaço Lusófono;

- Gênero, Comunicação e Representação Midiática;

- Identidades e Tensões no Espaço Europeu;
- Violência e Representação;
- Hermenêutica e Representação.

A oferta é eclética e visa, justamente, uma maior especialização do profissional não só como investigador, mas também, com uma melhor qualificação para atuar no mercado atual e nas segmentações que esse oferece. O último ano corresponde à disciplina Seminário de Acompanhamento, Dissertação, Projeto e Estágio.

A estrutura curricular da Universidade de Coimbra, especificamente do curso de jornalismo, está muito próxima da proposta do Processo de Bolonha, que é formar um profissional especialista, apto para a diversidade do mercado de trabalho. A cada ciclo, o aluno tem a possibilidade de estreitar conhecimentos sobre uma área determinada do jornalismo (esportivo, internacional, econômico e político) e não apenas conhecer as técnicas e recursos de cada veículo.

6. Universidade Fernando Pessoa: os cursos de Ciências da Comunicação fazem parte do Departamento de Ciências Empresariais e da Comunicação que está vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. A Universidade já está se adequando ao Processo de Bolonha, oferecendo, por exemplo, o segundo ciclo em Ciências da Comunicação, que é o mestrado em quatro ramos: Jornalismo, Marketing e Publicidade, Relações Públicas e Tecnologias da Informação.

O primeiro ciclo é composto por três anos. O primeiro semestre oferece cinco disciplinas, sendo duas básicas (Gramática e Laboratório de Comunicação I; Inglês I), duas da ciência da comunicação (Teoria da Comunicação e dos Meios I e Comunicação Multimídia) e uma optativa (Literatura e Outras Artes; Gestão de Empresas de Comunicação; Comunicação Gráfica; Pesquisa de Opinião; História das Ciências; Documentarismo Visual e Audiovisual).

O segundo semestre segue a mesma logística: duas básicas (Gramática e Laboratório de Comunicação II; Inglês II), duas de Ciência da Comunicação (Teoria da Comunicação e dos Meios II e Comunicação Digital) e uma optativa (transversal) que pode ser qualquer disciplina oferecida pela Universidade Fernando Pessoa.

O terceiro semestre é semelhante aos outros dois com disciplinas das ciências da comunicação: Gramática e Laboratório de Comunicação III; Inglês III; Marketing e Publicidade; Relações Públicas e Assessoria de Comunicação; e uma optativa que deve ser escolhida entre as mesmas opções sugeridas no primeiro semestre.

No quarto semestre segue: Gramática e Laboratório de Comunicação IV; Inglês IV; Imprensa, Rádio e Televisão; Educação para os Meios; e uma optativa com caráter de transversalidade, como a oferecida no terceiro semestre.

O quinto semestre oferece: Gramática e Laboratório de Comunicação V; Língua Estrangeira I; Ética, Direito e Deontologia de Comunicação; e Grandes Temas da História.

O último semestre continua com: Gramática e Laboratório de Comunicação VI; e Língua Estrangeira II. No guarda-chuva das básicas, este semestre oferece: Análise Semiótica. Na busca do padrão de qualidade sugerido pelo Processo de Bolonha, no curso consta a disciplina Organização Política de Portugal e da União Européia. Há ainda uma optativa, também transversal, o Estágio e o Projeto de Graduação.

Por ser um curso de comunicação, há mais disciplinas do tronco comum e poucas específicas às áreas de jornalismo, publicidade e relações públicas. O

profissional sai mais generalista, por outro lado, diferentemente de grande parte das instituições descritas acima, esta apresenta também a adequação da transversalidade que é uma característica da educação moderna e da discussão proposta no Processo de Bolonha.

Embora o primeiro ciclo não tenha como meta formar profissionais especialistas, há o segundo ciclo, com dois anos de duração, em Jornalismo. No primeiro semestre são oferecidas três disciplinas específicas: Teoria e História do Jornalismo; Jornalismo Especializado I; e Laboratório de Jornalismo I. No segundo semestre as cadeiras oferecidas são: Documentação e Arquivo em Jornalismo; Jornalismo Especializado II; Design Editorial e Infografia. O terceiro semestre segue Jornalismo Especializado III; Laboratório de Jornalismo III; Psicossociologia da Comunicação; Empreendedorismo; e Estágio. O quarto semestre é dedicado à Dissertação de Mestrado.

O terceiro ciclo, que corresponde ao grau de doutor na Universidade Fernando Pessoa, denomina-se Ciência da Informação e envolve onze especialidades, entre elas está também o Jornalismo.

7. Universidade Lusófona do Porto: oferece licenciatura em Ciências da Comunicação e da Cultura e os cursos já estão adequados aos princípios do Processo de Bolonha. O primeiro ciclo corresponde a três anos e possui três variantes de especialização:

- Comunicação Aplicada: Marketing, Publicidade e Relações Públicas;
- Comunicação e Jornalismo;
- Gestão Cultural.

O primeiro ano corresponde ao tronco comum englobando as três especializações e uma disciplina específica, História Contemporânea no caso do Jornalismo. As disciplinas comuns são: Comunicação Interpessoal; História dos Meios de Comunicação; Introdução à Computação; Técnicas de Expressão Escrita I; Computação de Imagem Digital; Métodos de Pesquisa e de Investigação; Técnicas de Expressão Escrita II; Teorias e Modelos da Comunicação. No segundo ano são oferecidas quatro disciplinas do tronco comum: Computação Multimeios e Interatividade; Direito da Comunicação e da Informação; Metodologias da Análise do Texto e do Discurso; Metodologias de Análise de Imagem. Em Comunicação e Jornalismo, as disciplinas específicas oferecidas são: História do Jornalismo; Teorias do

Jornalismo; Gêneros Jornalísticos; Investigação Jornalística; Responsabilidade Social dos Meios; Técnicas de Expressão Radiofônica.

O terceiro ano restringe-se às disciplinas específicas, sendo elas: Jornalismo e Instituições Europeias; Jornalismo Económico; Jornalismo Político; Redação Jornalística; Técnicas de Expressão Televisiva; Ciberjornalismo; Jornalismo Desportivo; Jornalismo Radiofónico; Jornalismo Televisivo; Seminário de Jornalismo

O segundo ciclo refere-se ao grau de mestre, no qual é oferecido Sistema de Comunicação Multimédia, com dois anos de duração. No primeiro semestre o aluno cursa disciplinas comuns às outras especializações como Teoria e Modelos de Sistemas de Informação e Comunicação; Cibercultura; Artes Digitais; e as específicas Ambientes Virtuais e Modelos de Estruturação do Espaço; Linguagens Naturais e Artificiais de Produção Multimédia; e Modelos de Narratividade Interativa.

O segundo semestre oferece apenas disciplinas específicas: Atelier de Guionismo de Multimédia I; Modelos de Negócios e Gestão de Projetos Multimédia; Sistemas de Pós-Produção audiovisual e Multimédia; Atelier de Design de Sistemas Multimédia I. O terceiro semestre disponibiliza uma do tronco comum (Metodologias de Investigação Científica) e três específicas: Redes e Serviços de Comunicações Móveis; Atelier de Design de Sistemas Multimédia II; Atelier de Guionismo de Multimédia II; Projeto de Dissertação. O quarto semestre dedica-se à Dissertação.

O segundo ciclo tem uma estrutura curricular mais generalista atendendo qualquer profissional que queira se especializar em Comunicação Multimédia.

8. Escola Superior de Comunicação Social: oferece curso específico em Jornalismo e seu plano de curso está adequado ao Processo de Bolonha. O primeiro ciclo corresponde a três anos de estudo. As disciplinas oferecidas por semestre são:

- Primeiro semestre: seis cadeiras básicas - História Contemporânea; Antropologia; Análise de Dados; Língua e Expressão do Português; Modelos da Comunicação; Seminário: Profissões de Comunicação; – e a disciplina específica Laboratório de Redação Jornalística;

- Segundo semestre: cinco unidades curriculares básicas - Teorias da Comunicação; Sociologia; Análise Económica; Técnicas de Expressão de Português; e Portugal do Século XX - e duas específicas - Laboratório de Gêneros Jornalísticos; Seminário: Jornalismo I;

- Terceiro semestre: quatro básicas – Semiologia; Sociologia da Comunicação; História dos Meios; Teoria dos Meios; e três voltadas para o jornalismo - Inglês para Jornalismo I; Laboratório de Investigação Jornalística; Seminário: Jornalismo II;

- Quarto semestre: uma básica - Direito da Comunicação; e seis direcionadas ao jornalismo - Inglês para Jornalismo II; Métodos de Investigação Aplicados à Comunicação; Opção I; Opção II; Teorias do Jornalismo; Seminário: Jornalismo III. O cardápio das optativas contém: Atelier de Jornalismo de Imprensa I; Atelier de Jornalismo Digital I, Atelier de Jornalismo Radiofônico I, Atelier de Jornalismo Televisivo I;

- Quinto semestre: duas disciplinas básicas - Cultura e Mídia; Ética e Deontologia do Jornalismo; e três específicas ao jornalismo - Análise do Discurso Jornalístico; Opção 3, 4 e livre. As optativas são: Atelier de Jornalismo de Imprensa II; Atelier de Jornalismo Digital II; Atelier de Jornalismo Radiofônico II; Atelier de Jornalismo Televisivo II;

- Sexto semestre: três unidades curriculares básicas - Contemporaneidade e Produção Cultural; Sistema dos Meios; Sociologia Política e Opinião Pública; quatro direcionadas ao jornalismo - Opção 5 e 6; Opção Livre; Seminário: Jornalismo IV. As optativas são: Atelier de Edição Áudio; Atelier de Edição Multimídia; Atelier de Edição Vídeo; Atelier de Fotojornalismo.

O segundo ciclo é específico em Jornalismo e é oferecido também pelo Departamento de Jornalismo, do primeiro ciclo. Ao concluir o primeiro ano o aluno obtém o diploma de pós-graduação e após completar os dois anos, incluindo a apresentação da dissertação, o discente obtém o grau de mestre.

As unidades curriculares oferecidas no primeiro semestre são: Sistemas Midiáticos Comparados; Gestão dos Meios; Responsabilidade Social dos Meios; Opção 1 e 2. No segundo semestre as unidades são: Questões Críticas do Jornalismo Contemporâneo; Seminário de Estudos Jornalísticos; Opção 3 e 4.

No terceiro semestre são oferecidas: Seminários Temáticos em Jornalismo; Metodologias de Investigação; Seminário de Projeto em Jornalismo. O quarto semestre é reservado para a Dissertação, Projeto e Estágio.

As optativas oferecidas são: Atelier Reportagem, Entrevista e Apresentação de TV; Atelier, Reportagem, Entrevista e Edição de Imprensa; Atelier, Reportagem,

Entrevista e Edição Radiofônica; Atelier de Ciberjornalismo; Sistemas Políticos Europeus e Relações Internacionais; Sociologia e Antropologia do Desporto; Atelier de Jornalismo Desportivo; Atelier de Jornalismo Político.

Semelhante às instituições de ensino superior mencionadas acima, que também se adequaram ao Processo de Bolonha, a Escola Superior de Comunicação Social, no curso de Jornalismo desenhou uma formação mais específica e prática em jornalismo, tanto no primeiro, quanto no segundo ciclo. O curso buscou acompanhar as tendências atuais tratando de temas como: Responsabilidade Social, Ciberjornalismo, Sistemas Políticos Europeus e Relações Internacionais, Críticas do Jornalismo Contemporâneo, entre outros.

3.4. Um primeiro olhar sobre as estruturas curriculares portuguesas

Das oito instituições de ensino selecionadas constatou-se que apenas três oferecem graduação em Jornalismo. São elas: Universidade Nova Lisboa, Universidade de Coimbra e a Escola Superior de Comunicação Social. As outras cinco oferecem a graduação em Comunicação Social.

A grade curricular do curso de Jornalismo da Universidade Nova Lisboa busca uma formação sólida em Ciências Humanas, Sociais e da Comunicação disponibilizando 21 disciplinas eletivas. As específicas, relacionadas ao Jornalismo, pertencem aos grupos das optativas condicionadas I e II e, dentre estas, os alunos devem cursar 5 disciplinas, sendo uma prática. Ao observar a proporção entre a oferta de disciplinas básicas e específicas, nota-se que há uma diferença grande, que se reflete no objetivo do primeiro ciclo, qual seja, formar um jornalista generalista com uma base teórica consistente.

O curso de Jornalismo da Universidade de Coimbra pertence a Faculdade de Letras, o que já é um diferencial frente aos outros cursos elencados acima. São doze unidades curriculares em Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação, onze específicas em jornalismo (teóricas e práticas), uma disciplina transversal (selecionada pelo próprio aluno dentro do universo da universidade), quatro optativas (que podem ser condicionadas ou livres) e uma básica sobre a União Européia. Ao analisar a estrutura curricular consideraram-se dois grupos de disciplinas: o primeiro das básicas em Ciências da Comunicação, Sociais, Humanas e incluiu, também, a cadeira sobre a União Européia (por não ser específica); e o outro das específicas e optativas. Ao observar os dois grupos nota-se que o primeiro soma 13 unidades e o segundo 15, o que revela um equilíbrio na grade e o estudo do jornalismo atrelado às Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação. É válido lembrar que a disciplina transversal não foi inserida em nenhum dos grupos, pois é uma opção do aluno selecionar o que quer cursar em um universo de áreas diferentes, distinguindo das optativas que são oferecidas pelo grupo de jornalismo.

O curso de Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social oferece 21 disciplinas básicas em Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação e 19 unidades curriculares específicas ao jornalismo entre eletivas e optativas. Entre as três instituições que oferecem o curso específico em jornalismo, o da Universidade de Coimbra prioriza mais disciplinas específicas do que generalistas, em seguida está a Escola Superior de Comunicação Social que oferta duas disciplinas básicas a mais que as específicas e, por

último, a Universidade Nova Lisboa que enfatiza mais a formação humana generalista. Contudo, as três amostras selecionadas que oferecem graduação em Jornalismo revelam que o curso está atrelado às Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação, sendo elas as responsáveis pela formação teórica do futuro profissional. Suas especificidades são atribuídas em maior peso às disciplinas práticas e não teóricas. A Universidade de Coimbra inseriu, no grupo das eletivas, as disciplinas sobre a prática profissional em veículos distintos (radio, impresso, televisão, Internet) e o curso da Escola Superior de Comunicação Social transpôs as disciplinas correlatas a essas no grupo das optativas, atribuindo ao aluno o direcionamento do seu campo de trabalho almejado, já durante a graduação.

Os três cursos acima mencionados procuraram se adequar ao Processo de Bolonha, tanto no tempo de duração quanto na introdução de disciplinas específicas, optativas e mesmo transversal, como é o caso da Universidade de Coimbra. No entanto, eles ainda mantêm a concepção do início da formação dos cursos de jornalismo, de estruturarem uma grade curricular que prioriza a investigação no campo das Ciências Sociais e Humanas. Como mostrou-se neste capítulo, isto significa que as disciplinas são distribuídas em quatro áreas de saber: Ciências Sociais e Humanas; Ciências da Comunicação e da Linguagem; Estudos sobre os Meios; e Jornalismo. As instituições ainda não enfatizam um novo campo do saber transdisciplinar e especializado em jornalismo, tendo como referencial na discussão o número de disciplinas presentes nas três grades curriculares.

Com relação ao segundo ciclo, das oito instituições, sete oferecem o mestrado em Jornalismo e apenas uma oferece em outra área: Relações Públicas e Marketing e Publicidade. Dentre as sete, quatro instituições de ensino (Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade da Beira Interior e a Universidade Fernando Pessoa) estruturaram o segundo ciclo priorizando formar um profissional mais especializado em jornalismo, apto a atuar em um mercado de trabalho diversificado, considerando a sua formação teórica ou prática. Três instituições que oferecem a pós-graduação, (ciclo dois) referente ao grau de mestre (Universidade Nova Lisboa, Universidade do Minho e Universidade de Coimbra) buscam especializar o aluno em jornalismo com um olhar mais generalista da profissão e oferecem um conteúdo teórico no campo do saber da comunicação, aprofundando o estudo dos meios, bem como, teorias do jornalismo. O segundo ciclo oferecido pela Universidade de Coimbra equilibra estes três campos de investigação: comunicação,

estudo dos meios e jornalismo, compondo um perfil generalista e especialista. Cabe ao aluno escolher sua opção.

Quanto ao terceiro ciclo, apenas duas instituições de ensino oferecem na área de comunicação: a Universidade Fernando Pessoa, em Ciência da Informação com a especialidade em Jornalismo e linhas de pesquisa específicas; e a Universidade da Beira Interior em Ciência da Comunicação, com disciplinas básicas e uma em Jornalismo. O doutorado, por ter a finalidade de formar pesquisadores, proporciona mais liberdade ao aluno para definir seu objeto de estudo, desde que se enquadre nas linhas de pesquisa oferecidas. São poucas disciplinas a serem cursadas, pois o foco principal é a relevância da investigação para a sociedade, sua contribuição para o desenvolvimento, bem como, a viabilidade da metodologia a ser aplicada e a utilização de um referencial teórico adequado à linha de pesquisa. É válido ressaltar que embora o terceiro ciclo tenha sido mencionado nesta discussão, o propósito foi apenas de ilustrar que, das oito instituições analisadas, apenas duas oferecem o terceiro ciclo, compondo assim, o modelo proposto pelo Processo de Bolonha de estruturar o currículo em graduação e pós-graduação, obedecendo a uma hierarquia de estreitar o conhecimento em uma determinada área, formando profissionais mais especializados.

A análise da estrutura curricular das oito instituições portuguesas mostrou, neste primeiro olhar, que as Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação são fundamentais na formação do jornalista, sem descartar o saber em Jornalismo, mas não tendo esse foco como primordial ou exclusivo. As diversidades existentes no mercado de trabalho referente aos diferentes tipos de veículos, funções do jornalista ou mesmo área de atuação, não estão espelhadas nas grades apresentadas de forma unânime ou em sua totalidade. Elas aparecem sim, principalmente nos três cursos específicos em Jornalismo, mas não em sua complexidade. O segundo ciclo das sete instituições apontadas acima busca especializar o pós-graduando em jornalismo, mas também pondera as áreas do saber na sua formação. Isto indica que predomina até o momento uma formação teórica sólida e generalista, para tornar o jornalista apto a atuar no mercado. As instituições de ensino que oferecem os três ciclos se aproximam do modelo proposto pelo Processo de Bolonha. As que oferecem até o segundo ciclo estão seguindo a mesma tendência, o que tem provocado uma alteração nas estruturas curriculares. Apresentam, como diretriz, a formação de profissionais especialistas, incluindo cadeiras que tratam das instituições europeias, língua estrangeira, ou formação humanística envolvendo questões europeias. Isto remete ao fato das instituições estarem

informando, em suas apresentações eletrônicas na World Wide Webs, que estão em processo de adequação ao Processo de Bolonha, o que significa que ainda estão passando por transformações e que um novo paradigma está sendo construído, não só nos cursos de jornalismo. Em Portugal, em especial, encontra-se um movimento, ainda tímido, de modificar a concepção de formação do jornalista e de reconhecer os conhecimentos necessários a esse profissional para atuar no mercado europeu e globalizado.

3.5. Processo de Bolonha chega à América

A discussão sobre o Processo de Bolonha não se restringiu ao espaço europeu. A proposta inicial, como se mostrou acima, iniciou com 29 países e, em 2004, contava com 40 países signatários, segundo informações do engenheiro português, professor da Universidade Técnica de Lisboa e ex-presidente do Comitê de Educação do Conselho da União Européia (UE), Pedro Lourtie. O professor, ao proferir uma conferência no Seminário realizado pela Escola Politécnica da Universidade São Paulo, Brasil, informou que o Processo de Bolonha já contava com 4 mil instituições de ensino superior e 12,5 milhões de estudantes ²⁵. O interesse por parte das nações em se integrarem à proposta aumentou no decorrer dos anos e, em 2007, somam-se 46 países, de acordo com as informações do endereço eletrônico oficial do Processo de Bolonha ²⁶. (ANEXO I)

Ainda no final da década de 90, a discussão envolvendo o Processo de Bolonha atravessou o oceano Atlântico e chegou a América, ou melhor, em alguns países latino-americanos. Entretanto, no início, as reflexões eram localizadas e muitas limitadas ao intercâmbio estudantil. Aos poucos, a globalização e o fortalecimento de países e de blocos econômicos também preocuparam os países latino-americanos, não apenas nos aspectos políticos e econômicos. Estes países passaram a querer garantir seu lugar no novo contexto mundial, levando em consideração o mercado de trabalho, o intercâmbio acadêmico, bem como o desenvolvimento de tecnologia. A preocupação dos reitores de universidades latino-americanas foi de introduzir uma cultura nas instituições de ensino superior que privilegiasse programas de internacionalização acadêmica e a criação de mecanismos que tornasse isso viável. Países do Mercosul e da Comunidade Andina travaram encontros periódicos, na busca de acompanhar as modificações educacionais no espaço europeu e suas repercussões no espaço latino-americano. O objetivo não era, a princípio, uma participação direta no Processo Bolonha, mas sim, em transpor suas contribuições para a criação de um espaço latino, integrando os países envolvidos e a possibilidade de criar outro bloco no contexto mundial.

²⁵ Informações retiradas do Jornal da USP, edição de 16 a 21 de novembro de 2004 publicado no endereço <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2004/jusp707/pag05.htm>, acessado em 6 de dezembro de 2007.

²⁶ Fonte: <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/>, acessado em 6 de dezembro de 2007.

Em setembro de 2006, o Mercosul iniciou um processo de integração educacional, denominado como Mercosul Educacional, com o propósito de permitir a mobilidade de estudantes e professores e o reconhecimento de todos os países e instituições como parceiros. Os Ministérios da Educação dos países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai ²⁷) estabeleceram as metas do Mercosul Educacional para o ensino superior, sendo elas:

- *Colocar em funcionamento o Mecanismo Experimental de Reconhecimento para as carreiras de graduação em Agronomia, Engenharia e Medicina;*
- *Aumentar a sua aplicação para as outras carreiras;*
- *Aprovar um acordo de reconhecimento de cursos de graduação;*
- *Implementar um programa de capacitação de pares avaliadores;*
- *Aprovar um acordo de mobilidade;*
- *Colocar em funcionamento um Programa de mobilidade de estudantes, docentes, pesquisadores e administradores;*
- *Eliminar as restrições legais que dificultam a implementação do Programa de Mobilidade;*
- *Implementar um programa de pós-graduação em políticas públicas;*
- *Operar um banco de dados de programas de pós-graduação na região;*
- *Consolidar os programas de pós-graduação da região no marco do Protocolo de Integração Educativa para a Formação de Recursos Humanos em nível de Pós-graduação entre os países-membros do Mercosul;*
- *Coordenar junto à Reunião especializada em Ciência e Tecnologia do Mercosul, em desenvolvimento de atividades de interesses comuns;*
- *Implementar ações conjuntas na área de formação docente, com a Comissão Regional Coordenadora de Educação Básica;*
- *Aprovar um acordo de reconhecimento de títulos de nível terciário no universitário para a continuidade de estudos nos países do Mercosul.*²⁸

As atividades seriam desenvolvidas em três frentes, na busca de melhorar a qualidade e a formação de recursos humanos: um sistema de reconhecimento de carreiras; a criação de um espaço comum de ensino superior com programas de mobilidade estudantil e de docentes, envolvendo ações de gestão acadêmica e institucional por parte dos governos e das instituições; e a cooperação interinstitucional

²⁷ O projeto pretende envolver também o Chile e a Bolívia.

²⁸ Fonte: <http://www.sic.inep.gov.br>, acessado em 7 de dezembro de 2007.

desenvolvendo programas colaborativos de graduação e pós-graduação em pesquisas conjuntas.

No Brasil, as repercussões imediatas frente ao Processo de Bolonha e as discussões do Mercosul Educacional foram: redução da carga horária curricular da graduação; ampliação dos programas de doutoramento; e a adequação da grade curricular possibilitando dupla diplomação. Em 18 de junho de 2007, o Conselho Nacional de Educação através da Resolução CES/CNE nº2 dispôs sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Ficou estabelecido:

- a) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h: limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.
- b) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h: limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.
- c) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h: limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.
- d) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h: limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.
- e) Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h: limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

A Resolução reduziu, assim, a carga horária de muitos cursos, entre eles os de Comunicação Social.

Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial	
Curso	Carga Horária Mínima
Administração	3.000
Agronomia	3.600
Arquitetura e Urbanismo	3.600
Arquivologia	2.400
Artes Visuais	2.400
Biblioteconomia	2.400
Ciências Contábeis	3.000
Ciências Econômicas	3.000

Ciências Sociais	2.400
Cinema e Audiovisual	2.700
Computação e Informática	3.000
Comunicação Social	2.700
Dança	2.400
Design	2.400
Direito	3.700
Economia Doméstica	2.400
Engenharia Agrícola	3.600
Engenharia de Pesca	3.600
Engenharia Florestal	3.600
Engenharias	3.600
Estatística	3.000
Filosofia	2.400
Física	2.400
Geografia	2.400
Geologia	3.600
História	2.400
Letras	2.400
Matemática	2.400
Medicina	7.200
Medicina Veterinária	4.000
Meteorologia	3.000
Museologia	2.400
Música	2.400
Oceanografia	3.000
Odontologia	4.000
Psicologia	4.000
Química	2.400
Secretariado Executivo	2.400
Serviço Social	3.000

Sistema de Informação	3.000
Teatro	2.400
Turismo	2.400
Zootecnia	3.600
Diário Oficial da União 19/6/2007, Seção 1, pág. 6, com incorreção do original (DOU de 17/09/2007 – Seção I - p.23)	

Outra alteração, anterior à mencionada acima, foi a implantação de sistemas avaliativos para garantir um padrão de qualidade de ensino. A lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu, no Brasil, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que é um órgão colegiado para coordenar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Representantes da CONAES participaram, nos dias 21 e 22 de junho de 2007, em Madri (Espanha), do Seminário do Espaço Comum de Educação Superior (Alcúe²⁹) da América Latina, União Européia e Caribe, no qual discutiu-se a criação de mecanismos semelhantes de avaliação da educação superior, para facilitar a mobilidade acadêmica entre instituições superiores dos países envolvidos.³⁰

As atribuições da CONAES são:

I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II - estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV - articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE;

²⁹ Alcúe significa Espaço Comum de Educação Superior, envolvendo países da União Européia, América Latina e Caribe. O objetivo do Alcúe é promover ações que estimulem o intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores, pessoal técnico e de gestão além da interação de instituições de educação superior.

³⁰ Fonte: <http://portal.mec.gov.br>, site oficial do Ministério da Educação/Brasil, acessado em 7 de dezembro de 2007.

VI - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;
VII - realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo
*Ministro de Estado da Educação.*³¹

A avaliação do ensino superior no Brasil, pelo MEC (Ministério da Educação), teve início, como se mostrou no capítulo 2, durante a década de 1990. Contudo, ela sofreu alterações, foi se aprimorando e, em abril de 2004, criou-se o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) que tem como um dos componentes a Avaliação Institucional. Seus objetivos são: melhorar a qualidade da educação superior; expandir sua oferta; aumentar a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; e aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das instituições de ensino superior. Estas avaliações dividem-se em duas modalidades - a auto-avaliação e a avaliação externa – com o objetivo de integrar as várias dimensões da realidade analisada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática.

As instituições de ensino superior, por sua vez, estão se adequando ao padrão de qualidade exigido pelo Ministério de Educação, por motivos diversos, seja para atrair alunos ou por acreditar que este padrão de ensino acadêmico condiz com as exigências do mercado de trabalho nacional e global. Há controvérsias sobre os crivos da avaliação, principalmente por parte do alunado das universidades públicas. Muitos boicotam o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, um dos instrumentos de avaliação do SINAES, que tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos em relação aos conteúdos pragmáticos, suas habilidades e competências. Ele é realizado por amostragem de alunos ingressantes e concluintes. A nota obtida na prova consta no currículo escolar dos alunos e também é incluída entre os outros instrumentos de avaliação das instituições de ensino, fazendo parte da média final. Portanto, o boicote dos alunos repercute na avaliação da instituição de ensino, que fica prejudicada em sua pontuação geral.

Em 2006, alunos dos cursos de comunicação social participaram do ENADE. Ao todo foram 268 instituições inscritas na prova de jornalismo. Contudo, este número não reflete o universo das escolas de jornalismo do país. Segundo dados do Censo do Ensino Superior, referente ao ano de 2003, somavam 443 instituições de ensino ofereciam o curso de jornalismo, sendo 74 públicas e 369 privadas³². O ENADE é um instrumento legal, ligado ao MEC e cobre, por princípio, todo o território nacional. Por

³¹ Idem nota 30.

³² Segundo a FENAJ, os dados podem estar incluindo outras habilitações em comunicação social como Cinema e Vídeo, Radialismo, Rádio e Telejornalismo, Produção Editorial e Publicação.

esta razão, optou-se por definir como amostra deste estudo, para a análise das grades curriculares do curso de jornalismo, as dez instituições de ensino que melhor se classificaram nas provas do ENADE. São elas:

- Universidade Federal de Santa Catarina;
- Universidade Federal de Santa Maria;
- Universidade Salgado de Oliveira;
- Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- Faculdade de Ciências Econômicas – FACAMP;
- Universidade Estadual do Centro Oeste;
- Instituto de Ensino Superior COC – Faculdades COC;
- Centro Universitário Franciscano;
- Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais;
- Universidade Estadual de Londrina.

3.6. Instituições públicas e privadas disputam a classificação entre as melhores do país

O mesmo procedimento metodológico utilizado para verificar o perfil almejado do profissional jornalista pelas instituições de ensino portuguesas, de analisar quantitativamente o conteúdo curricular, é adotado na análise das instituições brasileiras selecionadas. O critério de seleção da amostra brasileira foi diferente do adotado na amostra portuguesa, pelas próprias diversidades de ambos os países. O Brasil, diferentemente de Portugal, não faz parte do Processo de Bolonha, e conseqüentemente seus instrumentos de avaliação são outros. A delimitação do universo brasileiro fundamentou-se nos 10 melhores cursos de jornalismo do país, de acordo com o resultado do ENADE realizado em 2006. A classificação da amostragem, de acordo com a sua natureza, apresenta um equilíbrio numérico entre as instituições de ensino, sendo cinco públicas e cinco privadas. Outra diversidade é a distribuição regional, as dez instituições estão localizadas em diferentes cidades e estados do país.

1. Universidade Federal de Santa Catarina: é uma universidade pública, custeada pelo Governo Federal. Comemora 45 anos de existência e está entre as melhores instituições de ensino superior do país e da América Latina. A Universidade promove ações no campo de pesquisa e produção científica, promove intercâmbios e tem projetos de mobilidade acadêmica com países Ibero-Americanos. O curso de Jornalismo obteve a nota máxima (5,0) no exame do ENADE. Ele é integral, com duração de 4 anos, ao todo são 123 créditos obrigatórios e 68 créditos distribuídos em disciplinas optativas.

No primeiro semestre são oferecidas cinco disciplinas específicas em Jornalismo: Redação para Rádio; Redação para TV; Fotojornalismo I; Técnicas de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística; e Introdução às Artes Gráficas. Uma disciplina das Ciências Sociais e Humanas: Comunicação e Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira I. E uma disciplina pertencente à Ciência da Comunicação: Tecnologia em Jornalismo.

No segundo semestre são quatro unidades curriculares específicas em Jornalismo: Redação II; Editoração Eletrônica; Telejornalismo I; e Radiojornalismo I. E uma disciplina em Ciências Sociais e Humanas: Sociologia Geral e da Comunicação.

O terceiro semestre oferece duas cadeiras específicas: Redação III; e Redação para a Internet. Duas disciplinas no campo das Ciências Sociais e Humanas: Estética; Teoria e Método de Pesquisa I. E uma cadeira em Ciências da Comunicação: Planejamento Gráfico.

O quarto semestre oferece três disciplinas específicas em Jornalismo: Redação IV; Edição; e Webdesign. E uma disciplina em Ciência da Comunicação: Teoria da Comunicação I.

No quinto semestre há três cadeiras específicas do Jornalismo: Redação V; Teoria do Jornalismo; e Jornalismo On-line. Duas disciplinas em Ciências da Comunicação: Comunicação Institucional; e Políticas de Comunicação.

No sexto semestre são oferecidas duas disciplinas específicas em Jornalismo: Redação VI; e Jornal Laboratório. E duas disciplinas em ciências sociais e humanas: Legislação e Ética do Jornalismo; e Comunicação e Filosofia.

O sétimo e o oitavo semestre dedicam-se apenas às específicas em Jornalismo: Redação VII; e Técnica de Projetos, no sétimo. E Projetos Experimentais no oitavo.

O leque das optativas é eclético, totalizam mais de 70 opções que direcionam o aluno para a área em que pretende especializar-se: Radiojornalismo II; Telejornalismo II; Fotojornalismo II; Reportagem Especializada; Tópicos Especiais em Jornalismo VI; Tópicos Especiais em Jornalismo XII; Projeto Editorial e Gráfico; Locução e Apresentação em Rádio e TV; Comunicação Visual I; Grande Reportagem em Vídeo; Tópicos Especiais em Jornalismo IV; Apresentação e Entrevista em Radiojornalismo; Tópicos Especiais em Jornalismo I; Tópicos Especiais em Jornalismo X; Tópicos Especiais em Jornalismo XI; Tópicos Especiais em Jornalismo V; Redação VIII; Tópicos Especiais em Jornalismo VII; Tópicos Especiais em Jornalismo VIII; Tópicos Especiais em Jornalismo IX; Tópicos Especiais em Jornalismo XIV; Tópicos Especiais em Jornalismo XV; Tópicos Especiais em Jornalismo II; Tópicos Especiais em Jornalismo XVI; Fotojornalismo III; Projeto Editorial e Gráfico; Locução e Apresentação em Rádio e TV; Comunicação Visual I; Grande Reportagem em Vídeo; Tópicos Especiais em Jornalismo IV; Apresentação e Entrevista em Radiojornalismo; Tópicos Especiais em Jornalismo I; Tópicos Especiais em Jornalismo X; Tópicos Especiais em Jornalismo XI; Tópicos Especiais em Jornalismo V; Redação VIII; Tópicos Especiais em Jornalismo VII; Tópicos Especiais em Jornalismo VIII; Tópicos Especiais em Jornalismo IX; Tópicos Especiais em Jornalismo XIV; Tópicos Especiais em Jornalismo XV; Tópicos Especiais em Jornalismo II; Tópicos Especiais em

Jornalismo XVI; Reportagem Especializada em Política; Reportagem Especializada em Economia; Jornalismo no Cinema; Controle de Opinião Pública; Comentário para TV I; Comentário para TV II; Jornalismo Científico; Reportagem Especializada em Esportes; Comunicação e Educação; Comunicação Institucional II; Introdução à Informática; Realidade Regional em Comunicação; Comunicação e Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira II; Comunicação e Cultura Popular; Leitura; Tópicos Especiais em Comunicação V; Tópicos Especiais em Comunicação VI; Teoria da Comunicação II; Mercado Editorial; Estética e Cultura de Massa II; Tópicos Especiais em Comunicação VII; Cinema II; Teoria e Métodos de Pesquisa em Comunicação II; Técnicas de Produção Audiovisual; Tópicos Especiais em Comunicação III; Tópicos Especiais em Comunicação IX; Tópicos Especiais em Comunicação X; Tópicos Especiais em Comunicação XI; Tópicos Especiais em Comunicação XII; Técnicas de Proteção Audiovisual II.

A descrição do currículo mostra que o curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina enfatiza disciplinas específicas em jornalismo tanto teóricas como práticas. Os créditos obrigatórios propiciam uma formação com ênfase generalista em jornalismo e, na seleção das optativas, o aluno tanto pode especializar-se na área de jornalismo que pretende atuar, como pode obter uma formação mais sólida, cursando disciplinas da área das ciências sociais, humanas e da comunicação. O interessante é que no cardápio dos créditos obrigatórios oferecidos, a relação é 17 créditos específicos em Jornalismo, contra 6 em Ciências Sociais e Humanas e 5 em Ciência da Comunicação.

2.Universidade Estadual de Santa Maria: é uma universidade pública, custeada pelo governo do estado de Rio Grande do Sul. Ela oferece o Curso de Comunicação Social com três habilitações: Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.

A estrutura curricular é composta por um tronco comum, envolvendo três habilitações. Corresponde a um Núcleo de Estruturação, assim denominado pela instituição, que é formado pelas disciplinas de conteúdo básico. Há o Núcleo de Formação que se refere às disciplinas fundamentais para a formação profissional em jornalismo e o Núcleo Complementar constituído por conteúdos interdisciplinares das áreas de comunicação e ciências humanas e sociais. Este inclui também as atividades complementares como iniciação científica, participação em eventos com apresentação de trabalhos e estágios extracurriculares.

No primeiro semestre são oferecidas três disciplinas do tronco comum, sendo uma da Ciência da Comunicação e duas em Ciências Sociais e Humanas: Introdução a Pesquisa em Comunicação; Sociologia da Comunicação; Redação e Expressão Oral I. Além destas, mais três disciplinas com conteúdo específico em jornalismo: Fotojornalismo; História do Jornalismo; Introdução ao Jornalismo.

No segundo semestre são quatro unidades curriculares pertencentes ao tronco comum, sendo três em Ciências da Comunicação e uma em Ciências Humanas: Teorias da Comunicação; Comunicação e Cultura; Comunicação Digital; Redação e Expressão Oral II. E mais duas disciplinas do Núcleo de Formação, específico em jornalismo: Laboratório de Fotojornalismo; Radiojornalismo.

O terceiro Semestre oferece três disciplinas do Núcleo de Formação em Jornalismo: Laboratório de Jornalismo Digital I; Laboratório de Radiojornalismo I; Telejornalismo; e duas do Núcleo de Estruturação (tronco comum), sendo uma em ciências sociais e interdisciplinar e outra em ciências humanas: Pesquisa de Opinião Pública; Redação e Expressão Oral III.

O quarto semestre disponibiliza cinco disciplinas do Núcleo de Formação em Jornalismo: Assessoria de Imprensa; Jornalismo Impresso; Laboratório de Jornalismo Digital II; Laboratório de Radiojornalismo II; Laboratório de Telejornalismo I; e uma disciplina do Núcleo Complementar (interdisciplinar) em Ciências Sociais, Comunicação e Pensamento Contemporâneo.

No quinto semestre são quatro cadeiras específicas do Jornalismo: Laboratório de Jornalismo Digital III; Laboratório de Jornalismo Impresso I; Laboratório de Radiojornalismo III; Laboratório de Telejornalismo II; e uma interdisciplinar em Ciências Humanas: Semiótica da Comunicação.

No sexto semestre são oferecidas quatro disciplinas específicas ao Jornalismo, sendo que uma delas pertence ao campo das Ciências Humanas: Laboratório de Jornalismo Impresso II; Laboratório de Telejornalismo III; Teorias do Jornalismo; Ética Jornalística. No tronco comum é disponibilizada uma disciplina em ciências sociais: Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação.

O sétimo semestre oferece apenas duas disciplinas, uma específicas do Jornalismo, Laboratório de Jornalismo Impresso III, e outra do Núcleo Complementar,

Trabalho de Conclusão de Curso I. O oitavo semestre destina-se a uma disciplina específica, Trabalho de Conclusão de Curso II.

O currículo do curso de Jornalismo tem 23 disciplinas específicas e 13 conteúdos do tronco comum, interdisciplinares, pertencentes às Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação. O conteúdo em Jornalismo prepara o profissional para atuar em diferentes veículos de comunicação e o conteúdo generalista procura completar a formação com conhecimento teórico sólido.

3. Universidade Salgado de Oliveira: é uma instituição privada, conhecida também como UNIVERSO. Possui duas unidades nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco e Bahia. A instituição oferece cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e habilitação em Publicidade e Propaganda. A estrutura curricular do curso de Jornalismo é dividida em quatro anos e disponibiliza disciplinas de tronco comum, que atendem Jornalismo e Publicidade, e disciplinas específicas.

No primeiro semestre são oferecidas as disciplinas do tronco comum, sendo seis do campo das Ciências Sociais e Humanas: Antropologia Cultural; Criação em Comunicação; Introdução ao Pensamento Filosófico; Ciência Política; Teoria Métodos de Pesquisa em Comunicação; Língua Portuguesa Leitura e Produção de Textos. E uma em ciência da comunicação: Teorias da Comunicação.

O segundo semestre também é formado pelas disciplinas do tronco comum, sendo seis em Ciências Sociais e Humanas: Economia; Estética e Cultura de Massa; Língua Portuguesa Redação Expressão Oral; Realidade Sócio Econômica Política Contemporânea Brasileira; Semiótica; e Sociologia Aplicada. E uma disciplina em ciência da comunicação: Comunicação Comparada.

No terceiro semestre têm início as disciplinas com conteúdo específico, sendo duas em Jornalismo: Escrita de Jornalismo I; Técnicas de Reportagem; Duas em ciências humanas: Ética Legislação em Jornalismo; e Semiótica em Jornalismo; E duas ainda do tronco comum, em ciências sociais e humanas: Psicologia do Desenvolvimento; Sistema de Comunicação no Brasil.

No quarto semestre são quatro disciplinas específicas em jornalismo: Edição Impressa; Escrita de Jornalismo II; Fotojornalismo; Imprensa Feminina; e Prática de

Jornal Impresso; E uma do tronco comum em Ciência da Comunicação: Planejamento Gráfico.

No quinto semestre são ministradas apenas disciplinas específicas ao Jornalismo. São seis: Assessoria de Imprensa; Edição Eletrônica; Escrita de Jornalismo III; Jornalismo Comparado e Específico; Radiojornalismo; e Telejornalismo.

O sexto semestre oferece seis disciplinas em jornalismo: Escrita de Jornalismo IV; Jornalismo Científico; Jornalismo Empresarial; Jornalismo On-line; Prática Radiojornalismo; Prática Telejornalismo.

No sétimo semestre são quatro disciplinas em Jornalismo: Escrita de Jornalismo V; Prática Jornalismo On-line; Organização de Empresa Jornalística; Pesquisa e Documentos em Jornalismo. E são oferecidas três disciplinas em Ciências Sociais e Humanas: Pesquisa de Opinião; Estratégia e Política de Comunicação; Pesquisa On-line.

O oitavo semestre destina-se à disciplina Projetos Experimentais e Atividades de Extensão Científicas e Culturais.

A grade possui 19 disciplinas em Ciências Sociais e Humanas, sendo 17 do tronco comum e duas direcionadas ao curso de Jornalismo, quatro conteúdos em Ciências da Comunicação e 23 específicas ao jornalismo. O primeiro ano é básico, apenas no terceiro semestre o aluno encontra disciplinas específicas do jornalismo. O curso prima por uma formação em Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação, orquestrando a proporção de disciplinas de forma equilibrada: 23 específicas e 23 de formação teórica nas outras ciências.

4.Universidade Estadual de Ponta Grossa: é uma universidade pública custeada pelo Governo do estado do Paraná. É uma das mais importantes instituições de ensino superior deste estado. O curso oferecido é em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e tem duração mínima de quatro anos.

O conteúdo curricular contém 16 disciplinas de formação básica geral, sendo oito em Ciências Sociais, Humanas e oito em Ciência da Comunicação. São elas: Políticas Econômicas Contemporâneas; Estética da Comunicação; Estudos da Comunicação e Cultura; Estudos de Mediação e Recepção; História Social da Comunicação; Metodologia da Pesquisa em Comunicação; Políticas de Comunicação; Realidade Regional em Comunicação; Teorias da Comunicação; Psicologia da Comunicação; Sociologia da Comunicação; Filosofia e Comunicação; História

Contemporânea Social do Brasil; Língua Portuguesa; Redação e Expressão Oral e Escrita; Teorias Políticas.

As 24 disciplinas de formação específica profissional em Jornalismo são: Comunicação Comunitária; Assessoria de Imprensa; Fotojornalismo; Assessoria de Comunicação; Crítica de Mídia; Designer Gráfico em Jornalismo; Ética e Legislação no Jornalismo; Introdução ao Jornalismo; Orientação de Projetos Experimentais em Jornalismo; Produção de Projetos Experimentais em Jornalismo; Produção em Jornalismo Opinativo; Redação Jornalística; Redação Jornalística II; Redação Jornalística III; Redação Jornalística IV; Redação para Rádio; Redação para Televisão; Radiojornalismo I; Radiojornalismo II; Técnicas de Elaboração de Projetos Experimentais em Jornalismo; Telejornalismo I; Telejornalismo II; Teorias do Jornalismo; Webjornalismo. Além estas, são oferecidas duas disciplinas com o objetivo de aprofundar o conteúdo: Seminário I e Seminário II.

A grade curricular foca a formação específica em Jornalismo, tanto prática quanto teórica. O número de disciplinas com conteúdo em Ciências Sociais e Humanas e em Ciência da Comunicação é o mesmo, mas a proporção numérica é menor quando comparada com as de formação específica.

5.Faculdade de Ciências Econômicas (FACAMP): é uma instituição privada, localizada no interior do estado de São Paulo, em Campinas. O curso é em Jornalismo Multimídia, tem quatro anos de duração e é integral. A partir do quinto semestre o aluno inicia especialização em Economia e mais duas áreas que o aluno seleciona entre as quatro que são oferecidas: Política, Marketing, Arte e Relações Internacionais.

A estrutura curricular divide-se em oito semestres:

- Primeiro semestre tem quatro disciplinas em Jornalismo: Jornalismo Multimídia 1 - Newsletter Digital; Fotografia; Processos Jornalísticos 1 - Jornais Diários; Teoria do Jornalismo 1; Seis em ciências humanas e sociais: Comunicação em Língua Portuguesa 1; Comunicação em Língua Inglesa 1; História Geral 1; História do Brasil 1; Oficina de Leitura 1; Workshop de Internet e Multimídia 1; e Informática I.
- O segundo semestre oferece três disciplinas em Jornalismo: Jornalismo Multimídia 2 - Newsletter Digital; Teoria do Jornalismo 2; Oficina de Fotografia. Oito disciplinas em Ciências da Comunicação e Ciências Sociais e

humanas: Comunicação Comparada - revistas e televisão; Comunicação em Língua Inglesa 2; Comunicação em Língua Portuguesa 2; História Geral 2; História do Brasil 2; Leituras de Ficção 1; Oficina de Leitura 2; Workshop de Internet e Multimídia 2. Oferece, ainda, uma de Informática 2.

- No terceiro semestre são administradas três disciplinas em Jornalismo: Jornalismo Multimídia 3 - *Jornal On Line*; Radiojornalismo 1; Processos Jornalísticos 2 - Jornais Diários. Seis disciplinas em Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação: Teoria da Comunicação; Comunicação em Língua Portuguesa 3; Comunicação em Língua Inglesa 3; Leituras de Ficção 2; Oficina de Leitura 3; Hiperemídia 1.
- No quarto semestre são oferecidas três disciplinas em Jornalismo: Jornalismo Multimídia 4 - *Jornal On Line*; Telejornalismo 1; Radiojornalismo 2. Seis disciplinas oferecidas são das áreas de humanas, sociais e comunicação: Comunicação em Língua Portuguesa 4; Comunicação em Língua Inglesa 4; Leituras de Ficção 3; Economia do Consumo; Sociologia do Consumo; Hiperemídia 2.
- No quinto semestre também são oferecidas três disciplinas em Jornalismo: Jornalismo Multimídia 5 - *Revista Digital*; Telejornalismo 2; Jornalismo Cultural 1; E quatro disciplinas em ciências sociais e humanas: Comunicação em Língua Inglesa 5; Introdução à Administração; Sociologia da Cultura; Oficina de Filosofia 1.
- O leque de optativas na especialização em economia contém as seguintes disciplinas: Economia 1; Administração; e Desenvolvimento Socioeconômico. Já o cardápio da especialização interdisciplinar oferece quatro áreas diferentes, das quais o aluno seleciona duas que irá seguir até o final do curso: Introdução à Ciência Política; Marketing 1; História da Arte 1; Introdução à Teoria das Relações Internacionais.
- No sexto semestre são administradas três disciplinas em Jornalismo: Telejornalismo 3; Projeto Experimental 1; Jornalismo Cultural 2; e três disciplinas em Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação: Comunicação Empresarial 1; Cultura Brasileira; Oficina de Filosofia 2. As optativas da especialização em economia ministradas neste semestre são: Economia 2; Economia Internacional; Economia Brasileira. O cardápio das interdisciplinares

apresenta: Política 1; Marketing 2; História da Arte 2; Teoria das Relações Internacionais 1

- O sétimo semestre oferece três disciplinas em Jornalismo: Jornalismo Multimídia 7 - Portal Multimídia; Projeto Experimental 2; e Jornalismo Cultural 3; e três disciplinas nas áreas de humanas, sociais e comunicação: Comunicação Empresarial 2; Sociologia do Brasil Contemporâneo; Oficina de Filosofia 3. Há duas optativas na área de especialização em economia: Tópicos Especiais de Economia; Conjuntura Econômica. No âmbito das interdisciplinares são ofertadas: Política 2; Marketing 3; Arte Contemporânea 1; Teoria das Relações Internacionais 2.
- O oitavo semestre mantém três disciplinas em jornalismo: Jornalismo Multimídia 8 - Portal Multimídia; Projeto Experimental 3; Jornalismo Cultural 4. Quatro conteúdos em ciências humanas e da comunicação: Direito e Cidadania; Ética Jornalística; Filosofia da Cultura; Comunicação Empresarial 3. São oferecidas duas optativas na área de especialização em economia: Política e Planejamento Econômico; Projetos Econômicos. E quatro interdisciplinares: Política 3; Marketing 4; Arte Contemporânea 2; Teoria das Relações Internacionais 3.

O curso de Jornalismo da FACAMP tem um diferencial. Além de ser oferecido em período integral, como o da Universidade Federal de Santa Catarina, ainda forma um profissional especializado em Economia e em duas outras áreas selecionadas pelo próprio candidato. A grade demonstra um equilíbrio na disposição das disciplinas de acordo com os semestres. Exceto no primeiro semestre, em todos os outros sete são disponibilizadas três disciplinas específicas em Jornalismo, as restantes pertencem às Ciências sociais, Humanas e da Comunicação, que são maioria. O curso proporciona uma formação teórica sólida no campo das ciências humanas e sociais, como pode-se verificar na grade das especializações e, também, fortalece a formação teórica do profissional com seus alicerces em ciência da comunicação. São 22 disciplinas voltadas para a formação específica em jornalismo e 40 disciplinas do campo das ciências sociais, humanas e da comunicação.

6. Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO): é uma universidade pública, custeada pelo governo do estado do Paraná. O curso oferecido é de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e tem duração mínima de quatro

anos. Ele pertence ao setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade. A grade curricular divide-se em quatro anos.

No primeiro ano são oferecidas cinco disciplinas nas áreas humanas, sociais e da comunicação: Análise do Discurso; Desenvolvimento Sócio Econômico Mundial; Filosofia e Ética da Comunicação; Língua Portuguesa I; Teorias da Comunicação. E três disciplinas específicas em jornalismo: Fotojornalismo; Introdução ao Jornalismo; Redação Jornalística I.

No segundo ano são oferecidas duas disciplinas em Jornalismo (Planejamento Visual em Jornalismo; Redação Jornalística II) e seis disciplinas em Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação: Arte e Estética em Comunicação; Geografia do Espaço Mundial; História das Doutrinas Políticas; Língua Portuguesa II; Semiótica; Sociedade, Cultura e Comunicação.

No terceiro ano são ministradas cinco disciplinas específicas em Jornalismo: Deontologia do Jornalismo; Edição e Editoração; Jornalismo Especializado; Radiojornalismo; Telejornalismo; e duas optativas I e II.

No último ano são oferecidas três disciplinas em Jornalismo: Educomunicação; Jornal Laboratório; Projeto Experimental em Jornalismo. Uma em Ciências Sociais e Humanas, Pesquisa em Comunicação II, além de Tópicos Especiais, Optativa I e Estágio Supervisionado em Jornalismo.

O leque das optativas conta com disciplinas da área de publicidade e propaganda e também relações públicas: Assessoria Empresarial; Assessoria Institucional; Cibercomunicação; Comportamento do Consumidor; Didática do Ensino Superior; Fundamentos Cinematográficos; Jornalismo Científico; Linguagem de Áudio e Vídeo; Novas Tecnologias Aplicadas à Publicidade e Propaganda; Novas Tecnologias Aplicadas ao Jornalismo; Novas Tendências da Publicidade; Pauta, Reportagem e Edição em TV; Relações Públicas; Teorias da Psicologia Aplicadas à Comunicação Social; Textos Fundamentais de Literatura.

O curso possui disciplinas básicas que contemplam as habilitações em Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Jornalismo. No total são oferecidas 13 disciplinas específicas em jornalismo, mais três optativas para o aluno direcionar sua área de conhecimento. Em complementação, são oferecidas 12 disciplinas nas áreas de humanas, sociais e da comunicação. O interessante é que as disciplinas básicas, em grande parte, tratam de temáticas políticas e sociais atuais.

7. Instituto de Ensino Superior COC – Faculdades COC: é uma instituição particular, localizada no interior do estado de São Paulo, em Ribeirão Preto. Ela oferece os cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e em Publicidade e Propaganda. A estrutura curricular divide-se em tronco comum e nos conteúdos específicos à formação em jornalismo. O curso de Jornalismo tem duração mínima de quatro anos e divide-se em oito semestres:

- No primeiro semestre são ministradas dez disciplinas do tronco comum, sendo sete em ciências sociais e humanas e três em ciência da comunicação: Antropologia I; Filosofia I; História da Arte; Inovação e Criatividade I; Psicologia I; Redação e Interpretação de Texto I; Sociologia I; Teoria da Comunicação I; Linguagem Audiovisual I; Novas Tecnologias de Informação I. E duas disciplinas específicas do curso de Jornalismo, uma em ciência da comunicação e outra de formação jornalística: Gestão de Negócios em Comunicação I; História do Jornalismo.
- O segundo semestre segue a mesma logística com nove disciplinas do tronco comum, sendo sete em ciências sociais e humanas e duas em ciência da comunicação: Antropologia II; Psicologia II; Redação e Interpretação de Texto II; Sociologia II; Filosofia II; Estética e Cultura de Massa; Inovação e Criatividade II; Novas Tecnologias de Informação II; Teoria da Comunicação II. E três específicas, duas em ciência da comunicação, Gestão de Negócios em Comunicação II e Linguagem Audiovisual II, e outra em jornalismo, Teorias do Jornalismo.
- No terceiro semestre constam oito cadeiras do tronco comum, sendo cinco em ciências sociais e humanas e três em ciências da comunicação: Economia; Redação e Interpretação de Texto III; Metodologia Científica I; Teoria Política; Ética e Legislação I; Fotografia; Planejamento Gráfico I; Comunicação comparada I. E duas específicas ao curso de Jornalismo: Reportagem e Entrevista I; Assessoria de Imprensa I.
- O quarto semestre oferece sete disciplinas do tronco comum, das quais cinco são em ciências sociais e humanas e duas em ciência da comunicação: Redação e Interpretação de Texto IV; Realidade Sócio Econômica; Ética e Legislação II; Metodologia Científica II; História da Ciência; Planejamento Gráfico II;

Comunicação Comparada II. E três específicas à formação em jornalismo: Reportagem e Entrevista II; Assessoria de Imprensa II; Fotojornalismo.

- O quinto semestre disponibiliza sete cadeiras específicas ao jornalismo: Jornalismo On-line I; Redação Jornalística I; Planejamento Gráfico III; Jornalismo Científico I; Edição I; Radiojornalismo I; Telejornalismo I. Além da Optativa I, que corresponde a Línguas Estrangeiras (Inglês, Espanhol, Italiano).
- O sexto semestre segue a mesma estrutura do semestre anterior, com sete cadeiras específicas do jornalismo: Jornalismo On-line II; Redação Jornalística II; Planejamento Gráfico IV; Jornalismo Científico II; Edição II; Radiojornalismo II; Telejornalismo II. E Optativa II (Línguas Estrangeiras – Inglês, Espanhol, Italiano).
- No sétimo semestre são oferecidas oito disciplinas específicas ao jornalismo, sendo duas optativas: Edição III; Projeto Experimental I; Planejamento Gráfico V; Edição em Televisão; Comunicação Digital; Redação Jornalística III; Optativas III; Optativas IV, além do Estágio Supervisionado.
- O oitavo semestre corresponde ao Projeto Experimental II e ao Estágio Supervisionado.

O Núcleo das Optativas divide-se em: Optativa I e II - Línguas Estrangeiras; Optativas III - Jornalismo de Precisão, Jornalismo Investigativo, Jornalismo Literário e Documentarismo; Optativas IV - Jornalismo Esportivo, Jornalismo Agronegócio, Jornalismo Cultural, Jornalismo Político e Jornalismo e Educação.

Os dois primeiros anos da estrutura curricular correspondem ao tronco comum, no entanto, no primeiro e terceiro semestres são oferecidas duas disciplinas específicas e no segundo e quarto passam a ser ministradas quatro disciplinas específicas. Nos outros quatro semestres, verifica-se no quadro das cadeiras obrigatórias, apenas conteúdo específico ao jornalismo. Quanto às optativas, exceto as Optativas I e II, as outras duas (Optativas III e IV) também se enquadram no campo de formação jornalística.

Ao todo são 24 disciplinas básicas na área de ciências sociais e humanas, 13 disciplinas em ciência da comunicação e 26 unidades curriculares com conteúdo voltado especificamente para a formação jornalística. Das cadeiras que pertencem ao campo da Ciência da Comunicação, três são direcionadas ao jornalismo, não pertencem ao tronco comum. É válido ressaltar que esta soma não computou as disciplinas Optativas e nem

as transversais. Os estudantes podem cursar disciplinas em outros cursos oferecidos pela instituição, com o propósito de ampliar a formação e especializar-se em alguma área do saber.

8. Centro Universitário Franciscano: pertence à Congregação das Irmãs Franciscanas e é particular. Está localizado no estado do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. O curso é de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, tem duração mínima de quatro anos e oferece 47 disciplinas. A grade curricular divide-se em oito semestres:

- No primeiro semestre são ofertadas cinco disciplinas básicas em Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação: Cibercultura; Estética e Comunicação; Língua Portuguesa Instrumental; Sociologia da Comunicação; e Teoria da Comunicação I. E três disciplinas específicas em jornalismo: História do Jornalismo I; Redação Jornalística I; e Introdução à Fotografia.
- No segundo semestre são ministradas seis disciplinas específicas em Jornalismo: História do Jornalismo II; Técnicas de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística; Jornalismo *On Line*; Redação Jornalística II; Fotojornalismo I. Uma Optativa I e uma disciplina em ciência da comunicação: Teoria da Comunicação II.
- No terceiro semestre são seis disciplinas em Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação, sendo uma específica ao jornalismo: Metodologia Científica; Comunicação e Filosofia; Políticas de Comunicação; Realidade Sócio Econômica e Política Brasileira; Ética e Cidadania; Legislação e Ética Jornalística. Uma de formação jornalística, Redação Jornalística III, além da Optativa II.
- No quarto semestre são oferecidas: uma básica em Ciências Sociais - Antropologia e Cosmovisão Franciscana; duas básicas em comunicação: Projeto de Extensão em Comunicação Comunitária I; e Planejamento Gráfico. E são oferecidas três específicas em jornalismo: Assessoria de Imprensa; Redação Jornalística IV; Teorias do Jornalismo; além da Optativa III.
- No quinto semestre são ministradas duas em Ciências da Comunicação: Projeto de Extensão em Comunicação Comunitária II, Cinema I; três específicas em jornalismo: Jornalismo Especializado I, Radiojornalismo I, Telejornalismo I; e também a Optativa IV.

- No sexto semestre são oferecidas duas em Ciência da Comunicação: Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, Cinema II; três em jornalismo: Jornalismo Especializado II, Telejornalismo II, Radiojornalismo II.
- No sétimo semestre são oferecidas três disciplinas específicas em Jornalismo: Trabalho Final de Graduação I; Jornalismo Especializado III; Edição em Telejornalismo; e Projeto Experimental em Rádio.
- No oitavo semestre são duas disciplinas em Jornalismo: Trabalho Final de Graduação II; e Projeto Experimental em Televisão.

O curso é específico em Jornalismo. Das 47 disciplinas que compõem o conteúdo da grade curricular, 10 pertencem ao campo das ciências sociais e humanas, mas com ênfase na comunicação; nove correspondem à Ciência da Comunicação e 24 específicas à formação em jornalismo. O curso apresenta, ainda, quatro optativas.

9.Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC): é instituição privada e oferece o curso de Comunicação Social com habilitações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas. O curso de Jornalismo tem duração de quatro anos. A grade curricular é estruturada em oito semestres, com disciplinas que contemplam o tronco comum das três habilitações e disciplinas específicas voltadas ao jornalismo:

- O primeiro semestre oferece quatro disciplinas básicas, do tronco comum, com conteúdo em Ciências Sociais e Humanas: Circuitos Artísticos Culturais; Comunicação e Literatura; Filosofia I; Introdução às Ciências Sociais. Uma disciplina básica na área de ciência da comunicação, também do tronco comum: Introdução aos Estudos da Comunicação. E duas disciplinas específicas à formação em jornalismo: Introdução ao Jornalismo; Seminário I – Jornalismo.
- No segundo semestre são quatro disciplinas básicas em Ciências Sociais e Humanas, que fazem parte do tronco comum: Cultura Religiosa I; Filosofia II; História Contemporânea; Oficina de Leitura e Escrita. Duas em comunicação, que também pertencem ao tronco comum, Fotografia e Seminário II. E uma específica ao jornalismo, Apuração e Redação.
- O terceiro semestre contém uma disciplina básica, do tronco comum, em Ciências Sociais, Antropologia e Comunicação. Três cadeiras, do tronco comum, em ciência da comunicação: Comunicação Integrada, Teorias da

Comunicação e Planejamento Gráfico. E três específicas à formação em jornalismo: Fotojornalismo, Jornalismo Especializado e Seminário III.

- No quarto semestre são oferecidas três unidades curriculares, do tronco comum, em Ciências Sociais e Humanas: Cultura Religiosa II, Economia e Teorias Sociais e Contemporâneas. E quatro específicas em Jornalismo: Assessoria de Comunicação; Cibercultura e Jornalismo Digital; Radiojornalismo; Seminário IV.
- No quinto semestre são ministradas duas disciplinas do tronco comum, em Ciências Sociais e Humanas: Economia Brasileira e Política e Comunicação. Duas, do tronco comum, em ciência da comunicação: Semiótica; Teoria e Pesquisa em Comunicação. E duas específicas ao jornalismo: Jornalismo Econômico; Produção e Edição em Áudio.
- O sexto semestre disponibiliza duas cadeiras do tronco comum, uma em Ciências Humanas e outra em Ciência da Comunicação: Formação do Brasil Contemporâneo e Teorias da Imagem. E cinco específicas ao jornalismo: Jornalismo Investigativo; Jornalismo Político; Projeto Experimental I; Telejornalismo; Teorias do Jornalismo.
- No sétimo semestre há uma disciplina em comunicação, do tronco comum, Cinema e Vídeo, e quatro de conteúdo específico em Jornalismo: Edição Jornalística, Ética e Crítica da Mídia, Projeto Experimental II e Redação e Produção em Telejornalismo.
- No oitavo semestre há uma disciplina do tronco comum, em Ciência da Comunicação: Comunicação e Conjuntura Internacional. E três disciplinas específicas ao jornalismo: Edição em Televisão; Jornalismo Cultural; Projeto Experimental III.

A estrutura curricular contempla disciplinas básicas tanto em Ciências Sociais e humanas quanto em ciência da comunicação para as habilitações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas. Todas as 16 disciplinas de conteúdo básico em Ciências Sociais e Humanas, assim como as dez unidades curriculares com conteúdo em Ciência da Comunicação pertencem ao tronco comum. Verificamos que 24 disciplinas específicas à formação em jornalismo estão inseridas desde o primeiro semestre na grade curricular.

10. Universidade Estadual de Londrina: é uma universidade pública, custeada pelo governo do estado do Paraná. Ela oferece os cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e em Relações Públicas.

O curso de jornalismo tem duração de quatro anos e o sistema curricular é anual.

- No primeiro ano são ministradas quatro disciplinas básicas em Ciências Sociais e Humanas, pertencentes ao tronco comum: Filosofia; Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira; Língua Portuguesa; Sociologia Geral. Uma disciplina em Ciência da Comunicação, também do tronco comum: Teoria da Comunicação. E quatro disciplinas específicas à formação em jornalismo: Fotojornalismo; Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística I; Fundamentos de Jornalismo Audiovisual; Fundamentos de Jornalismo Impresso.
- O segundo ano oferece duas disciplinas do tronco comum em Ciências Humanas, Análise de Texto Literário e Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação. Quatro disciplinas específicas com conteúdo em jornalismo: Radiojornalismo; Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística II; Planejamento Gráfico em Jornalismo; Legislação e Ética em Jornalismo. E uma disciplina específica à formação jornalística com conteúdo em ciência da comunicação: Teoria da Comunicação II;
- No terceiro ano são oferecidas três disciplinas do tronco comum, sendo duas em Ciências Sociais e Humanas: Comunicação e Cultura e Economia e Teoria Política, e uma em Ciência da Comunicação: Novas Tecnologias em Comunicação e Informação. E cinco disciplinas específicas ao jornalismo: Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística III; Telejornalismo I; Assessoria de Imprensa; Comunicação Comunitária; Teorias do Jornalismo.
- O quarto ano oferece duas disciplinas do tronco comum, sendo uma em Ciência da Comunicação, Comunicação Comparada, e uma em Ciências Humanas Estética e Comunicação. E cinco disciplinas de conteúdo em Jornalismo: Projetos Experimentais em Jornalismo; Edição do Jornal Laboratório; Edição Jornalística para TV; Telejornalismo II; Jornalismo On-line.

A grade curricular contempla também Atividades Complementares como Monitoria Acadêmica, Projetos de Ensino, Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão, Estágio Voluntário, Disciplinas Especiais e Disciplinas Eletivas.

A distribuição das unidades curriculares entre o tronco comum e as específicas ao jornalismo é a seguinte: 12 básicas em Ciências Sociais, Humanas e da Comunicação e 18 específicas em conteúdo de formação jornalística e uma também voltada apenas para os alunos de jornalismo, com conteúdo em Ciência da Comunicação.

3.7. Obrigatoriedade do diploma é referencial na amostragem brasileira

As dez instituições brasileiras apontadas na amostragem oferecem curso específico em Jornalismo, pois o diploma em jornalismo é obrigatório para exercer a profissão no país. O curso de jornalismo foi um dos mais procurados por candidatos ao seu ingresso na primeira fase do concurso vestibular da Universidade do Estado de São Paulo - USP, em 2008, segundo dados da Fundação Universitária para o Vestibular, FUVEST. Neste concurso, 2.538 vestibulandos disputaram as 60 vagas. As instituições de ensino atendem, assim, uma demanda de mercado. Os alunos se candidatam ao curso em uma acirrada disputa por universidades mais conceituadas e públicas, que são gratuitas.

O conteúdo curricular do curso de Jornalismo tem que atender algumas exigências governamentais, entre elas, ele tem que ter no mínimo 2.700 horas, segundo exigências do Conselho Nacional de Educação. Esta exigência não se coaduna com o modelo proposto pelo Processo de Bolonha, que propõe a redução da graduação para três anos. Na amostragem acima, duas instituições oferecem o curso em período integral, indo na contramão dos resultados das discussões que se dão no espaço europeu. São elas a Universidade Federal de Santa Catarina e a Faculdade de Ciências Econômicas (FACAMP). Enquanto a primeira enfatiza uma formação teórica e prática em jornalismo envolvendo suas áreas e veículos de atuação, a segunda fundamenta a formação do jornalista na área de ciências humanas, mais especificamente em Política, Economia, Arte, Relações Internacionais e Marketing.

Os instrumentos de avaliação do ensino superior implantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP indicam o padrão de qualidade das instituições de ensino de acordo com as Diretrizes Curriculares, as exigências do mercado de trabalho e a própria dinâmica da sociedade. Frente à competição entre as instituições de ensino para atrair alunos e, por outro lado, a busca de um padrão de qualidade de ensino superior no país, estipulou-se que os currículos devem conter três áreas do saber: as ciências sociais e humanas, a ciência da comunicação e da linguagem e a formação específica em jornalismo.³³ Estas três áreas estão espelhadas nas estruturas curriculares descritas acima, orquestradas de forma

³³ Há pesquisadores brasileiros que defendem o conteúdo específico em jornalismo como de domínio da ciência do jornalismo. O tema é polêmico no âmbito da academia e ele não é o foco desta pesquisa, por isso não se entrou aqui no mérito da discussão e optou-se por utilizar a nomenclatura “formação específica em jornalismo”.

diferente de acordo com as propostas e objetivos de cada instituição de ensino. Não há a imposição de um modelo rígido e sim de critérios que devem ser considerados, como procurou evidenciar acima.

O estudo das instituições selecionadas revelou uma heterogeneidade dentro da homogeneidade. As dez instituições demonstraram que o jornalismo está atrelado às Ciências Sociais e Humanas, ou seja, ele é visto como uma profissão que necessita de uma sólida formação teórica em humanidades. No entanto, há diversidades entre as vertentes, sendo que alguns cursam se direcionam para o campo do jornalismo, outros, por sua vez, incluem como formação básica artes e estética, há ainda cursos que primam pelo conhecimento em atualidade e religião. As unidades curriculares que pertencem às Ciências Sociais e Humanas ocupam, em sua maioria, mais espaço nas grades curriculares que as disciplinas com conteúdo em Ciência da Comunicação. Por outro lado, a formação específica é prioridade nas universidades públicas. Exceto a Universidade Estadual do Centro-Oeste, as outras quatro universidades públicas oferecem mais disciplinas específicas do que em ciências sociais, humanas e da comunicação. Entre as instituições particulares, há alternância na proporção entre disciplinas básicas e específicas. A FACAMP, por exemplo, se sobressai por formar um profissional especializado em três áreas (Economia, Política, Relações Internacionais, Marketing e Arte³⁴) e por priorizar a formação humanística. Já o Centro Universitário Franciscano oferece um maior número de disciplinas específicas em Jornalismo. A grade das instituições particulares contempla mais disciplinas do tronco comum que a grade das instituições públicas. Uma das justificativas pode ser a redução de custos, tanto no que se refere à contratação de professores quanto ao gasto com infra-estrutura.

De maneira geral, as disciplinas de conteúdo teórico e básico pertencem ao leque das cadeiras obrigatórias, o que novamente demonstra o peso que lhe é atribuído na formação do jornalista. As práticas em laboratório são também quesitos do MEC/INEP, porque o estágio em jornalismo está proibido desde 1979 em todo território nacional, menos no estado de São Paulo. Neste estado foi firmado um convênio entre instituições de ensino, sindicato e empresas, o qual permite a prática de estágio com algumas restrições. A parceria já propiciou frutos, agora acadêmicos dos outros estados estão propondo a volta do estágio nos moldes implantado em São Paulo. A importância da prática na formação em jornalismo é um consenso entre pragmáticos e teóricos.

³⁴ O aluno tem que optar por apenas duas áreas, porque Economia já faz parte da formação.

3.8. Brasil e Portugal: encontros e desencontros na formação do jornalista

Brasil e Portugal possuem histórias diferentes sobre a criação dos cursos de jornalismo, mas estas trajetórias se cruzaram em um determinado momento, promovendo o intercâmbio entre acadêmicos e pesquisadores. O passado registrou diversidades e também semelhanças entre ambos, como a clássica oposição entre pragmáticos e teóricos sobre a obrigatoriedade da formação em jornalismo, discussão essa que desencadeou percursos distintos em cada país. Hoje, na sociedade globalizada e digital, há aspectos comuns entre os dois países. O jornalismo é uma profissão com grande procura e há numerosas ofertas de cursos de graduação. O jornalismo acompanhou o desenvolvimento tecnológico e globalizado, agregando a tecnologia no seu exercício diário e ocupando espaço nas novas mídias eletrônicas e digitais. O jornalismo está envolvido no contexto global, sem se desfazer de suas raízes de origem.

As academias também respiram estas transformações e buscam mecanismos de transpô-las para o currículo escolar, na medida em que se julgam necessárias ao propósito de formar um profissional ideal para atuar na sociedade atual.

A discussão limitou-se a oito instituições de ensino portuguesas e dez brasileiras e procurou estabelecer uma análise focando a estrutura curricular. A primeira constatação é o número de cursos de graduação específicos em Jornalismo que é menor em Portugal. Deve-se interpretar as diferenças entre Portugal e Brasil, considerando o tamanho e demografia dos dois países, bem como, a obrigatoriedade do diploma em jornalismo para o exercício da profissão. Como Portugal é um dos países participantes do Processo de Bolonha, as instituições de ensino já estão adequando seus currículos em três anos de duração. Em contrapartida, há uma grande oferta de cursos de mestrado em jornalismo. A proposta do Processo de Bolonha é de estreitar o conhecimento através da pós-graduação, propiciando a formação em dois ciclos complementares: graduação e pós-graduação. Já o Brasil, que não faz parte do Processo de Bolonha, possui mais graduações em jornalismo do que mestrado e os cursos de graduação têm que ter 2.700 horas/aulas, distribuídas em quatro anos. Há, inclusive, instituições de ensino que oferecem o curso em horário integral.

As instituições de ensino portuguesas oferecem mais cursos de graduação em comunicação social, com ênfase em uma formação teórica básica em ciências sociais e humanas e em ciência da comunicação e da linguagem, contemplando a formação de diferentes profissionais da comunicação (jornalistas, publicitários e relações públicas).

As disciplinas específicas são ofertadas como optativas, em sua grande maioria. Como já foi mencionada acima, esta estrutura curricular traz benefícios e questionamentos. O questionamento principal se refere ao exercício profissional: como formar profissionais para diferentes exercícios profissionais sem diversificar o conteúdo teórico e as práticas que o habilitem para o mercado de trabalho? E os benefícios incidem sobre o mesmo ponto. O discurso atual incentiva a transversalidade, o conhecimento diversificado em várias áreas, propondo projetos de grades curriculares em comunicação social, mais generalistas.

Os três cursos de graduação em jornalismo, mesmo apresentando uma alternância na distribuição numérica de disciplinas entre as três áreas do saber, Ciências Sociais e Humanas, Ciência da Comunicação e da Linguagem e de formação específica em Jornalismo, apresentam um equilíbrio, o que revela que a formação em jornalismo depende das outras ciências, principalmente no que se refere ao conteúdo teórico. Desta forma, o estudo do jornalismo se vincula, em grande parte, a disciplinas técnicas e práticas, pelo menos na concepção das instituições de ensino portuguesas elencadas neste estudo. No segundo ciclo, das oito instituições selecionadas, sete oferecem o mestrado em Jornalismo com uma preocupação em formar um aluno mais especializado em jornalismo e na diversidade do mercado de trabalho. Mesmo assim, oferecem na grade disciplinas básicas nos campos de investigação em humanidades e comunicação. Isto só reitera a importância destes saberes na formação do jornalista, como especialista.

As grades curriculares brasileiras dividem-se em duas classificações, a das instituições públicas e a das instituições privadas. Das cinco universidades públicas, descritas na amostragem, quatro primam pela formação específica e pela prática, pois são cursos em jornalismo. O que não significa ausência de unidades curriculares fundamentadas em Ciências Sociais, Humanas, da Comunicação e da Linguagem. Das cinco particulares, três atribuem mais peso às disciplinas de outras áreas do saber, ocupando mais espaço na grade curricular, destacando-se a FACAMP que destina quase o dobro de disciplinas às ciências básicas. Não se pode justificar a presença destas outras ciências na formação do jornalismo pelo fato das instituições de ensino disponibilizarem um tronco comum para outros cursos de comunicação social, porque mesmo nas públicas não há uma discrepância na distribuição das disciplinas e os campos dos saberes. E como já foi dito acima, isto traz benefícios e constrangimentos. A diferença é que as instituições brasileiras oferecem mais disciplinas, tanto teóricas quanto práticas, específicas à formação jornalística, durante a graduação, seja nas

instituições públicas ou particulares. E isto se deve, em grande parte, ao fato de no Brasil, os cursos serem com habilitação em jornalismo, devido a obrigatoriedade do diploma, e do Ministério da Educação cobrar disciplinas com conteúdo específico na composição da grade curricular.

O interessante é que se elas são cobradas porque são consideradas importantes na formação do profissional. A tendência, no Brasil, é ampliar cada vez mais o leque de oferta de disciplinas específicas em jornalismo, justificada pela diversidade do mercado de trabalho, ou pelas várias vertentes das áreas de atuação que estão se abrindo. Pode se pensar, também, na diversidade de técnicas de investigação ou mesmo, na necessidade de conteúdo teórico para fundamentar a crítica midiática.

A questão cerne colocada neste estudo é: As instituições estão preparando o profissional para atuar nesta nova sociedade? E percebe-se que sim, o Processo de Bolonha, o Mercosul da Educação, o processo de avaliação das instituições, a introdução de disciplinas transversais e de temáticas atuais no âmbito da política, da economia nacional e internacional, e a introdução de disciplinas específicas relativas ao jornalismo, seja no segundo ciclo, como é o caso de Portugal, ou na graduação, como é o caso do Brasil, comprovam que sim. Há uma preocupação em preparar um profissional generalista e, simultaneamente, especialista, capaz de sobreviver nesta nova realidade. A formação em outras áreas do saber é vista como fundamental na concepção do profissional jornalista, tanto em humanidades como em ciência da comunicação.

A discussão sobre o jornalismo estar atrelado a outras ciências não é recente, pelo contrário, remete à polêmica dele ser ou não profissão e de não ter domínio de um conhecimento próprio. Não há um consenso entre os teóricos se o jornalismo pode ou não ser considerado ciência ou se ele gera conhecimento. Mas isto é tema para uma outra investigação.

Capítulo 4

Mercado de trabalho

4.1. Um cenário em transformação

O mercado de trabalho é inerente à sociedade e, como tal, está sujeito a todas as suas metamorfoses. A sociedade do século XXI é diferente da sociedade do século XV, quando surgiu a prensa, ou mesmo da sociedade do século XIX, quando a história do jornalismo passou a ter como referencial a democracia. Cada um destes períodos teve seus marcos, benefícios e constrangimentos. A sociedade é dinâmica e as transformações fazem parte de um processo que tem relação com o passado. *“A industrialização tornou possível a investida dos media, e inicialmente da imprensa, como consequência de fortes evoluções técnicas: o desenvolvimento da tipografia, do telégrafo e muito mais tarde do telefone, a par dos novos meios de transporte da comunicação, serão assim o embrião de grandes mudanças do século XX. Em parte geram-se fruto dessa consciência, justamente, de que a comunicação podia depender de uma técnica”* (Graça, 2005:22).

A comunicação existe desde que os homens vivem em sociedade. Breton e Proulx mostram que a cultura romana foi *“inteiramente modelada a partir da idéia de organizar a comunicação para manter vivo o laço social, por via do uso “da palavra para o outro””* (Breton & Proulx apud Graça, 2007:21). Entretanto, sua concepção mudou após a revolução industrial, com o crescimento urbano, o êxodo rural e a fragmentação das estruturas sociais tradicionais. Outro grande marco de sua mudança foi após as duas Grandes Guerras Mundiais, pois o desenvolvimento da comunicação está intrinsecamente relacionado à sociedade democrática com sua mobilidade social, liberdade de opinião, igualdade dos sujeitos, direito de expressão e pluralismo político. Assim, pode-se afirmar que a comunicação é fruto de um movimento social, cultural e político. Comunicar deixou de ser apenas informar e passou a significar também troca. Enquanto informar é produzir e transmitir mensagens, a comunicação implica um processo de apropriação, de relação entre emissor, mensagem e receptor. Comunicar não é um processo simples, ele envolve a complexidade do receptor. Significa estar

atento ao receptor, às condições em que ele recebe, aceita ou recusa a mensagem. Na comunicação o receptor é ativo e livre.

Wolton (2006) explica que a comunicação é complexa por natureza e que com o progresso técnico, ela complicou-se mais nos últimos 30 anos. *“Hoje em dia todo mundo vê tudo ou quase tudo, mas percebe-se ao mesmo tempo, que não compreende melhor o que acontece. A visibilidade do mundo não basta para torná-lo mais compreensível. Mesmo onipresente, a informação não pode explicar um mundo percebido como mais complexo, mais perigoso, menos controlável e em que as diferenças culturais e religiosas se exacerbam”* (Wolton, 2006:19).

Da imprensa à Internet, foram aproximadamente cinco séculos de história, envolvendo transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Romperam-se limites espaciais e temporais. *“... em 1999, Bill Gates não só publicou um livro sobre como trabalhar à velocidade do pensamento, como também detalhou a forma como a visão do falcão do software da Microsoft podia impedir a destruição das pontes de Kosovo. Não se trata mais de um César ou de um Napoleão que decide sobre o destino de alguma guerra em particular, mas de um pedaço de software! Em resumo, a inteligência política de guerra e a inteligência política na sociedade não têm mais influência no mundo tecnocientífico”* (Virilio apud Graça, 2007:20).

O cenário do mercado de trabalho em jornalismo também vivenciou a dinâmica da sociedade. As transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas afetaram o exercício do jornalismo e o perfil do profissional tanto no âmbito global quanto local. Para Wolton (2006:19) a globalização da comunicação permitiu o fim da distância física, porém revelou a extensão das distâncias culturais. *“... a globalização é um acelerador da contradição.”*

Neste abismo há um ponto de congruência, o comunicador e sua atuação. A relação entre o emissor e o receptor desviou seu eixo, deixou de ser uma trajetória linear e de mão única. O conceito de receptor também sofreu alterações. O poder de influência da mídia aumentou com a globalização da informação e conseqüentemente a expansão de novos veículos de comunicação e suas convergências. O domínio da tecnologia possibilitou, mesmo aos países em desenvolvimento, romperem os limites de distância e tempo, deixando no seu rastro tanto benfeitorias quanto danos. Hoje, a informação está mais democratizada graças à Internet, um sistema mundial de rede de computadores, uma rede de redes que pode ser utilizada por qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, onde haja um ponto de acesso e que oferece um amplo leque de serviços

básicos, tais como correio eletrônico, acesso livre ou autorizado a informação em diversos formatos digitais e transferência de arquivos. A Internet possibilita ler, ouvir ou ainda assistir um noticiário produzido no outro lado do mundo. O monopólio da informação perde parte do seu poder. O ambiente digital fascina os usuários, mas ele não é apenas um meio de entretenimento e, sim, mais um instrumento de informação e transmissão de conhecimento.

O receptor mudou bem como a comunicação. A aldeia global tornou-se realidade. Com a globalização aumentou o número de receptores e de mensagens. No entanto, expandiu-se de forma desordenada. Atualmente há quase 75 milhões de páginas disponíveis no universo virtual, o difícil é saber separar o que é informação e o que é entretenimento. Tornou-se difícil identificar se o receptor absorve a mensagem que realmente foi emitida pelo emissor, seja através de som, texto ou imagem. A mesma mensagem endereçada a milhares de pessoas não é recebida da mesma maneira por todas elas. Não há um receptor universal. *“Quanto mais as mensagens se globalizam, mais as diferenças culturais da comunicação se afirmam.”* (Wolton, 2006:17)

A complexidade do receptor, para o autor, está relacionada, sobretudo às diferenças culturais. Embora a informação possa ser mundial, os receptores não o são. Todo processo de recepção envolve uma negociação das três dimensões da comunicação: técnica, econômica e cultural. Os indivíduos negociam as mensagens, como negociam com a realidade. Os países em desenvolvimento estão participando da revolução da comunicação, com acesso às redes, Internet e satélites. É interessante economicamente aumentar o número de receptores. No entanto, o público receptor de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento estão em condições econômicas, sociais e culturais diferentes do público dos países desenvolvidos e essa diferença é percebida. Dentro de um mesmo país pode haver diferenças culturais de acordo com a região. Se a diversidade não for respeitada, no futuro, ela pode gerar conflitos.

Nos bastidores da mídia, mais precisamente nas entranhas do processo de comunicação atuam vários profissionais com diferentes formações. E eles, por sua vez, têm que acompanhar estas mutações ocorridas na comunicação e na própria sociedade, cabe a eles adequar os novos veículos aos princípios de sua profissão e papel social. A mídia digital também é um veículo de transmissão de conhecimento e pela diversidade do receptor, é importante se preocupar não só com o conteúdo universal, mas também o regional que deve ser divulgado. Essas peculiaridades devem ser vistas por esses profissionais. Outra preocupação é a competitividade empresarial aguçada que também

afetou o cenário do mercado de trabalho. “... o jornalismo está situado e condicionado, de uma forma nevrálgica, nas enormes mudanças que as sociedades contemporâneas têm vindo a conhecer, como produto do dinamismo técnico-económico e da orientação globalizante neoliberal. Referimo-nos à conjugação dos movimentos de inovação tecnológica com as realidades da esfera comercial, numa fase em que o mercado é imposto como único mecanismo de regulação da economia” (Graça, 2007:13). A preocupação da autora é verificar como se processa a entrada na profissão de jornalista em Portugal frente ao cenário de mutação tecnológica e competição empresarial aguçada, se há ou não critérios universais de qualificação, se a escolaridade e o estágio interferem neste processo. E vai mais além, Graça aponta a questão da independência do jornalista, frente à falta de uma delimitação “precisa e reconhecida” do que é ser jornalista.

“O encurtamento do tempo e do espaço obriga a novas práticas produtivas... os jornalistas permanecem na sua maioria assalariados; funcionários nesta exigente e competitiva indústria da mediação; dependentes de empresas cujo negócio passa por vender informação e também por produzir conteúdos alargados à indústria do espetáculo e do entretenimento. As empresas tudo fazem para corresponder às expectativas consumistas que elas próprias ajudaram a criar. Provocaram ainda, em idêntica proporção, fortes abalos num grupo profissional que, apesar do mercado informativo para o qual trabalha, está aparentemente alargado, numa multiplicidade de jornais, rádios, televisões e suportes digitais, se deparar agora, mais do que nunca, perante um patronato comum, reduzido a meia dúzia de grupos económicos” (Graça, 2007:25).

O jornalista tem que conhecer os princípios da profissão, seus compromissos, a sociedade que ele noticia, com as técnicas e teorias do jornalismo. No entanto, a capacitação profissional tem que ir além, pois assim como o público pode se apresentar como global ou regional, o jornalista também tem que estar preparado para atuar em outro país, ou mesmo em se reportar para o público estrangeiro, com mais facilidade que outrora. No contexto global, emerge o perfil deste outro profissional. Traquina (2005b:29) identifica este jornalista atual como fazendo parte de uma “comunidade ou tribo interpretativa transnacional”. Ele mostra que jornalistas de nações distintas publicam fatos similares e que há uma credibilidade entre eles. Esta uniformidade da informação não é conseqüência do acaso ou fruto do instinto, como afirma o autor “...os

critérios de noticiabilidade existem, duradouros ao longo dos séculos” (Traquina, 2005b, 96).

Esta constatação reitera a necessidade de ter profissionais preparados. O ato de informar, na imprensa, é acompanhado por uma estratégia de comunicação. Muitas vezes, o jornalista tem que se posicionar de forma contrária às idéias do público alvo. Em princípio seu compromisso é com a sociedade, ele é um “servidor público”, por outro lado, é empregado de uma empresa particular ou estatal, para a qual responde enquanto “empregado”. Desta forma ele vivencia conflitos, isto é uma oposição de interesses ou de sentimentos. A este fato e Bourdieu (1997) se refere como campo do jornalismo, no qual domina um jogo de forças distintas estabelecendo o sistema midiático. Este conflito não é exclusivo ao jornalismo, ele pode também ser identificado em outras profissões. O médico, por princípio tem que salvar a vidas. Contudo, nem sempre tem condições de trabalho que lhe permitem seguir sua missão. Assim, no jornalismo destacam-se bons profissionais que conseguem manter sua autonomia e idoneidade, superando os obstáculos durante sua atividade e exercer a profissão de forma dignar. Exemplos não faltam na história da imprensa, muitos anônimos, inclusive.

Kovach & Rosenstiel (2004:84) mencionam uma pesquisa realizada em 1999, pelo Comitê dos Jornalistas Preocupados e Pew Research Center for the People and the Press, sobre os valores da profissão, na qual se constatou que mais de 80% dos entrevistados mencionaram *“ver no leitor, ouvinte ou telespectador nossa primeira obrigação, como um princípio básico do jornalismo”*. Em uma segunda etapa da pesquisa, com entrevista profunda orientada por psicólogos, o resultado apresentou proximidade com o anterior: *“mais de setenta por cento dos jornalistas da mesma forma colocaram o público como alvo de sua lealdade maior, bem acima dos patrões, deles próprios, de sua profissão e até mesmo de sua família”*. Os autores são explícitos ao mostrar a diferença entre o jornalista com os empregados de outras empresas. *“Ele tem uma obrigação social que na verdade pode ir além dos interesses imediatos de seus patrões e ainda assim essa obrigação é a razão do sucesso financeiro desses mesmos patrões. Esse compromisso com a população é o significado do que vamos chamar de independência jornalística”* (Kovach & Rosenstiel, 2004:83).

A busca da profissionalização do jornalismo, o advento da tecnologia, a competição empresarial aguçada e as conseqüências da sociedade globalizada e digital afetaram os países. O peculiar é a forma com que cada um vem incorporando estas

transformações. A uniformidade está na abertura de novos veículos de comunicação, com novas frentes de trabalho, o ingresso mais acentuado de mulheres na carreira, um rejuvenescimento do quadro profissional e candidatos com maior nível de escolaridade. Um olhar mais próximo revela algumas especificidades. A dinâmica do mercado de trabalho faz interfaces com a história do jornalismo e o seu processo de profissionalização, bem como, com o contexto histórico. Graça (2007:50) aborda a dificuldade de entender o critério de seleção dos ingressantes na carreira, mostra que não é um problema restrito a Portugal. A autora menciona uma pesquisa realizada por David Weaver, a qual foi aplicada a mais de 20 mil jornalistas de 21 países diferentes. O objetivo foi comparar as características demográficas, educacionais, de socialização, profissionalização e condições de trabalho de jornalistas do mundo.³⁵ Uma das conclusões apontadas por Weaver foi, justamente, a dificuldade de encontrar padrões internacionais comuns entre os profissionais de várias nações. *“Mesmo assim, a imagem de um típico jornalista é a de um homem jovem escolarizado, academicamente não especializado em jornalismo, com origem nos grupos culturalmente estabelecidos e dominantes do seu país. Quanto à presença das mulheres nas redações, estima-se que virá a ser mais igualitária num futuro próximo, uma vez que estas se encontram em maioria nas escolas de jornalismo. O que já não acontece com as minorias étnicas, desproporcionalmente representadas nas redações. Quanto às práticas profissionais, a única que parece aceite pela generalidade dos jornalistas é a da não revelação das fontes a quem se prometeu confidencialidade.”*

Entre os 21 países estão França e Espanha que não têm definido os crivos para o acesso a carreira do jornalismo. Em ambos os países, o número de jornalistas escolarizados e especializados representem maioria nas redações. Em 1995, Félix Ortega entrevistou 401 jornalistas de Madrid e verificou que quase 80% deles tinham menos de 40 anos, 85% tinha formação superior especializada em Ciências da Informação e desempenhavam cargos de responsabilidade nas empresas. Uma pesquisa mais recente, realizada pelo *Centro de Investigaciones Sociológicas* e publicada em 2000, apontou índice próximo ao divulgado por Ortega, mais de 80% dos jornalistas que trabalhavam em redações de Madrid tinham licenciatura, sendo que mais de 75% das licenciaturas eram especificamente em comunicação. Outros dados apontados foram o

³⁵ Ver David H. Weaver (ed), *The Global Journalist: News People Around the World*, Cresskill, Nova Jersey, Hampton Press, 1998. A pesquisa é citada por Sara Meireles Graça no livro *Os jornalistas portugueses*, p.50.

número de jovens, com pouco mais de trinta anos, e a presença de mulheres, representando quase 35% do total dos jornalistas espanhóis (Graça, 2007).

Este capítulo tem como propósito apontar as alterações do cenário do mercado de trabalho na sociedade global em Portugal e no Brasil e como se processa o ingresso dos jornalistas nesse mercado. Não tem como propósito atribuir um significado pessimista às transformações, exaltando um sentimento saudosista e sim identificá-las na busca de tentar entender este novo quadro do jornalismo. O capítulo inclui ainda entrevistas realizadas com jornalistas brasileiros e portugueses.

4.2. Feminização de rejuvenescimento marcam o mercado do jornalismo português

O dia 25 de abril de 1974 foi um marco na história da trajetória do mercado em jornalismo português. Os veículos de comunicação impressos e estatais entraram em crise, sem conseguir se modernizar, devido às estruturas burocráticas e aos poucos investimentos com publicidade. O cenário nacional não era otimista, ao contrário. Vários fatores indicavam dificuldades: o país apresentava baixas taxas de alfabetização, a publicidade do estado era direcionada aos veículos audiovisuais, que por sua vez, não tinha canais privados de televisão, muito menos uma constituição midiática instituída. Em finais dos anos 80, tem início uma nova fase da mídia em Portugal, impulsionada pela desestatização e privatização da imprensa. Sugiram novos impressos, foram abertos canais de rádio, principalmente locais, e também de televisão. Elaborou-se o estatuto de imprensa regional e foram abertos os cursos superiores em jornalismo e comunicação social. Acompanhando esta nova fase, os salários aumentaram. Alguns anos depois, os empresários portugueses abriram os seus capitais a empresas internacionais, propiciando novos suportes multimídia, introdução de tecnologia moderna, investimento em edições *on-line* e melhoramento gráfico dos veículos em geral. Caracterizou-se a era da mídia portuguesa, ou, ainda, a época da expansão do mercado, abrindo as portas para jornalistas novos, com curso superior, semelhante aos outros países europeus.

Este novo cenário motivou o Sindicato dos Jornalistas junto com o departamento de Sociologia e da Comunicação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) a organizarem a primeira pesquisa sobre o perfil sócio-profissional dos jornalistas portugueses. A proposta era ter um mapeamento da realidade para poder traçar as linhas de orientação da atividade sindical.

O número de jornalistas saltou neste período. De 1983 a 1988, a população de jornalistas cresceu 32%. Em janeiro de 1988, somavam-se 1.508 jornalistas, a maioria trabalhava na imprensa diária, nas cidades de Lisboa e do Porto. Em junho de 1990, totalizavam 2.347 jornalistas, um aumento em relação a 1988 de 36,5%, mas a maioria deles ainda estava concentrada nos dois grandes centros. A distribuição de acordo com os veículos era: 32,1% na imprensa diária; 19,8% na imprensa não diária; 13,8% em rádio; 11,4% em televisão; e 22,9% sem informação. A maior concentração dos jornalistas estava em Lisboa totalizando 50,7%, em Porto eram 13,9%, no resto do país 10,7% e 24,7% não tinham informação. A distribuição por gênero era bem desigual,

25,4% jornalistas mulheres contra 74,6% homens com título profissional. A classificação, quanto à faixa etária dividia-se em três patamares: 46,7% concentravam-se entre 30 a 44 anos; 29,9% com mais de 45 anos e 23,4% com até 29 anos. Após 25 de abril, mudou também o perfil do profissional, cresceu o ingresso de jovens e em sua maioria do sexo feminino. Segundo o I Inquérito, o jornalismo caracterizou-se como uma profissão cujos ingressantes eram jovens que também deixavam o mercado de trabalho ainda jovens: 12% dos jornalistas iniciaram a carreira profissional antes dos 18 anos; 51,9% antes dos 21 anos e 80,9% até os 23 anos.

Entre 1950 e 1970, era baixo o número de mulheres que ingressavam no jornalismo, em média uma ou duas por ano. O processo de feminização da carreira foi gradual, acentuando-se após 25 de Abril de 1974. Segundo estudo realizado em 1987, pelo professor Paquete de Oliveira, dos 1.281 jornalistas em atividade, 80,2% eram homens e 19,6% eram mulheres. Mais de 60% das profissionais mulheres atuavam na carreira há menos de 10 anos. De acordo com dados do Sindicato, o rádio era o veículo em que elas concentravam-se (26%), seguido das agências noticiosas (23%) e televisão (22,8%). A participação feminina na imprensa era menor, correspondia a 15%. Já a concentração masculina era predominantemente na imprensa diária e não diária, o restante distribuía-se em agências de notícias, rádio e televisão. A pesquisa do professor reitera o rejuvenescimento da profissão no período: 72,7% dos jornalistas tinham menos de 45 anos e 35,2% menos de 35 anos. As mulheres eram mais jovens, 55,9% tinham menos de 35 anos e 83% com menos de 45 anos. Enquanto 44% dos jornalistas homens exerciam a profissão há menos de 10 anos e 59% há menos de 15 anos, quando o referencial era o sexo feminino, 61,4% exerciam há menos de 10 anos e 90,5% há menos de 15 anos.

Outra constatação interessante do I Inquérito que permite identificar as transformações do mercado em jornalismo da época foi que 23,4% dos entrevistados possuíam outra atividade profissional, sendo que 17,3% faziam de forma ocasional e 6,1% de forma regular. Estes dados indicam que os indivíduos que desempenhavam outras atividades tinham mais escolaridade, possivelmente curso superior, pois 32,6% atuavam como professores, 18,4% desempenhavam profissões consideradas artísticas (como escritor e autor) e 14,3% eram intérpretes. Destacava-se ainda o quadro de porcentagem de indivíduos que possuíam duas atividades como jornalista (15,5%). Estes índices espelham que a remuneração ainda era baixa neste período. O salário

mensal líquido chegava a €700: 38,6% recebiam menos de €600 e 20,8% ganhavam menos de €450. Apenas 20% recebiam mais de €1.000 (Graça, 2007).

Outra discrepância é com relação às horas de trabalho, 60% da categoria trabalhava em média 7 horas diárias e 20% cumpriam 8 horas por dia. As horas extras não eram remuneradas. Havia também uma disparidade salarial de acordo com o veículo, os semanários nacionais, a Rádio Televisão Portuguesa (RTP) e as agências de notícias pagavam melhor que a imprensa regional, rádios locais e rádios nacionais. A imprensa diária nacional estava entre os dois níveis de salários. O Inquérito apontou também que os jornalistas com nível superior tinham em média maiores salários que os restantes e que grande parte dos cargos de chefia era ocupada por profissionais com mais anos de carreira, portanto com menor grau de escolaridade. *“...o jornalismo é uma actividade cujas compensações financeiras ficam aquém das expectativas da maioria dos seus profissionais. Esta elite é constituída, por um lado, por jornalistas de carreira dotados de pouca escolaridade mas que dada a sua antiguidade na profissão ascenderam a posições de chefia ou a cargos administrativos e, por outro lado, por um grupo menos antigo na profissão mas possuidor de muito maiores recursos em diplomas/qualificações, o qual deve a sua ascensão na carreira e respectivas recompensas económicas e notoriedade pública às capacidades demonstradas no exercício da profissão, na sua maior parte trabalhando nos semanários nacionais e na RTP”* (Garcia & Oliveira, 1994:40). No entanto, isto corresponde ao momento de transição, que abrigava num mesmo ambiente jornalistas da velha-guarda (“tarimba”) e os ingressantes na carreira, reconhecendo o peso desses profissionais com perfis diferentes para o exercício do jornalismo. A diferença salarial entre os veículos remete a outro problema que é a questão do piso salarial da categoria. Uma prévia leitura dos dados mostra que não há um piso salarial estipulado para cada função e tipo de veículo com plano de carreira, instituído pelo Sindicato e pelas empresas de comunicação, mas sim uma negociação entre empresas e funcionários, guiada pela notoriedade do veículo.

As respostas do I Inquérito revelaram que a disparidade salarial não aparece na classificação entre os indicadores de insatisfação trabalhista: 43,4% dos entrevistados consideraram as condições de trabalho (como falta de estrutura de apoio, excesso de trabalho e acúmulo de funções) um dos principais problemas; 28,3% atribuíram à remuneração; 18,5% apontaram os aspectos ético-profissionais (insuficiente independência para exercer a profissão, difícil acesso às fontes de informação e escassa formação profissional); e 9,8% pela precariedade de emprego. A taxa de sindicalização

na época correspondia a mais de 95%. Os dados apontam um quadro interessante: 12,8% dos jornalistas não pertenciam aos quadros da empresa; 19,4% tinham contrato de trabalho, sendo que 77,6% deles afirmaram estar “parcialmente satisfeitos” com os seus contratos e 7% declarou estar “nada satisfeito”.

Em 1997, totalizavam 4.247 profissionais. Dentre eles, 25,4% tinham menos de 29 anos; 40,6% concentravam-se na faixa etária de 30 a 40 anos; 25,6% correspondiam à faixa de 41 aos 55 anos e 8,4% à faixa dos jornalistas com mais de 55 anos, as duas últimas referem-se aos jornalistas conhecidos como “tarimba”. O que mudou nas últimas duas décadas, de acordo com os dados apresentados no II Congresso dos Jornalistas, foi a diferença salarial dentro de uma mesma categoria, dividindo em dois grupos, o dos trabalhadores “precários” (“tarefeiros”) e uma elite bem paga.

Para exercer o jornalismo em Portugal, o candidato não precisa portar o diploma, mas de acordo com o Estatuto do Jornalista, ele tem que ter mais de 18 anos, exercer a atividade como “ocupação principal, permanente e remunerada”, portar a Carteira Profissional ou Título Provisório (art.2 Estatuto do Jornalista). Desde 1999, passou-se a valorizar a formação universitária em Portugal, um dos reflexos é o estágio, dividido em duas categorias: 12 meses para os licenciados na área de Comunicação Social e 18 meses para outro curso superior (art.5 n°1, do Estatuto do Jornalista).³⁶ Não há um modelo homogêneo de acesso dos jornalistas nas empresas, exceto para os mais novos, com as normas voltadas ao estágio, bem como não há um modelo de socialização profissional para os jornalistas no interior das redações. Ainda são obscuros os critérios de seleção, sem normas ou regras instituídas, ou mesmo sem uma avaliação clara sobre habilitações, competências e conhecimento do candidato. Os quesitos que se sobressaem nas escolhas do mercado são: “prática profissional” e “colaboração voluntária”. Para Graça (2007:51) esta prática do mercado reitera que as relações pessoais e a convivência entre o jornalista e a empresa superam a qualificação escolar no processo seletivo. *“É a organização empresarial quem tem especial (se não completa) autoridade nos processos de admissão e na instituição dos modelos profissionais que mais lhe convém, alheando os jornalistas do processo. Estes sentem a questão como algo que efectivamente lhes foge do controle, como se fosse um preço a pagar pela democratização no acesso ao jornalismo que desejam manter.”*

³⁶ Após o ingresso na empresa o candidato permanece durante dois anos como “estagiário” até alcançar o *status* de profissional. Durante este período ele recebe um “título provisório de estagiário” (Decreto-Lei n° 513/79, de 24 de Dezembro) e fica à disposição do patronato, com liberdade de iniciá-los nas condições que julga suficientes, desagradando muitas vezes a própria categoria de jornalistas.

O estagiário, muitas vezes sem remuneração, depara-se na redação com trabalhos de profissionais e é cobrado com o mesmo rigor.

De acordo com o II Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, realizado em 1997 com 251 jornalistas, 70% da amostragem ingressou na carreira como “colaborador”, desse total, 41,7% se profissionalizou mais tarde, 27,9% entrou pela via do “estágio remunerado” e 14,3% cursaram graduação em comunicação social ou jornalismo e entrou pela via do estágio. No entanto, desde 1990 vêm aumentando o número de candidatos formados, levando as empresas de comunicação a elevarem o nível acadêmico dos seus pretendentes. Dos 251 jornalistas entrevistados 43,6% tinham licenciatura (36,7%) ou bacharelado (6,9%) e 51% cursaram o ensino obrigatório, sendo que mais da metade desses 55,5% frequentou curso de formação profissional no Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (CENJOR) e 11,1% cursaram o Centro de Formação de Jornalismo (CFJ). Do total dos entrevistados que frequentou a faculdade, 45,1% especializaram-se em Ciências da Comunicação, Comunicação Social ou Jornalismo e 28,8% optaram por cursos na área de ciências sociais e humanas. O índice de entrevistados que fez pós-graduação é baixo, corresponde a 11% da amostragem que tem licenciatura. A maioria optou pelo curso de Direito da Comunicação (50%), o restante dividiu-se entre Jornalismo (20%), Escrita Literária (10%), Direito Comunitário (10%) e Marketing para Executivos (10%). (II Inquérito Nacional dos Jornalistas, 1997).

A carteira é emitida desde 1996, pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas. A primeira via da carteira custa €37,50 e é renovada a cada 2 anos. Cabe à Comissão também fiscalizar se há ou não jornalistas atuando sem ter a carteira e quando se depara com irregularidades, a pena cai sobre a empresa ou sobre o empregado.³⁷ Em dezembro de 2001, a Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas registrou 436 jornalistas com título provisório de jornalista estagiário e 5.793 com carteira profissional de jornalista. O interessante é que, do total dos estagiários, 222 são mulheres e 214 são homens e mais de 80% deles tem entre 26 a 35 anos. Entre 1975 e 2001 a participação feminina aumentou 12 vezes no mercado de trabalho português. Em 2004, as mulheres ultrapassaram o número de homens na escala da faixa etária com menos de 30 anos. Segundo dados da Comissão, em maio de 2007, em Portugal somavam 6.767 carteiras válidas e 556 provisórias. Os dados do Sindicato dos

³⁷ A Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas informou durante o processo de coleta de dados para esta pesquisa que nunca encontrou irregularidades nas fiscalizações.

Jornalistas, referentes ao mesmo período, maio de 2007, eram 5.749 jornalistas sindicalizados, sendo 2.883 homens e 2.866 mulheres. Até 1996, o Sindicato era o responsável pela emissão da carteira, transferindo essa obrigação à Comissão.³⁸ Percebe-se que nem todos os jornalistas são sindicalizados, como outrora. O quadro profissional está distribuído em seis grandes grupos que controlam as empresas midiáticas nacionais – impresso, rádio e televisão – são eles: Cofina; Impresa; Impala; Media Capital; Portugal Global (RTP, RDP e Lusa) e Controlinveste.

Apesar da expressiva presença feminina nas redações, os dados não revelam uma realidade muito otimista quanto à igualdade no desempenho de cargos de chefia e direção. Este foi o tema da fala da dirigente do Sindicato dos Jornalistas e representante na Comissão de Género da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), Ana Bela Fino, durante o I Encontro de Mulheres Jornalistas de Sindicatos Europeus, que ocorreu, no dia 26 de Novembro, em Barcelona. *“É claro que há discriminação, desde logo no respeitante aos cargos de chefia. Se exceptuarmos as publicações tidas como tipicamente femininas, contam-se pelos dedos da mão o número de mulheres que exercem cargos de direcção e chefia nos média. E no entanto há cada vez mais mulheres nos média.”*³⁹

Ana Bela mostra, através de dados oficiais do Ministério do Trabalho e da Segurança Social de 2002, que a discriminação sexual na ascensão da carreira não é um problema exclusivo do jornalismo e que, de maneira geral, a desigualdade de remunerações aumenta em proporção ao nível de escolaridade, quanto mais elevada é a escolaridade, maior é a diferença entre homens e mulheres. *“O ganho médio mensal das mulheres do grupo «Praticantes e Aprendizizes» (o nível mais baixo) corresponde a 94,1% do ganho médio mensal dos homens, enquanto o ganho médio mensal das mulheres do grupo «Quadros Superiores» (o nível de qualificação mais elevado) corresponde apenas a 70% do ganho médio mensal dos homens.”*⁴⁰

Esta realidade não intimida o crescimento da procura feminina pelo saber, segundo Ana Bela, a cada ano, sai das universidades portuguesas 100 licenciados, sendo que 65 deles são mulheres. Ela confirma o rejuvenescimento do jornalismo, os jovens representam cerca de um terço dos profissionais com menos de 30 anos e mais de 75%

³⁸ A Lei de Televisão e o regulamento da Carteira Profissional constam no Primeiro Estatuto do Jornalista promulgado pelo V Governo Constitucional, em 1979.

³⁹ Mulheres jornalistas mais jovens e sem poder, in <http://www.jornalistas.online.pt>, acessado em 2 de janeiro de 2008.

⁴⁰ Idem nota 39.

com menos de 45 anos. Também vem aumentando a participação de jornalistas formados em Ciências da Comunicação. Isto é fruto de reestruturações e modernizações das empresas de comunicação, alterando o quadro de funcionários. *“Recordo que as conclusões do projecto de investigação europeu “A Digitalização no Sector da Comunicação: Um Desafio Europeu”, conhecido como “Media DigIT”, apresentadas a 20 de Setembro justamente aqui, em Barcelona, revelaram que cerca de 350 jornalistas portugueses foram levados a rescindir os contratos de trabalho durante processos de reestruturação realizados entre 2000 e 2005, tendo sido mais atingidas por despedimentos as redacções onde a alteração tecnológica foi mais profunda. Os jornalistas mais afectados pelas reestruturações tinham mais de 50 anos de idade e mais de 20 de profissão, enquanto os menos afectados tinham idades abaixo dos 30 anos e menos de seis de actividade. Estes últimos, naturalmente, são os que têm salários mais baixos”*.⁴¹ O desprezo pelo mais velho também não é mérito exclusivo do jornalismo na sociedade globalizada, digital e sobretudo do modo de produção capitalista. Paira uma noção distorcida sobre o desuso, tanto do abstrato quanto do concreto, como dos seres inanimados e vivos, tudo é descartado rapidamente, incentivando o consumo desenfreado e a mudança.

O jornalismo português acompanhou as mutações do mundo do jornalismo, dialogando com suas especificidades políticas (fim da ditadura), econômica (abertura para o capital estrangeira e desenvolvimento de um mercado empresarial competitivo), social (diminuição da taxa de analfabetismo) e tecnológica (novos meios e instrumentos requisitando o rejuvenescimento da carreira). Tudo isso alterou as relações entre os pares profissionais, o perfil do jornalismo e o próprio exercício da profissão, pois na era da globalização, o jornalismo deixou de ser mero formador de opinião. Estas transformações deixaram rastros positivos e negativos. Contudo, ainda há pontos nevrálgicos no jornalismo português, entre eles a discrepância salarial, a inexistência de normas instituídas para o ingresso de candidatos à profissão, o problema do estágio não remunerado e a discriminação feminina na ascensão da carreira. Para entender o olhar do profissional que atua neste mercado atual foram encaminhados questionários fixos (Anexo II) a quatro jornalistas portugueses. Apenas dois responderam. Em respeito às normas éticas de pesquisa envolvendo seres humanos, optou-se pelo anonimato dos entrevistados. Eles serão identificados por números: 1 e 2. O número 1 coordena uma

⁴¹ Idem nota 39.

redação na cidade do Porto e também escreve para jornal. Ele é formado em jornalismo e doutorando. Ele atuou em rádios e jornais locais e nacionais. Para o entrevistado número 1, que só trabalha atualmente com profissionais que passaram pela universidade, os jornalistas mais jovens estão mais bem preparados do que há 20, contudo, eles têm menos idéia do que é o jornalismo. *“Na redacção em que trabalho, surgida no final da década de 80, quase todos têm frequência universitária, sobretudo em jornalismo.”* O interessante é o seu olhar sobre a formação acadêmica, específica em comunicação social e jornalismo, ele concorda que é importante e faz uma ressalva: *“Dentro daquilo que é possível ensinar do jornalismo numa faculdade. Não fazem jornalistas mas preparam (pelo menos a técnica jornalística).”*

Para ele não há diferença entre profissionais homens e mulheres. *“O género não faz diferença no jornalismo.”* O que há, na sua opinião, é uma diferença no mercado de trabalho que está mais pulverizado e precário, com muita oferta de candidatos e muitos estágios. Ele não vê com otimismo, ao contrário, o entrevistado acha que o mercado não está melhorando. O advento da tecnologia mudou este mercado e o profissional está sendo timidamente preparado pela universidade para vivenciá-lo. *“...Mas o mercado está diferente, com os desafios e perigos abertos pelo on line e pela concentração empresarial...Assiste-se a uma concorrência cada vez mais apertada e exigente e a uma concentração empresarial que tende a ser castradora.”*

O entrevistado número 2 mora em Lisboa, é jornalista, cursou doutorado em Ciências da Comunicação e trabalhou em rádios. O entrevistado número 2 vê os jornalistas que passaram por uma universidade como mais habilitados que os que não freqüentaram um curso superior. Este nível de preparação é o que diferencia os jornalistas atuais dos anteriores à década de 80. Na sua opinião, os cursos em jornalismo preparam os profissionais para o mercado de trabalho por serem específicos. Diferente do entrevistado número 1, o número 2 vê diferença entre os gêneros: *“...Algumas. As mulheres são mais activas, os homens mais tranqüilos.”*

Semelhante ao primeiro entrevistado, ele também respondeu que o mercado de trabalho mudou e acrescenta também a mudança do perfil do profissional em jornalismo: *“Devido às inovações introduzidas pelos computadores e pela tecnologia de comunicação via satélite.”* E diferente do número 1, o segundo entrevistado acredita que o exercício do jornalismo está melhorando. *“Devido à maior preparação académica dos jornalistas, e às inovações tecnológicas e às mudanças políticas, culturais, sociais e económicas.”*

Em síntese, ambos trabalham com jornalistas licenciados, concordam que o curso em jornalismo oferece uma formação mais direcionada e que o mercado está mudando. Entretanto, nos aspectos analíticos os dois entrevistados fizeram interpretações distintas. Suas perspectivas sobre este novo mercado que está despontando, sobre as transformações do perfil do profissional bem como sobre as relações de gênero apresentaram discordâncias.

4.3. Emerge um novo mercado de jornalismo no Brasil, na sociedade globalizada e digital

A partir da década de 80, o jornalismo brasileiro incorporou gradativamente as transformações tecnológicas no exercício da profissão, com a introdução dos computadores nas redações, passando pelo surgimento do jornalismo *on line* até a TV digital e a convergência de mídias. O perfil do profissional acompanhou o processo de profissionalização da carreira que teve início nos anos 30 de século XX, com a criação das associações e sindicatos, passando pelo surgimento dos cursos de credenciamento, exigência do diploma para o exercício da profissão, divisão por editorias nas redações, aumento salarial e inovações tecnológicas. Tudo isto resultou em uma maior especialização do profissional por áreas, acrescido da exigência de um maior conhecimento de todo o conjunto de uma redação. Todas estas transformações vêm alterando o perfil do profissional além de propiciarem a inserção de mulheres nas redações.

A obrigatoriedade do diploma, como já foi mencionada, entrou em vigor em 1969, mas quem exercia o jornalismo há algum tempo, tinha direito adquirido para trabalhar enquanto tal. Semelhante a Portugal, estes profissionais correspondem aos jornalistas de “tarimba”, reconhecidos pelo tempo de serviço. São profissionais que estão atuando no mercado num período anterior a 1979 e conseguiram a licença junto aos Sindicatos e Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ - por tempo de serviço. A exigência do diploma sempre foi tema de discussão entre profissionais, empresas, entidades representativas e academia. A falta de consenso no próprio meio permitiu certa flexibilidade ao mercado em empregar indivíduos sem formação específica em jornalismo. Contudo, após uma disputa judicial, a partir de 2005, as empresas ficaram impossibilitadas de empregar jornalista sem titulação acadêmica em jornalismo. O desrespeito à lei gera penalidades. No período de suspensão do diploma para o exercício da profissão, de 2001 a 2005, mais de 13 mil pessoas no país, sem formação universitária em jornalismo, conseguiram o registro provisório para atuar no mercado de trabalho. Estes registros estão sendo cassados e ficaram conhecidos como “precários”.

Nas décadas de 80 e 90, o setor da comunicação passou por um processo de reestruturação produtiva e administrativa. Embora isso tenha provocado demissões, os dados revelam que o efetivo de jornalistas em atividade permaneceu estável, chegando a

crescer gradativamente em locais determinados. Outra mudança foi o aumento de mulheres nesse mercado de trabalho.

Em 1981, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo promoveu um seminário sobre informatização nas empresas de comunicação. A preocupação dos expositores era com o possível desemprego decorrente da substituição de profissionais pelas máquinas. O tempo mostrou que a substituição total dos profissionais pela máquina não aconteceu. Empresas jornalísticas não trabalham apenas com notícias geradas por agências; elas precisam do jornalista para buscar a notícia, checar informações, selecionar os assuntos e redigir o texto. E as agências também necessitam do jornalista em suas redações. Aconteceram, sim, mudanças nas redações. De acordo com o Sindicato, alguns cargos como revisor, copidesque, pauteiro, secretário-gráfico, pestapista, diagramador e ilustrador foram desaparecendo. Essas funções passaram a ser acumuladas pelos jornalistas ou desempenhadas por computadores. O profissional, nessa nova fase, passou a fazer o trabalho do antigo repórter de rua, do redator, do revisor, do editor, do diagramador e do pestapista, com ritmo de trabalho acentuado e jornada prolongada. Segundo dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, em 1993, nesse estado brasileiro, foram admitidos 8.755 jornalistas e ocorreram 8.528 demissões, resultando em um saldo positivo de 227 novos postos. No ano seguinte, 8.563 foram admitidos e 7.883 demitidos. O saldo positivo cresceu para 680 postos. Em 1995, as admissões passaram para 10.230 postos e as demissões subiram para 9.212. Assim, durante estes três anos, o número de admissões atingiu 27.548 postos e houve 25.623 desligamentos, tendo um saldo positivo de 1.925 admissões. Os avanços tecnológicos possibilitaram o surgimento de novos veículos de comunicação como o jornalismo *online*, a TV na *Internet* e a TV digital, ampliando o campo de atuação do jornalismo. Também surgiram áreas específicas de cobertura como jornalismo científico, ambiental, cultural, de agronegócios, informática entre outros.

Outro setor que também cresceu foi o classificado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo como extra-redação. São as assessorias de imprensa e de comunicação⁴². Este mercado começou a surgir no Brasil na década de 80 do século XX. É o profissional autônomo que presta serviço a uma ou várias empresas, de qualquer segmento, divulgando-as na mídia. Logo quando surgiram as

⁴² Na classificação extra-redação também está incluído o mercado universitário, jornalistas que atuam como professores.

assessorias, o profissional que trabalhava para esse setor era discriminado pelos próprios colegas da profissão que não viam no trabalho do assessor a função de um jornalista. Os assessores também eram mal remunerados. Durante duas décadas, as assessorias expandiram por todo o país, tornando-se um mercado rentável e fértil na área de jornalismo. Nos outros quatro setores - impresso; rádio e TV; agências de notícias e revistas o jornalista depende de uma corporação ou instituição de comunicação, seja pública ou privada, para exercer a atividade.

O trabalho apresentado pelo assessor técnico do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Nelson Sato, na "Primeira Conferência Latino-Americana de Mulheres Jornalistas"⁴³, mostra o crescimento de mulheres nas redações do Brasil no período de 1986 a 2001. Em 1986, as mulheres detinham 6.176 postos de trabalho e em 2001, elas ocupavam 9.568 empregos, um crescimento de 35,42%. Os profissionais do sexo masculino somavam, em 1986, 11.214 postos de trabalho. Em 2001, os homens ocupam 11.780, um crescimento de 4,80%. Em números absolutos, foram criados 566 empregos para homens jornalistas e 3.389 para as mulheres. Durante quatro anos consecutivos, de 1990 a 1993, os jornalistas homens perderam 1.888 postos de trabalhos resultando em uma redução de 15,53% vagas. As mulheres tiveram o maior enxugamento em 1992, quando foram cortados 741 postos de trabalho, uma redução de 10,06%.

Sato (2002) mostra que foi a mídia impressa - jornais, revistas - e as agências de notícias que mais empregaram mulheres jornalistas, destacando as revistas e agências de notícias. Os jornais impressos são mais tradicionais. Comparando 1986 com 1999, o crescimento de empregos formais foi de 139,23%, saltando de 1.593 para 3.811 postos de trabalho. Os homens tiveram uma elevação de 58,24%, de 3.647, em 1986, aumentou para 5.771, em 1999. No mercado de rádio e televisão, o número de mulheres aumentou 97,02%, de 838 em 1986, foi para 1.651 em 1999, sendo o carro chefe as emissoras de televisão. Os jornalistas homens tiveram um aumento de 23,48%, de 1.780 em 1986 para 2.198 em 1999.

No setor extra-redação, o mercado feminino encolheu 13,72% entre 1986 com 3.745 postos de empregos e 1999, 3.231 empregos. A redução dos postos, para homens, foi de 43,29%; diminuiu de 5.787, em 1986, para 3.282, em 1999. Todas essas características do mercado retratam o jornalismo como profissão não consolidada e,

⁴³ O evento foi promovido pela Federação Internacional dos Jornalistas - FIJ; Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, e Sindicato dos Jornalistas do Brasil, nos dias 3 a 6 de maio de 2001. O evento resultou no livro Mulher e imprensa na América Latina.

tampouco, possuindo o *status* das profissões tradicionais como medicina ou advocacia, o que faz com que o mercado, atualmente, seja mais procurado por um maior número de profissionais do sexo feminino do que do sexo masculino. A procura das mulheres por cursos universitários é também um argumento para justificar a feminização da profissão. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), no vestibular de 1998 ingressaram 14.969 mulheres e 10.015 homens nos cursos de graduação em jornalismo no Brasil. As mulheres ocupam quase 67% das vagas em cursos universitários brasileiros em jornalismo.

Segundo estatísticas do Ministério do Trabalho, em 1999, as mulheres não eram maioria em nenhum dos setores da imprensa. Em jornais elas correspondiam a 37,87%, com 2.988 postos do total de 7.890. Em agências eram 44,68% com 147 postos do total de 329. As emissoras de rádio constituem o setor mais conservador: As mulheres totalizavam 28,78% do total de 1.251 profissionais. A televisão empregava 49,69% jornalistas, 1.291 dos 2.598 funcionários. Em revistas, as mulheres somavam 49,60%, 679 postos do contingente nacional de 1.363; e nos setores extra-redação (assessorias de imprensa e universidades) elas atingiam 49,61%, com 3.231 de 6.513 empregos no Brasil.

Em 2001, a participação feminina aumentou e no mercado das revistas o número de jornalistas mulheres superou o de homens: elas ocupam 52,51% dos cargos neste setor, no país. Em jornais houve um aumento de quase 2%, totalizando 39,69% jornalistas femininas. As agências de notícias passaram a empregar 48,44%. Nas emissoras de rádio, o setor mais conservador, e nas emissoras de televisão, o quadro de jornalistas mulheres sofreu uma queda, no primeiro caiu para 27,95% e no segundo caiu para 49,03%. O setor extra-redação cresceu 0,03%, totalizando 49,64%. É importante reconhecer que são dados do mercado formal de trabalho. Não inclui o mercado informal, como estágios, subemprego, bolsas e funcionários não registrados em carteira de trabalho.

Atualmente, as mulheres e os homens dividem o mercado de trabalho em todo o mundo. São aproximadamente 300 mil jornalistas do sexo masculino e 300 mil do sexo feminino, segundo estimativa da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ). No Brasil, há um aumento considerável na participação feminina nas últimas três décadas. Em 1986, as mulheres correspondiam a 35,24% do mercado nacional com 6.176 postos. Em 2001, elas passaram a representar 44,82% do mercado com 9.568 postos do total de

21.348 profissionais empregados no país. Em 2003, elas representavam 49,70% do mercado e os homens 50,30%. No estado de São Paulo, o aumento foi maior. Em 1986, os homens ocupavam 65% dos postos de trabalho e as mulheres 35%. Em 2003, as mulheres já representavam a maioria, com 52,30% e os homens 47,70%.⁴⁴ A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) não computou os dados sobre a distribuição por gênero ou de jornalistas cadastrados, relativos a 2007, mas estima-se que são mais de 50 mil jornalistas. O último levantamento de dados sobre a distribuição de empregos de acordo com o gênero, no jornalismo brasileiro, realizado pela Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, refere-se ao ano de 2005. As mulheres ultrapassaram os homens, ocupando 51,57% do mercado em jornalismo (18.217) contra 48,43% profissionais do sexo masculino (17.105), em um universo de 35.322 jornalistas.

Há diversidades internas nas carreiras. No caso do jornalismo, nos setores mais tradicionais - impresso e rádio - nos quais predominam profissionais masculinos, o acesso para a mulher é mais restrito. Nos jornais, as profissionais femininas correspondem a 39,69% da mão-de-obra empregada. E no rádio, elas totalizam 27,95% do total.⁴⁵ As mulheres entram mais facilmente em áreas novas do mercado, como televisão, jornalismo *online*, bem como em veículos que se destinam principalmente ao público feminino como revistas femininas. As inovações tecnológicas incorporadas na carreira de jornalismo beneficiaram as mulheres, abrindo novas frentes de trabalho.

O mapa de distribuição de profissionais, em 2005, de acordo com os veículos de comunicação indicava: setor extra-redação a mulher representava 57,19% do mercado e o homem 42,81%; nas revistas o sexo feminino correspondia a 55,38% e o sexo masculino a 44,62%; nas agências de notícias a mulher correspondia a 49,24% do mercado e o homem a 50,76%; na televisão a porcentagem feminina era de 42,8% e a masculina de 57,2%; nos jornais o homem domina com 58,95% dos cargos contra 41,5% de mulheres (RAIS).

Há diferenças de planos de carreira dentro do espaço público e privado no que se refere à questão do gênero. No público, o ingresso de mulheres é maior quando a seleção é feita por concurso. No jornalismo, o posto de trabalho com ingresso permitido via concurso é minoria. O maior mercado para esse profissional ainda é a empresa privada. Mesmo nas empresas públicas, emissoras de televisão estatais, federais e

⁴⁴ Fonte: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho.

⁴⁵ Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho relativos ao ano de 2001.

assessorias de governos, grande parte dos processos de seleção para os cargos obedecem ao regime de contratação da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT⁴⁶, e não por concursos públicos. O concurso permite uma maior democratização do acesso ao mercado de trabalho e uma menor discriminação no momento da contratação e nos planos de carreira. O número de mulheres portadoras de diploma em jornalismo é superior ao número de homens. No entanto, quando a comparação é feita no campo de trabalho, percebe-se que o número de profissionais do sexo masculino exercendo a profissão é superior aos do sexo feminino. As empresas privadas preferem contratar o profissional do sexo masculino. Outro dado interessante é que os cargos de chefia estão concentrados entre os profissionais do sexo masculino.⁴⁷ Mesmo nas instituições que admitem através de concursos públicos, existem diferenças entre os postos ocupados pelas mulheres e pelos homens, que desistem de concorrer aos cargos com menor prestígio dentro de sua profissão.

O ingresso da mulher neste campo de trabalho deve-se a quatro fatores: os serviços prestados pelo Estado – saúde, educação – estão, geralmente, ligados à imagem da mulher no interior da família; os salários médios são inferiores em relação ao mercado, afastando a participação dos homens; a jornada de trabalho permite conciliar a dupla jornada da mulher - profissão e o trabalho doméstico; e o concurso público inibe a discriminação.

Com relação à média salarial, dados do Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário SPES, de 1999, revelam que, na maioria dos estados, o salário médio dos jornalistas masculinos é maior do que dos jornalistas femininos (ANEXO II - Tabela1). No início de 2000, a mulher jornalista ganhava US\$ 1.072, em média, e os homens ganhavam US\$ 1.129, ou seja, as mulheres recebiam 5,09% a menos do que os homens. Mas a diferença salarial, em grande parte dos estados, é pequena entre os gêneros e muda de acordo com o setor: jornal, revista, emissoras de rádio e televisão, extra-redação e agências de notícias. Como o salário varia de acordo com o cargo, acréscimos por cargo de chefia e outros benefícios podem mascarar a realidade. Isto é, a média pode tender para cima, levada por um ou dois cargos, enquanto a maioria permanece com salários baixos. No Brasil, a sindicalização não é obrigatória.

⁴⁶ É um conjunto de leis que regulamentam as relações individuais e coletivas de trabalho. Foi criada em 1943.

⁴⁷ Dado divulgado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

A maior remuneração é feita pelas agências de notícias. O estado de São Paulo, que em média melhor remunera, paga 28,15 salários mínimos para homens contra 23,06 salários para mulheres. Em contrapartida, as emissoras de rádio possuem o menor piso salarial. Em São Paulo, por exemplo, o piso é de 5,18 salários mínimos⁴⁸ para os profissionais masculinos e 4,66 para os femininos e há ainda o agravante de grande parte das profissionais do sexo feminino possuir curso superior, contrastando com a maioria dos jornalistas homens que trabalham no rádio e tem apenas formação até o segundo grau. O piso salarial é determinado pela negociação entre dois sindicatos: o patronal e o dos trabalhadores. Os sindicatos dos jornalistas atuam em âmbitos estaduais, sem representatividade nacional. Há uma amplitude de variação muito grande entre regiões do país. Esta variação corresponde às diferenças de desenvolvimento econômico entre as regiões. Embora a média, em salários mínimos, das mulheres jornalistas seja inferior à média dos homens, há uma tendência a equiparação dessas médias.

Os cursos de graduação em Comunicação constituem uma área de conhecimento que congrega jornalistas, publicitários, relações públicas e demais profissionais que trabalham com divulgação. Os dados do Ministério da Educação mostram que vem crescendo o contingente de alunos. Uma pesquisa realizada em 1998, pela Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC), do Ministério da Educação (MEC), revela que existia no Brasil 125 cursos de Comunicação Social. Inscreveram-se, para o vestibular de 1998, 107.825 candidatos em todo o país. Desses, 68.213 eram do sexo feminino e 39.612 do sexo masculino. Ingressaram na faculdade 14.969 mulheres e 10.015 homens. Em 2000, somavam 260 cursos em Comunicação Social, em 2003 esse número saltou para 443, sendo 74 oferecidos por instituições públicas e 369 por instituições particulares (Censo do Ensino Superior, relativo a 2003).

Em 2000, segundo Sato (2001), o número de mulheres com curso de graduação atuando no mercado de jornalismo era maior que o de homens: 53,91% dos homens tinham curso superior, contra 73,16% de mulheres com diploma. No setor de televisão o índice de mulheres com graduação era de 79,78% e o de homens era de 57,23%. Em rádio, os índices eram menores, 36,9% dos homens tinham formação superior, contra 63,70% das mulheres. A mulher com curso superior recebe, em geral, o equivalente a um homem com segundo grau. A feminização ainda ocorre em maior

⁴⁸ O salário mínimo foi instituído no Brasil em 14 de janeiro de 1936, pela Lei Nº. 185 e corresponde a uma remuneração mínima estipulada pelo Governo.

número em áreas menos prestigiadas ou mais recentes, sendo menor nos setores tradicionais como rádio e jornal impresso. A maioria dos cargos de chefia ainda é ocupada por homens. E o número de mulheres que ingressam nas faculdades é bem superior ao de homens, mas o número de mulheres atuando no mercado não acompanha essa proporção.

Há diversificação na participação feminina em diferentes setores do jornalismo: impresso, eletrônico, rádio, televisão, revistas e extra-redações, e uma grande variação de média salarial nesses setores, a qual provavelmente reflete relações de poder e tradição entre as empresas de comunicação. No mercado de trabalho formal há uma tendência ao aumento de postos de trabalho nas duas últimas décadas. Os estados da região sudeste e o Distrito Federal concentram maior contingente, pois reúnem maior população e maior produtividade em bens e serviços.

A partir da década de 80, percebe-se uma tendência de feminização do mercado em jornalismo, favorecida pelos cursos de graduação, e paralelamente o ingresso de pessoas jovens na carreira, portadores do diploma em jornalismo. O número de estagiários é muito pequeno no mercado, porque uma lei, de 1979, proíbe o estágio em jornalismo. No estado de São Paulo, há um acordo firmado entre empresas de comunicação, academia e sindicato, o qual permite o estágio, desde que seja supervisionado por profissionais. Os outros estados estão querendo implantar o estágio novamente, seguindo o modelo paulista. É válido ressaltar que o estágio deve ser remunerado. O que infelizmente não nega a existência de estágios sem remuneração realizados pelos estudantes de jornalismo, com o intuito de adquirir experiência e de abrir portas para o mercado profissional.

O jornalismo tem que acompanhar os movimentos da sociedade e nem sempre as mudanças são aceitas por unanimidade por esses profissionais. O escritor Emile Zola, assim como outros escritores franceses, teve muita dificuldade em aceitar o “novo jornalismo”, proposto pelos americanos. E quando o aceita, em 1894, Zola escreve: *“São ditas tantas coisas más da imprensa... mas que a forma nova é a informação, e devemos ser re-educados. Todos os homens de 50 anos sentiram a falta da velha imprensa com o seu estilo lento e comedido.”* (Zola apud Traquina, 2005a, p.73)

O mesmo aconteceu com a introdução dos computadores nas redações. Ribeiro (1998) conta que, no Brasil, muitos jornalistas mais velhos tiveram dificuldade em se adaptar à nova ferramenta de trabalho. O jornalismo está novamente passando por transformações que englobam o mercado de trabalho, a introdução de novos

instrumentos para exercer a profissão e a própria relação entre o jornalista e o público receptor.

Na busca de conhecer olhares sobre o mercado atual, foram encaminhados roteiros de entrevistas para quatro profissionais de mercado, dos quais três responderam. Semelhante ao procedimento adotado no estudo em Portugal, também serão preservadas as identidades dos jornalistas brasileiros. Eles serão identificados por números. O primeiro mora no interior do estado de São Paulo, em São Carlos e ocupa o cargo de chefe de reportagem em uma emissora de televisão. Ele é formado em jornalismo. O número 1 sempre trabalhou na mesma empresa, começou como editor de imagem, depois tornou-se supervisor de operações, passando a ser produtor e editor de texto. Como chefe, diz que já se deparou com profissionais responsáveis como também com profissionais pouco interessados com o resultado final. Sobre os profissionais novos que estão chegando às redações, em sua opinião, falta conhecimento prático e melhor embasamento teórico sobre o exercício da profissão. O entrevistado ressalta a diferença entre os profissionais de “tarimba” e os jovens formados. *“Quando comecei no jornalismo, a maioria dos jornalistas não tinha passado por nenhuma universidade. Os profissionais aprenderam na prática e foi com eles que aprendi quase tudo que sei do jornalismo. Parece que exerciam a profissão com mais amor. É como se tivessem nascido para fazer aquilo e não uma simples opção por um curso superior.”* Ele reitera a diferença entre os profissionais anteriores à década de 80 e a geração mais jovem. *“Na televisão, que é minha área, eu diria que sim. Talvez por estarem há mais tempo na profissão e terem uma formação estritamente prática. A teoria do jornalismo foram eles que desenvolveram. Você pode notar que todos são bons contadores de história e isso é que faz a diferença. O jornalismo, para eles, não era uma profissão, era um meio de vida. Como não existia a possibilidade de se formar o jornalista na escola, só entrava no mercado de trabalho quem realmente tinha aptidão para a função é como se o profissional tivesse nascido para fazer aquilo e só aquilo. É claro que isso não significa que hoje não temos bons jornalistas, temos sim e todos saídos de cursos de jornalismo. Mas, a impressão que tenho é que, proporcionalmente, antigamente tinha-se mais “bons” jornalistas.”* Quanto ao gênero, ele não vê diferença.

O entrevistado número 1 não considera a formação acadêmica no Brasil como exemplar na área do jornalismo, ao contrário, ele critica: *“A formação profissional depende muito do aluno, algum sai mais bem preparado, mas isso é por esforço próprio. Geralmente, os cursos de jornalismo não colocam no mercado de trabalho*

profissionais prontos para o dia-a-dia. Eles aprendem mesmo é na batalha diária pela notícia e quebrando a cara na rua e nas redações. Os cursos com os quais tenho contato deixam a desejar tanto no conteúdo teórico quanto no conteúdo prático. É normalmente o aluno sai com pouca formação intelectual.”

Quanto ao mercado de trabalho e o perfil do profissional, para o número 1, ambos acompanharam as transformações do advento da tecnologia. *“Hoje o jornalista não tem que saber só escrever. Ele tem que entender de informática e controlar um computador é tão importante quanto descobrir uma notícia e contá-la da melhor maneira possível. Com a chegada da TV digital é provável que o mercado de trabalho tenha mudanças radicais na programação jornalística para que ela se adapte ao novo veículo e, com isso, o profissional deve passar por mais uma reciclagem.”*

Com relação ao exercício do jornalismo no atual mercado, o entrevistado pondera aspectos positivos associados à mudança e aspectos negativos que preservam o tradicional. *“A tecnologia facilitou algumas coisas. Hoje é impossível pensar numa redação com máquina de escrever e sem a internet. O jornalismo (estou me referindo ao jornalismo de televisão) ficou mais dinâmico. As notícias são veiculadas quase em tempo real. Isso tudo graças à tecnologia. Porém, a rapidez muitas vezes leva à superficialidade e nem sempre o assunto é tratado com a devida atenção. Apesar de toda a mudança tecnológica ocorrida nos últimos 15 – 20 anos, o telejornalismo não conseguiu avançar muito em seu formato e em seu conteúdo. As reportagens, de maneira geral, têm o mesmo formato desde o começo da década de 80: o repórter contando a história baseado na figura de um personagem. Talvez seja hora de aproveitar as novas tecnologias e pensar num jornalismo mais interativo, em assuntos mais criativos. Temos, por exemplo, o Jornal Nacional, da Rede Globo, com mais de 40 anos e além do aumento da área de cobertura a única coisa que muda é o cenário. É sem dúvida um formato ultrapassado.”*

O entrevistado número 2 é a única mulher da amostragem. Ela mora no Rio de Janeiro e é editora assistente de um jornal impresso. Ela é formada em jornalismo com pós-graduação em Políticas Públicas e MBA em Formação de Executivos Infoglobo. Ela tem experiência em rádio, assessoria de imprensa, jornal impresso, revista e produtora independente. Desde 1991, trabalha na mesma empresa.

Diferentemente do entrevistado número 1, a entrevistada número 2 não vê, enquanto chefe, a coexistência dos profissionais mais compromissados e pouco compromissados num mesmo ambiente. Ela faz uma análise temporal, acompanhando a

linha do veículo. *“Estou agora como editora assistente, que é um cargo de chefia em termos: quando faça plantões, eu sou a chefia. Coordeno um grupo de repórteres de administração. Eu tive sorte com alguns dos meus chefes. Posso dizer que o primeiro, (falecido) me ensinou muito, era da velha escola de jornalismo, Já era bem velhinho quando o conheci. Um outro, , era um velho militante do partidão (forma informal como é chamado o antigo Partido Comunista, no Brasil) e com uma generosidade enorme para ensinar quando o conheci na chefia de reportagem.. Ensinou muito sobre ética, sobre apuração. Esses são os que considero como base na formação. Outro foi meu chefe.... Extremamente responsável, exigente na apuração e dava liberdade para criar pautas, tinha senso de equipe, numa época em que não era muito comum isso... Aprendi outras coisas. A principal, a sobrevivência. Eram diferentes.... vim de um ambiente mais descontraído..., onde a gente terminava o trabalho e descia para o bar, esperando o jornal rodar e ler, como pão fresquinho. Lembro que, no dia em que o Chacrinha (apresentador de televisão muito conhecido no Brasil) morreu, o então diretor do jornal recebeu um telefonem no bar e não falou nada, subiu e começou a mudar o jornal sozinho, escrevendo tudo. Quando descobrimos, subimos todos para ajudar. Não precisava pedir..., houve um período de mais rigor, digamos assim, onde não havia essa camaradagem. Isso nos anos 90. Hoje é diferente. Há um ambiente mais tranquilo. As pessoas são ouvidas, há trabalho de equipe. Os cargos de chefia, às vezes, são ocupados por repórteres durante o plantão e tudo funciona. Eu diria que hoje, o esquema é para fazer o carro andar mesmo que o condutor esteja doente ou ausente. Pela própria dinâmica da mudança das relações de trabalho e dos processos de trabalhos, o jeito de trabalhar mudou. O que não quer dizer que não haja conflitos.”*

Ela tem um olhar mais otimista sobre os novos jornalistas, valorizando a vivência deles como um ponto favorável ao mercado da sociedade digital e informatizada, a qual deve ser aperfeiçoada pela convivência com profissionais mais experientes. *“Eu percebo que há excelentes estagiários, pessoas com outra vivência, com uma experiência em internet que, para muitos da velha geração, é um “bicho” difícil de lidar. Mas também, por causa dessa mesma formação, às vezes se acham bons demais para tudo que existe ali. Acho que é uma mistura e que cabe ao chefe, editor, coordenador, perceber os talentos e ir dando uns toques para salvar essas almas. Os “meninos” já chegam falando duas línguas, peritos em internet e com um outro tipo de gás, com outro tipo de leitura em fontes diversas, percorrendo nas várias mídias com*

uma naturalidade genial. O ideal é aproveitar esse frescor e mesclar com a experiência.”

A entrevistada número 2 também tem uma opinião diferenciada sobre os jornalistas que passaram pela universidade. Para ela, a qualificação é necessária para garantir a sobrevivência no mercado competitivo. *“Eu, atualmente, só trabalho com profissionais que passaram por universidades, mas quando entrei..., peguei gente da antiga, que chegava da rua e "cantava" para o redator a matéria. Gente que achava normal andar armado e bater em preso durante uma entrevista. Mas esse povo saiu em 87 com a reforma do jornal. A universidade abre a cabeça, você tem contato com outras fontes, te dá uma base para te fazer entrar no mercado. Mas a labuta diária e a busca eterna de maior qualificação é que vai te dar o passe para permanecer no mercado.”* Entretanto, ela tem a mesma posição que o entrevistado número um sobre a qualidade do ensino em jornalismo. Para a entrevistada número 2, os cursos não preparam adequadamente o futuro jornalista, principalmente para a realidade que irão enfrentar. *“Um exemplo: hoje se investe muito em matérias de profundidade, no chamado jornalismo investigativo, no uso de técnicas de CAR. Essa coisa de usar Excel, programas de arquivo e busca profunda e selecionada na Internet (não falo de Google) a gente aprende no tapa, nos cursos que alguns jornais fazem internamente ou ainda em cursos no sindicato, na Abraji. Tem estagiário que chega achando que não vai trabalhar os fins de semana e que não podem mexer em seu texto...”*

Ela também não distingue diferenças relativas ao sexo nas relações entre os pares profissionais. Mas deixa claro que há mais mulheres nas redações e, em contrapartida, menos jornalistas do sexo feminino ocupando cargos de chefia. O cenário ainda está em transição em velocidade mais lenta.

Para a entrevistada, os jornalistas atuais administram o trabalho de maneira diferente dos jornalistas anteriores à década de 80. *“Há diferenças sim. De postura, de conhecimento, processo de trabalho. E tem uma coisa interessante. Quando comecei, tinha um ditado: jornalismo é como cachaça, você não larga. Isso tudo era para justificar o fato de você ter hora para entrar e não sair nunca. Hoje, tem hora para entrar e você faz outras coisas além do seu trabalho em jornal: faz outros cursos, planeja coisas para sua vida pessoal. O trabalho é um meio de ganhar dinheiro e fazer alguma coisa que você gosta. Mas você o domina e não ao contrário. Acho que essa é uma grande diferença. Há também uma rotatividade maior, você vai para onde te pagam bem, onde pode realizar um bom trabalho. E depois, a gente usava máquina de*

escrever e papel carbono. Hoje é computador. A tecnologia mudou o profissional também.” O mercado, por sua vez, está cada vez mais competitivo e exigente e conseqüentemente o perfil do profissional é outro, motivado, basicamente, pelas inovações tecnológicas. “Hoje, um repórter já vai para rua com seu próprio gravador digital, sua máquina digital, palm, pen drive. Ou seja, uma séria se “coisitas” que vão ajudar na apuração. Imagina que maravilha você chegar para entrevistar alguém e “sacar” o pen drive e baixar os arquivos daquele processo que o promotor te entregou? Bem diferente daquela coisa de esperar horas por uma cópia Xérox ou mesmo ter que ficar horas lendo o papelório porque não tinha copiadora. O uso e abuso da tecnologia também forçaram o profissional a “evoluir”. A fazer dessa ‘traquitana’ tecnológica seu aliado e não seu algoz. O mercado de trabalho hoje quer um profissional que saiba navegar e explorar a internet muito bem. Que edite áudios e vídeos, que possa enxergar numa pauta as mil e uma possibilidades em todas as mídias. O mercado exige um profissional diferente, bem longe daquele estereótipo de uma caneta, um bloquinho e muita inspiração. Ele tem que ter isso e muito mais. Tem que enxergar que as barreiras entre ele e o entrevistado são mais fininhas, quase nada. E pode até nem vir a se encontrar com o entrevistado. Há pessoas que a gente só entrevista pela Internet. Até as relações de trabalho vão mudar. Acho que chegaremos a um tempo em que não será necessário vir para a Redação. Ainda temos que entender esse mundo que está batendo na nossa porta.”

Na sua análise sobre o mercado de trabalho, a entrevistada foca mais a preocupação com os futuros profissionais e as benfeitorias da tecnologia para a comunicação. E faz uma previsão positiva. *“Eu sou otimista. Ao contrário de alguns amigos meus. Tenho encontrado estagiários mais preparados que muitos profissionais. Vejo que os que estão no mercado, uma boa parcela, procuram se qualificar mais, aprender mais. Hoje, com a facilidade tecnológica à disposição dos jornalistas, podemos melhorar nossas matérias, fazer pesquisas aprofundadas em sites, usar técnicas de RAC para melhorar uma matéria. É claro que existem algumas faculdades, falo do Rio porque eu conheço algumas universidades, que forma turmas de jornalismo sem um currículo adequado, sem a atenção devida. Mas isso vem mudando aos poucos. Hoje podemos fazer matérias que antes, eu estou falando dos anos 80, não poderíamos fazer. Hoje, o repórter está envolvido na produção e edição da matéria. Ele pode colocar seu trabalho em várias mídias da mesma empresa onde trabalha. Isso não existia há 10 anos, por exemplo.”*

O entrevistado número 3 mora em São Paulo e é um dos sócios e diretores de uma empresa de comunicação. Ele é formado em jornalismo. Iniciou como estagiário. Trabalhou como assessor de imprensa e como gerente de Comunicação. Desde 1995, abriu com mais dois sócios duas empresas, uma é responsável pela edição de informativos e a outra organiza congressos de comunicação nas áreas pública e privada.

Semelhante ao entrevistado número 1, para o número 3 enquanto chefe encontrou profissionais com mais iniciativas e outros que precisam ser mais estimulados, alguns são mais independentes e outros precisam de monitoramento. Quanto aos novos profissionais, o entrevistado informou que anualmente saem para o mercado 5 mil jornalistas e só uma parcela desse contingente consegue ser absorvido. *“É um funil, praticamente um novo vestibular. Portanto, os que chegam são, em tese, os melhores e os mais determinados. Nesse sentido, e pelo que tenho ouvido de vários outros colegas de redação, as novas gerações que estão chegando ao mercado editorial tem mais talento que as anteriores. Falta-lhes um preparo cultural mais geral, mais humano, mas tecnicamente são bem preparados.”* Ele reitera a importância da formação universitária na formação do jornalista, diferenciando o indivíduo que cursou a universidade daquele que não cursou, no entanto, ele critica algumas instituições de ensino que não preparam adequadamente o futuro profissional. *“Quem faz a universidade adquire uma bagagem técnica que é fundamental para o exercício profissional. A perda se dá, exatamente, no estreitamento cultural das faculdades de jornalismo, que não exercitam como deveriam o senso crítico, a formação plural, os olhares múltiplos para que ao chegar à atividade o jovem jornalista tenha condições de fazer não só um bom trabalho técnico, mas, e, sobretudo, um trabalho completo, denso do ponto de vista de conteúdo. Por vezes, alguém culturalmente melhor formado leva essa vantagem sobre os jornalistas quando chegam a uma redação, exatamente por essa característica de conhecer melhor o mundo, as pessoas, as culturas.”*

O entrevistado prefere não comentar sobre os cursos com formação específica em jornalismo, pois desconhece em profundidade para emitir sua opinião. Ele reitera que o número de instituições é superior à necessidade do país, gerando uma oferta de profissionais maior que a demanda. Esta incompatibilidade numérica leva muitos profissionais a atuar na comunicação corporativa, mesmo sem uma preparação por parte da academia. *“Os cursos de Comunicação e Jornalismo, com raras exceções, não habilitam seus estudantes para essa área. Com isso, esse mercado, que hoje emprega seguramente 30 ou 40 mil profissionais, vê-se na contingência de formar seus próprios*

quadros. Só as agências de comunicação empregam cerca de 12 mil profissionais. Se agregarmos a eles aqueles que atuam diretamente nas empresas e organizações e no setor público (poderes Legislativo, Executivo e Judiciário), vamos ver quantos jornalistas hoje atuam nessa área.”

Na questão do gênero, o entrevistado número 3 apontou a mesma reflexão que a entrevistada número 2, embora o jornalismo hoje seja uma profissão mais feminina, as mulheres ocupam poucos cargos de chefia quando comparadas aos homens. Ao comparar os jornalistas da geração atual com os da década de 80, o entrevistado mostra que há pontos favoráveis e desfavoráveis em ambas as gerações. *“Temos hoje gerações com melhor preparo técnico, mas com menor conhecimento de mundo, de política, de filosofia, de humanidades. Isso de um lado. Por outro, temos uma relação de trabalho muito mais profissional do que outrora, pois a exigência do diploma para o exercício profissional acabou com favorecimentos, com a indigência na atividade, onde muitas vezes o profissional trocava salários ridículos por uma carteirinha profissional que lhe rendia benefícios indevidos em viagens, espetáculos etc. Temos também menos boêmios e talvez menos sonhadores. Creio que, pelas características digamos assim menos formais do mercado de outrora, os jornalistas eram mais sonhadores e, em decorrência disso, mais livres e ousados no trabalho. Hoje temos uma indústria qualificada, mas ao mesmo tempo engessada, burocrática, dominadas por horários, estruturas, manuais etc.”* O mercado profissional, por sua vez, também está mais profissional e menos paternalista. E diferentemente dos entrevistados anteriores, o número 3 não atribui estas mudanças do mercado e do perfil do profissional apenas ao advento da tecnologia. *“Não só a tecnologia, mas as exigências do tempo atual que requerem dos profissionais mais de um diploma, mais de um idioma, mais de uma habilidade. Mas ela, a tecnologia, também contribuiu para forjar um profissional mais eclético, versátil. As empresas de comunicação são agora conglomerados multimídia, com plataformas impressas e eletrônicas, incluindo áudio e vídeo. O profissional, nesse sentido, é desafiado tanto em termos tecnológicos, quanto de linguagem. E, além disso, se vê diante de facilidades que antes não existiam, como a possibilidade de ter a Internet como fonte permanente de informações sobre tudo. O desafio, nesse caso, é fazer jornalismo consistente, separando o joio do trigo, o que nem sempre acontece. De todo modo, a tecnologia mudou as condições de se fazer o jornalismo, mas não mudou o jornalismo. Este continua sendo uma atividade que requer apuração, pluralismo, ousadia, investigação, texto de qualidade, edição hierarquizada, etc.”*

O exercício do jornalismo precisa melhorar, aproveitando as novas ferramentas e condições técnicas e humanas. *“...temos hoje muito melhores condições técnicas para a prática do bom jornalismo. E temos jovens – não em quantidade, obviamente – que entram muito melhores preparados no mercado. De outro, está faltando ousadia, um jornalismo mais consistente, menos declaratório, menos superficial e mais questionador em relação ao mundo que o cerca. Falta posicionamento claro sobre os fatos noticiados, sobretudo nos casos mais delicados. Os jornais noticiam os dois lados, sem que qualquer deles sejam investigados nas suas declarações e o pobre leitor, internauta, ouvinte ou telespectador, nunca tem noção exata de onde está com maior probabilidade a razão.”*

Os três entrevistados concordaram de forma unânime na crítica a faculdades por não propiciarem uma formação que supra as necessidades do mercado, seja em conhecimentos teóricos gerais ou em práticas específicas. Os cursos devem estabelecer interfaces com o mercado, caminhando em simetria. Eles também concordam com a mudança do perfil do jornalista e do mercado, após a década de 80, decorrentes do advento da tecnologia, da obrigatoriedade do diploma e da própria dinâmica da sociedade. Eles enxergam o novo como algo bom que deve ser incorporado para melhorar o exercício do jornalismo e o apego à tradição, por sua vez, não deve impedir, pois atrapalha o desenvolvimento. Outro ponto relevante citado pelos dois últimos entrevistados é o menor número de mulheres nos cargos de chefia.

4.4. Portugal e Brasil: dois mercados em ascensão no jornalismo

A mulher e os jovens ocupam as redações tanto em Portugal como no Brasil. E isto é fruto da inserção da mulher no mercado de trabalho, na história do mundo ocidental. O jornalismo é mais uma das atividades pela qual o sexo feminino tem interesse em atuar. O problema é a discriminação entre gêneros que ainda persiste, mas os dados mostram que, no jornalismo esta discriminação é menos agressiva e mais localizada: aparece na discrepância salarial e na ocupação dos cargos de chefia.

Os profissionais de “tarimba” relutam em aceitar os novos instrumentos no exercício da profissão e em se adaptar aos novos veículos e linguagens. Associam as transformações ao significado de descartar tudo que é tradicional, conservador ou antigo. Este descarte está proliferando na sociedade e incentiva o consumo agressivo e o apego desenfreado ao novo. O “velho” é visto como ultrapassado tanto por ele como pelo outro. Paralelamente, em ambos os países as universidades colocam anualmente jovens no mercado de trabalho, mulheres em maioria. Esta nova geração nasceu na sociedade digital e domina a linguagem atual e a Internet.

O mercado, por sua vez, não está enxugando, tanto os números portugueses quanto os brasileiros mostram que abriram novos postos de trabalho e veículos. O que há, sim, são a extinção de funções antigas e a emergência de novas de acordo com as necessidades do processo de comunicação e a competitividade do mercado. Outro problema é o aumento da demanda de jornalistas que é desproporcional em relação à oferta de emprego.

O perfil do jornalista e o cenário do mercado brasileiro e português mudaram na sociedade digital e globalizada, surgiram novas lacunas. As faculdades não acompanham o mesmo ritmo da sociedade e conseqüentemente do mercado. No entanto, é inegável que os novos profissionais possuem qualidades. Identifica-se que é necessário suprir os déficits na formação profissional na mesma velocidade das mudanças mencionadas. É preciso, também, minimizar os desajustes referentes à discriminação entre gêneros, aperfeiçoando o processo seletivo para o ingresso no mercado de trabalho. Novos desafios devem surgir nesta constante e rápida transformação social de nossa época, o que leva a uma convocação aos jornalistas e educadores, bem como, ao poder público a estarem alertas para manter a ética e o respeito a sociedade, fazendo da informação correta um instrumento digno da humanidade.

5. Considerações Finais

A comunicação mudou ao longo de sua história, deixou de ser um processo linear e simples e tornou-se complexa. Em contrapartida, aumentaram as facilidades no manuseio de ferramentas e instrumentos que envolvem este processo. Estas transformações repercutiram no exercício do jornalismo. A fotografia levou anos para se desenvolver até que, hoje, a digitalização possibilitou o transporte de fotos por caminhos eletrônicos virtuais. Os aparelhos telefônicos móveis, informatizados também proporcionam a cobertura e rapidez da mensagem no radiojornalismo. O telégrafo, antes muito utilizado para transmitir notícias internacionais, ou mesmo nacionais a longa distância, perdeu seu importante lugar na transmissão de notícias. Hoje, a rede informatizada Internet possibilita a troca de informação em tempo real, rompendo os limites de espaço e tempo que até há pouco existia. Estas facilidades da sociedade atual, globalizada e digital tornam o mundo mais visível, mas não compreensível, parafraseando o sociólogo francês Dominique Wolton.

O filme de 1951, “A Montanha dos Sete Abutres”, dirigido por Billy Wilder, é considerado um clássico no meio jornalístico, por abordar questões que ainda são atuais, entre elas, os conceitos de noticiabilidade e verdade, público alvo, construção da notícia e interesse humano. O personagem principal, o jornalista interpretado pelo ator Kirk Douglas, desesperado por trabalhar no interior procura a grande notícia para lançar-se novamente no mercado da capital. Para atingir seu objetivo, ele fabrica e sustenta uma grande notícia. O tema deste filme coloca em evidência questões éticas, problemas do mercado de trabalho, relação entre a notícia e o público alvo e conflitos vivenciados pelo jornalista.

Na sociedade do século XXI, a dificuldade está em filtrar o que é mais importante para ser divulgado. Conflitos, alianças políticas e econômicas, projetos envolvendo diferentes países são assuntos que interessam a públicos de nacionalidades distintas, assim como esporte, meio ambiente, ciência e cultura. O peculiar, o inusitado também é notícia. Mas é impossível agradar ao mundo todo, não existe um público universal, e, sim, uma heterogeneidade dentro da homogeneidade. Esta é uma das principais características do jornalismo atual, ou seja, os jornalistas profissionais devem estar cientes deste paradoxo.

Outra inovação no mercado de trabalho em jornalismo da sociedade atual é o ingresso de mulheres. O jornalismo deixou de ser uma profissão masculina. Hoje as mulheres já são maioria no Brasil. Em Portugal o sexo masculino ocupa 50,15% dos postos de trabalho e o sexo feminino fica com 49,85%. A feminização ocorreu gradativamente em ambos os países, impulsionada pelo surgimento dos cursos de graduação em Comunicação Social e Jornalismo. Apesar deste aumento feminino, os cargos de chefia ainda são, em sua maioria, desempenhados pelos homens. A participação feminina no mercado é diferenciada de acordo com os veículos. No Brasil, as mulheres predominam no setor extra-redação (em assessorias e na academia, por exemplo) e revistas. Nas agências de notícias elas ocupam quase 50% das vagas, mas na televisão, no impresso e principalmente no rádio o predomínio é de homens desempenhando funções relacionadas ao jornalismo. Em Portugal, há mais mulheres atuando no rádio, agências de notícias e em televisão. Na imprensa a participação feminina é reduzida. Ao comparar a distribuição por gênero entre os dois países percebe-se que ela não é igual. As mulheres predominam nos setores mais novos do mercado e esses setores são diferentes em cada país, pois vivenciaram trajetórias históricas diferentes. Em Portugal o “período de ouro” da imprensa ocorreu após a queda da censura política, na metade da década de 1970. No Brasil, ele teve início no final da década de 1960, com a obrigatoriedade do diploma, seguido da divisão das editorias e a chegada dos computadores nas redações. A obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo é um forte aliado nos critérios de seleção de profissionais, diferentemente de Portugal, que ainda sofre com a falta de critérios objetivos para a admissão de jornalistas nos veículos. Outra constatação é a desigualdade salarial: nos dois países as mulheres recebem menos que os homens. No Brasil a média da diferença é baixa, 5%, contudo, as mulheres graduadas recebem o equivalente aos homens sem formação.

O rejuvenescimento da carreira é outra característica do mercado atual de trabalho em jornalismo em ambos os países. Embora em Portugal a formação universitária não seja obrigatória para exercer o jornalismo, grande parte dos jovens que estão atuando no mercado tem curso superior. A possibilidade de se preparar para o exercício profissional através de um curso formal contribuiu para o rejuvenescimento da carreira. Por outro lado, as empresas de comunicação passaram a se interessar por profissionais mais jovens e capacitados tecnicamente em contraposição a manter jornalistas mais experientes, porém com poucas habilidades em lidar com as inovações tecnológicas. Os dois entrevistados, inclusive, deixaram claro em suas respostas que

eles tendem a contratar pessoas com graduação formal na área de comunicação. No Brasil a graduação em jornalismo é obrigatória por lei para o exercício da profissão, mas esta exigência não é consensual entre acadêmicos, pragmáticos e empresários de comunicação. A discussão chegou ao âmbito da justiça e durante quatro anos a obrigatoriedade ficou suspensa. No Brasil, a criação crescente de cursos de jornalismo é consequência desta exigência do diploma. Este fato leva a uma oferta de profissionais bem maior que a demanda do mercado.

Todos estes aspectos reiteram que o mercado não é estático, ao contrário, é dinâmico e acompanha as mudanças globais, as peculiaridades locais, o desenvolvimento histórico e as descobertas tecnológicas. A pergunta levantada no início desta pesquisa foi se há uma preocupação com a formação do profissional para acompanhar todas estas transformações.

Sim, há, mas os dois países analisados respeitam as suas especificidades e credibilidades. Portugal acompanha as discussões e o movimento europeu. As instituições de ensino estão procurando se adequar ao Processo de Bolonha, que por sua vez, está preocupado em formar profissionais aptos a atuarem no cenário da sociedade atual, pensando em um espaço comum europeu de educação, mercado econômico e de trabalho, fortalecimento de relações e estratégias políticas.

As reflexões europeias resultaram em um modelo de formação distribuído em 3 anos de formação, 2 anos de mestrado e 3 de doutorado. Na formação do jornalista, remete a três anos voltados por uma formação mais generalista da profissão, seguido de dois anos para o profissional especializar-se na área que pretende atuar. O doutorado corresponde a uma qualificação maior do profissional. Em Portugal, das 8 instituições de ensino analisadas que atuam na área de comunicação, apenas 3 oferecem graduação específica em jornalismo e suas grades primam por uma formação humanística em ciências humanas e sociais. Os alunos têm que conhecer as línguas europeias, para poderem migrar durante o curso para os países conveniados no processo de Bolonha. Eles também precisam saber sobre a história desses países e da Europa, bem como, sobre a sociedade ocidental. A proposta é propiciar uma formação sólida e teórica mais generalista, completada com disciplinas específicas sobre o jornalismo. Já o segundo ciclo, o mestrado em jornalismo, é oferecido por 7 das 8 instituições pesquisadas, conforme a proposta do Processo de Bolonha, de oferecer um ensino hierarquizado, obedecendo a graus para adquirir especialização. Quatro instituições oferecem mestrado em jornalismo, aprofundando em especializações da própria área em consonância com a

diversidade do mercado, ministrando disciplinas tanto teóricas quanto práticas. Três buscam formar um jornalista com um olhar mais generalista sobre a profissão, propondo estudos teóricos relacionados aos saberes da comunicação e estudo dos meios para exercer o jornalismo. A formação do jornalista está atrelada às ciências básicas da área de humanas. O jornalismo não se caracteriza como uma ciência. Sabe-se que para se constituir uma ciência é necessário um objeto específico de investigação bem delimitado, uma sociedade científica reconhecida pelos pares e veículos específicos de divulgação do conhecimento. Até o momento, temos nos currículos que formam jornalistas, disciplinas sobre a história da imprensa, dos veículos de comunicação, a linguagem jornalística, práticas laboratoriais, mas são consideradas práticas e técnicas. Esta base curricular é uma tendência que emerge na Europa, pelo Processo de Bolonha e se reflete na estruturação das grades curriculares portuguesas em jornalismo. O interessante é que os dois entrevistados portugueses elogiaram os novos jornalistas com formação universitária, demonstrando que reconhecem a seriedade das instituições de ensino e uma preocupação com a formação profissional. A qualidade da formação é reforçada pelas instâncias superiores que controlam a qualidade dos cursos de graduação pela avaliação sistemática.

No Brasil, existe uma preocupação em acompanhar as discussões do Processo de Bolonha, inclusive com instituições que pretendem estabelecer convênios. Paralelamente, há a formação do Mercosul Educacional. Isto mostra a preocupação do país em juntar-se aos blocos, pois ficar isolado na sociedade globalizada é sinônimo de perda de força política e econômica. O problema é conciliar a estruturação das grades curriculares em sintonia e simultaneamente com estes dois blocos tão diversos. Foram detectados convênios com dupla diplomação, diferentemente da proposta do Processo de Bolonha que é iniciar o curso em um país e poder concluí-lo em outro. O Mercosul Educacional ainda está sendo implantado. O padrão de qualidade no Brasil é imposto pelo MEC, através de avaliações periódicas das instituições, dos cursos e dos alunos. No jornalismo, o sistema de avaliação tem critérios relativos à grade curricular, priorizando disciplinas específicas em jornalismo tanto teóricas quanto práticas e, atualmente, o MEC está incentivando a implantação da transversalidade durante a graduação, na busca de oferecer uma formação mais completa ao aluno. As 10 instituições de nível superior analisadas, sendo cinco públicas e cinco privadas, oferecem cursos específicos em jornalismo (não genéricos em Comunicação), atendendo a uma exigência legal de diploma para o exercício da profissão. De forma

semelhante aos cursos portugueses, os brasileiros também trazem a formação humanística. Quatro instituições públicas enfatizam a formação específica em jornalismo e uma instituição privada se sobressai por graduar jornalistas especializados em três áreas diferentes, selecionadas pelo próprio aluno durante o curso.

A diferença entre os cursos portugueses e brasileiros é que as instituições brasileiras oferecem mais disciplinas específicas à formação jornalística, tanto teóricas quanto práticas, durante a graduação, seja nas instituições públicas ou particulares, cumprindo assim uma exigência do MEC. As disciplinas básicas estão presentes e de forma consistente nas duas amostragens o que mostra a relevância delas na formação do jornalista. No entanto, os três entrevistados brasileiros afirmaram que a formação universitária ainda não supre as necessidades do mercado, tanto em teoria fundamental quanto em conteúdo específico em jornalismo.

Em síntese, as discussões entre acadêmicos, instituições e governos retratam a preocupação em conciliar a formação dos futuros profissionais com as necessidades do mercado, do público consumidor e com o contexto da sociedade atual. Muitas vezes a velocidade das mudanças na academia difere do ritmo acelerado do mercado e das transformações sociais. O Processo de Bolonha, o Mercosul da Educação, os processos de avaliação das instituições, a introdução de disciplinas transversais e de temáticas atuais no âmbito da política, economia nacional e internacional, e a introdução de disciplinas específicas ao jornalismo comprovam que há uma preocupação em preparar um profissional. A variação está em propor um ciclo básico e um segundo ciclo, como é o caso de Portugal, ou em propor a formação na graduação, como é o caso do Brasil. Permanece constante a preocupação com uma formação básica, generalista no sentido em que a Universidade se propõe a ser e, simultaneamente, especialista, apto a atuar no exercício de sua profissão, na sociedade digital e globalizada do século XXI.

A proposta desta pesquisa não foi esgotar o assunto e sim contribuir para futuras investigações, relativas ao ensino do jornalismo entre o Brasil e Portugal. A discussão sobre o jornalismo enquanto uma área de conhecimento específica ou do *status* da profissão entre as demais profissões da sociedade moderna, não é atual e nem consensual. Mas, sem dúvida, apresentar sua historicidade, comparar os caminhos percorridos em dois países da mesma língua e ligados por fortes laços históricos é uma porta que esta pesquisa abriu para outras reflexões.

6. Bibliografia

Barros, A. T. e J. L. B. Duarte. Perfil intelectual. In: A. Hohlfeldt e M. C. Gobbi (Ed.). Teoria da Comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros. Porto Alegre, RS: Sulina, 2004. p. 56-70

Beltrão, L. Teoria e prática do jornalismo. Adamantina: Edições Omnia. 2006.

Bonelli, M. D. G. As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRAFICO DE CIENCIAS SOCIAIS, v.36, n.2, p.31-62. 1993.

_____. Profissionalismo e política no mundo do Direito. São Carlos: São Carlos: EdUFSCar/ Sumaré/ Fapesp, v.1. 2002. 303 p.

Bourdieu, P. Sobre Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

Chaparro, C. De como a ciência pode ajudar a notícia. Mídia, jornalismo e atualidade 2007.

Correia, F. e C. Batista. Jornalistas do ofício à Profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968). Lisboa: Editorial Caminho. 2007.

Deuze, M. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered . Journalism, v.6, p.442-464. 2005.

Donsbach, W. The identity of communication research. Journal of communication, v.56, n.3, setembro/2006, p.437-448. 2005.

Elliott, P. Professional ideology and organizational change: the journalist since 1800. In: Boyce, Curran, *et al* (Ed.). Newspaper History: From the seventeenth Century to the Present Day. London: Constable/Bervely Hills Sage Publications, 1978. Professional ideology and organizational change: the journalist since 1800.

Emery, E. e M. Emery. The Press and America: An interpretative history of the Mass Media. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, Inc. 1978.

Fausto, B. Hostória concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Imprensa Oficial do Estado. 2001.

Genro Filho A. O segredo da pirâmida: para uma teoria marxista do jornalismo Porto Alegre: Tchê. 1987.

Fino, A. Mulheres jornalistas mais jovens e sem poder. O Sítio do Sindicato dos Jornalistas: Instituto de Comunicação Social: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=6202&idselect=148&idCanal=148&p=0> p. 2007.

Freidson, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.31. 1996.

_____. Renascimento do profissionalismo. São Paulo: Edusp. 1998.

Garcia, J. L. e J. P. D. Oliveira. Jornalistas Portugueses: o que é? Inquérito e perfil sócio-profissional. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas. 1994

Graça, S. M. Os jornalistas portugueses: dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais. Coimbra: Minerva Coimbra. 2007.

Greenwood, E. Attributes of a profession. 1957.

Koshiyama, M. A. Ensino de Jornalismo Brasil-EUA: O Legado de Pulitzer nos Tempos do Capitalismo Financeiro. Intercom, v.28. 2005.

Kovach, B. e T. Rosenstiel. Os elementos do jornalismo. São Paulo: Geração Editorial. 2004.

Marôpo, L. Construções identitárias dos jornalistas: uma análise comparada entre Brasil e Portugal. V Congresso da Sopcom. Braga, 2007.

Meditsch, E. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: (Ed.). Porto-PT: LabCom, 1997.

_____. O dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo: crescer para os lados ou crescer para cima. Porto-PT: LabCom. 1999.

_____. O jornalismo é uma forma de conhecimento? Mídia & Jornalismo, v.1, p.9-22. 2002.

Melo, J.M. Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Editora Vozes. 1998.

Mesquita, M. e Ponte C. Teoria do jornalismo, identidades brasileiras. São Paulo: Paulus. 2006.

_____. Situação de ensino e da formação profissional na área de jornalismo (1996-1997). Porto-PT: LabCom. 2007.

Neveu, É. Sociologia do Jornalismo. Porto-PT: Porto Editora. 2005.

Park, R. A notícia como conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento São Paulo: Cutrix. 1940.

Peucer, T. Os relatos jornalísticos. Estudos em Jornalismo e Mídia, v.1, n.2, p.13-30. 2004.

Ribeiro, J. H. Jornalistas 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais) câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1998.

Rocha, P. M. A profissionalização em um jornal popular. Teoria & Pesquisa, n.28/29, p.63-95. 1999.

_____. A mulher jornalista no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. 241 p.

Sato, N. Salários são iguais nas grandes e médias redações. In: F. Sant'Anna e E. Nardelli (Ed.). Mulher e imprensa na América Latina. Distrito Federal-BR: Unesco, 2002.

Silva, C. E. L. D. Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal. Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, São Paulo, 1988.

Sobreira, R. M. Os jornalistas portugueses 1933-1974: uma profissão em construção. Lisboa: Livros Horizontes. 2003.

Sodré, N. W. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1966.

Sousa, J. P. Teorias da notícia e do jornalismo. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas. 2002.

_____. Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI. Porto: LabCom. 2004.

_____. Elementos da Teoria e da Pesquisa e da Comunicação e dos Mídia. Porto-PT: LabCom. 2006.

Traquina, N. Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Editora Insular, v.2. 2005a

_____. Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, v.1. 2005b

Veríssimo, H. Â. Os jornalistas nos anos 30/40: elite do Estado Novo. Coimbra: Minierva Coimbra. 2003.

Wilensky, H. L. The professionalization of everyone? American Journal of Sociology, v.70, n.2, p.137-158. 1964.

Wolton, D. É preciso salvar a comunicação. São Paulo: Paulus. 2006.

ANEXO I

Países participantes do Processo de Bolonha em 2007:

Albânia	Alemanha	Polônia
Andorra	Grécia	Portugal
Armênia	Cidade do Vaticano	Romênia
Áustria	Hungria	Federação Russa
Azerbaijão	Islândia	Sérvia
Bélgica	Irlanda	República Eslováquia
Bósnia-Herzegovina	Itália	Eslovênia
Bulgária	Letônia	Espanha
Croácia	Liechtenstein	Suécia
Chipre	Lituânia	Suíça
República Checa	Luxemburgo	República Iugoslava da Macedônia
Dinamarca	Malta	Turquia
Estônia	<u>Moldávia</u>	Ucrânia
Finlândia	Montenegro	Reino Unido
França	Holanda	
Geórgia	Noruega	

Fonte: <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/>

ANEXO II

TABELA 1

SALÁRIO MÉDIO DOS JORNALISTAS NO BRASIL SALÁRIO DE 31/12/1999

(Em salários mínimos)

ESTADOS	SEXO		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
Distrito Federal	26,78	25,64	26,26
São Paulo	19,48	18,06	18,85
Rio de Janeiro	19,12	17,40	18,33
Pernambuco	13,74	13,07	13,42
Paraná	12,28	12,50	12,36
Minas Gerais	12,75	10,24	11,63
Espírito Santo	11,71	11,28	11,48
Mato Grosso	10,20	12,94	11,30
Bahia	10,54	9,52	10,09
Rio Grande do Sul	10,18	9,71	9,99
Goiás	9,46	9,98	9,70
Alagoas	9,99	8,23	9,43
Ceara	9,41	8,64	9,08
Santa Catarina	8,78	8,67	8,74
Para	8,46	7,85	8,24
Roraima	8,68	7,54	8,10
Rio Grande do Norte	8,05	7,76	7,93
Amazonas	8,69	6,97	7,71
Mato Grosso do Sul	7,49	7,89	7,64
Tocantins	7,77	6,81	7,34
Sergipe	7,93	6,32	7,25
Acre	6,06	7,10	6,48
Maranhão	6,05	5,65	5,91
Rondônia	5,79	5,97	5,86
Amapá	5,96	5,36	5,81
Paraíba	5,05	5,05	5,05
Piauí	4,26	4,11	4,21
Total	14,95	14,19	14,62

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES

Obs: Salário mínimo em 31/12/99 = R\$ 136,00)